

A photograph of a modern interior space, likely a bank lobby, featuring a series of tall, narrow glass windows and columns that create a sense of depth and light. The architecture is minimalist with clean lines and a neutral color palette.

Relatório e Contas | 2023

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. INTRODUÇÃO

- › Mensagem do Presidente do Conselho de Administração;
- › Enquadramento da CE;
- › Principais Indicadores;
- › Principais Acontecimentos

2. QUEM SOMOS

- › Missão e Valores;
- › Modelo de Negócio
- › Modelo de Criação de Valor;
- › Modelo de Governo
- › Gestão do Risco

3. CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

- › Contexto Económico e Financeiro;

4. BANCO INTERATLANTICO EM 2022

- › Actividade de banca Comercial
- › Carteira de crédito
- › Rentabilidade Sustentável
- › Capital Humano
- › Reconhecimento e Reputação

5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

- › Governação
- › Ambiente
- › Sociedade
- › Contribuição para ODS

6. EVENTOS SUBSEQUENTES

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS e NOTAS

- › Demonstrações financeiras
- › Eventos Subsequentes
- › Notas às demonstrações financeiras

9. RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

10. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO



INTRODUÇÃO

A modern office interior featuring a lounge area with four blue armchairs and a small wooden coffee table. The room is characterized by large windows with vertical blinds and a minimalist design. The floor is made of light-colored tiles, and the ceiling has recessed lighting and air vents. A glass partition is visible in the background, and a colorful abstract painting is on the wall.

1. INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2023 foi particularmente feliz para o Banco Interatlântico e todos os seus colaboradores.

Melhorámos sustentadamente os principais indicadores de negócio, o apoio à economia e aos clientes, solidificando a reputação no sistema financeiro de Cabo Verde.

Queremos sempre reforçar o Banco Interatlântico enquanto pilar de sustentabilidade e credibilidade do sistema financeiro nacional, beneficiando da nossa condição de filial do Grupo Caixa Geral de Depósitos e materializando de forma crescente os benefícios que a integração no Grupo CGD permite.

Queremos sempre estar cada vez mais próximos dos nossos clientes, onde e como eles queiram ser servidos, beneficiando da ímpar rede internacional do Grupo Caixa.

Já somos também a referência do mercado em termos de Governação, preocupações Ambientais e Sociais, Gestão de Riscos, e Negócio Responsável, fruto das muito exigentes regras internacionais a que estamos sujeitos, nomeadamente por o Banco Central Europeu ser o supervisor do Grupo Caixa. A par do rigoroso cumprimento das regras do Banco Central de Cabo Verde, o cumprimento das melhores e mais exigentes práticas e regras internacionais robustecem o sector financeiro em Cabo Verde e a confiança de todos os clientes, nacionais e internacionais.

Este ano inaugurámos a nova sede do Banco Interatlântico e inaugurámos também a nova apresentação das agências do Banco, com um modelo de serviço ao cliente que assegura maior qualidade, rapidez e redução de tempos de espera e que vamos continuar a alargar a todas as presenças físicas do Banco em 2024 e 2025.

Altera-se profundamente a forma de trabalhar, mas muito, também, a forma de servir os clientes, com muita simplificação de procedimentos, de oferta e de canais.



1. INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Já oferecemos aos nossos clientes o crédito na hora e um serviço de internet banking inovador, que está a ser complementado com uma nova solução de aplicação bancária para telemóvel que entrou no mercado em Março de 2024. Este caminho de inovação permanente é, vai continuar a ser, uma das nossas marcas no mercado: sempre mais perto, sempre melhor.

Da boa evolução dos principais indicadores do Banco em 2023, destacamos os seguintes que melhor demonstram a capacidade da Instituição em melhorar contínua e solidamente:

- Crescimento sustentado dos nossos resultados, suportado por um esforço de mitigação do risco de crédito e assumindo investimentos muito expressivos na modernização do Banco e do Serviço aos Clientes;
- Crescimento da quota de mercado de depósitos, o principal indicador de confiança num Banco e crescimento da carteira de crédito em mais de 3%;
- Continua diminuição do crédito vencido e da quota de mercado neste indicador, em contraciclo com o verificado no sistema financeiro, com um rácio de incumprimento (BCV) de 3,86% e rácios de NPE e de NPL de 2,90% e 3,77% respectivamente;

Aos nossos colaboradores é devido agradecimento pelos resultados alcançados, pelo empenho e pela dedicação, e a todos expresso a minha gratidão pelo Vosso serviço e pelo exemplo que dão.

Aos nossos stakeholders o agradecimento pelo trabalho profissional que exercem, como nos acompanham e como nos ajudam a melhorar, destacando o Supervisor, cujo profissionalismo exemplar nos assegura o caminho de melhoria permanente, com muita solidez e confiança.

Aos nossos Clientes o nosso agradecimento e reconhecimento por nos continuarem a preferir e o absoluto compromisso da nossa dedicação e trabalho.

Nuno Alexandre de Carvalho Martins
Presidente do Conselho de Administração



1. INTRODUÇÃO

ENQUADRAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA

As estimativas¹ de evolução do PIB de Cabo Verde apontam para que em 2023 este indicador se situe nos 5,1% e em 2024 nos 5,4%, representando uma trajetória de crescimento económico sustentado, impulsionado essencialmente pelo sector do turismo que recupera para níveis pré-pandemia.

O Banco Interatlântico, filial da Caixa Geral de Depósitos, acompanhou o crescimento do mercado registando avanços significativos nos principais indicadores, e continuou os seus processos de investimento, mantendo o compromisso contínuo com a modernização e inovação com vista à melhoria contínua do serviço aos clientes.

Em 2023 o Banco lançou no mercado uma nova plataforma de *internet banking*, moderna e intuitiva, além de estabelecer a primeira linha de crédito para PME, no valor de 10 milhões de euros, cofinanciada pelo BEI. Esta linha é um marco no mercado, tratando-se da primeira vez que o BEI aceita um Banco em Cabo Verde para uma operação desta natureza, o que é reflexo importante da Solidez e Governo do Banco Interatlântico.

O ano também foi marcado pela inauguração da nova sede do Banco no segundo trimestre, com a reformulação da sua agência sede, iniciando a alteração do modelo de serviço ao cliente, com melhoria significativa da capacidade de atendimento e redução de tempos de espera.

No último trimestre do ano, o Banco lançou uma inovadora solução de crédito ao consumo, permitindo servir os clientes em menos de uma hora desde o pedido inicial até ao desembolso da operação. Este processo pioneiro representa uma melhoria substancial do nível de serviço ao cliente, numa solução única em Cabo Verde.

¹Fonte: Relatório de Política Monetária, Banco de Cabo Verde, Abril de 2024



1. INTRODUÇÃO

ENQUADRAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA

As principais linhas de negócio continuaram a evoluir favoravelmente, com o stock de crédito às famílias a crescer 5,9%, num contexto em que o Banco continuou a reduzir o seu stock de crédito em incumprimento, situando-se agora o rácio de crédito vencido em 3,86%. Este é o critério comparável no mercado, definido pelo Banco Central e o que é calculado pelos restantes Bancos do mercado. Os indicadores internacionais de NPE e NPL, que o Banco Interatlântico calcula de acordo com as regras internacionais e que são auditados, apresentam a seguinte evolução, muito favorável:

3,

QUALIDADE DE CRÉDITO E COBERTURA	31/12/2022	31/12/2023	Valor
Rácio de NPL (Non-performing loans)	4,82%	3,77%	-1,0 p.p
Rácio de NPL Líquido	2,75%	2,28%	-0,5 p.p
Rácio de NPE (Non-performing exposure)	3,60%	2,90%	-0,7 p.p
Rácio de NPE Líquido	2,05%	1,75%	-0,3 p.p
Cobertura NPL	33,97%	41,03%	7,1 p.p
Cobertura NPE	33,79%	40,81%	7,0 p.p
Custo do Risco de Crédito	0,45%	0,40%	-0,05 p.p
Crédito e juros vencidos/Crédito Bruto	4,90%	3,86%	-1,0 p.p
Qualidade do crédito BCV (Circular Série "A " nº 150/DSE/2005	2,45%	1,82%	-0,6 p.p
Imparidade do Crédito / Crédito e juros vencidos	72,79%	76,00%	3,2 p.p



1. INTRODUÇÃO

ENQUADRAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA

O crédito bruto cresceu 3,2%, mas sem o efeito das reduções de NPL, teria crescido 4,2%. Já os depósitos evoluíram 12,8%, acima do crescimento do mercado. O Resultado Líquido evoluiu 29,1%, apesar do efeito do reforço de imparidades e constituição de *backstops* de NPE, que visam mitigar riscos de crédito.

O Banco mantém em curso projetos estruturantes, para melhorar a capacidade de serviço ao cliente, que já permitiram rever e simplificar processos e a estrutura, melhorando o *time-to-cash* e o *cost-to-serve*. Estes projetos continuarão a trazer inovação e a melhorar os padrões de serviço aos clientes em 2024.

O Banco Interatlântico foi também distinguido em 2023, pelo sexto ano consecutivo, com o prémio “*Bank of the Year*”, da responsabilidade da publicação do Financial Times “*The Banker*”. Esta distinção reconhece a solidez do desenvolvimento do Banco e do seu serviço aos clientes, bem como o empenho e a dedicação do Banco e dos seus empregados e o seu foco nos clientes e nos resultados.

À semelhança dos anos anteriores, o Banco manteve uma política cuidada de responsabilidade social e cultural, apoiando alguns projetos e instituições sem fins lucrativos de natureza social e cultural, importantes para o País.

A Comissão Executiva



1. INTRODUÇÃO



PRINCIPAIS INDICADORES EM 2023

31.467 M.CVE

Ativo total

17.378 M.CVE

Crédito Bruto

27.164 M.CVE

Recursos (Clientes)

33.238

Clientes

155

Empregados

11

Unidades comerciais

**Elevado dinamismo na
produção comercial**

+6,5%

Crédito Habitação
(YoY)

+12,8%

Depósitos de Clientes
(YoY)

Quotas de mercado (*):

11,57%

Em crédito

10,41%

Em depósitos

Melhoria do Resultado

397,4 M.CVE

Resultado Líquido

+29,1%

(YoY)

Posição de liquidez confortável

63,07%

Rácio de
Transformação

**Melhoria dos indicadores de risco e
rendibilidade**

-1,00 p.p

Rácio Crédito vencido

-0,05 p.p

Cost of Risk

+0,06 p.p

Comissões %C
Pessoal

+0,01 p.p

Comissões % Volume
de Negócio

+1,8 p.p

ROE

2023

(*) Dados do Sistema de Dez23

1. INTRODUÇÃO



PRINCIPAIS INDICADORES em 2023

Indicadores de Balanço e Exploração	31 dez. 22	31 dez. 23	Var.	Var %	Notas
Activo Líquido	28 091 443	31 467 079	3 375 636	12,0%	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3 800 335	3 544 588	-255 747	-6,7%	
Aplicações em Instituições de Crédito	34 735	3 373 705	3 338 970	9612,7%	
Crédito a clientes não titulado (Líquido)	16 241 483	16 868 385	626 902	3,9%	
Crédito não Titulado Bruto	16 842 152	17 378 725	536 574	3,2%	
dos quais: Crédito vencido	825 153	671 466	-153 688	-18,6%	
Imparidade	600 669	510 341	-90 328	-15,0%	
Crédito Titulado (Líquido)	5 048 454	4 703 746	-344 708	-6,8%	
Crédito Titulado Bruto	5 097 240	4 739 531	-357 709	-7,0%	
Imparidade	48 786	35 785	-13 001	-26,6%	
Depósitos de clientes	23 916 237	26 980 761	3 064 524	12,8%	(8)
Capitais Próprios	3 316 407	3 663 218	346 811	10,5%	
Produto Global de Actividade	1 198 640	1 308 018	109 377	9,1%	
Margem Financeira	920 897	972 541	51 644	5,61%	
Margem Complementar	277 743	335 477	57 734	20,8%	
Custo de Estrutura	695 057	735 856	40 799	5,9%	
Imparidades e Provisões	203 253	205 585	2 332	1,1%	
Resultado de Exploração	503 584	572 162	68 578	13,6%	
Resultado Líquido	307 821	397 378	89 556	29,1%	

Valores em Milhares de CVE

Rentabilidade e Eficiência

	31 dez. 22	31 dez. 23	Var.	Notas
Rentabilidade Líquida do Ativo (ROA)	1,11%	1,38%	0,3 p.p	(1)
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)	9,69%	11,50%	1,8 p.p	(1)
Produto Global de Actividade / Ativo Líquido Médio	4,29%	4,54%	0,3 p.p	(1)
Custo com Pessoal / Produto Global de Actividade	25,66%	24,97%	-0,7 p.p	
<i>Cost to income</i>	58,2%	56,3%	-1,9 p.p	
Comissões Líquidas / Volume de Negócios	0,29%	0,31%	0,01 p.p	(2)
Comissões Líquidas / Custos com Pessoal	38,73%	39,35%	0,6 p.p	

(1) Capitais Próprios a Activos Líquidos Médios (13 observações)

(2) Volume de Negócio = Crédito Bruto Médio + Depósitos de Clientes Médio (13 observações)

(8) Não inclui os juros a pagar

1. INTRODUÇÃO



PRINCIPAIS INDICADORES em 2023

Qualidade de crédito e Cobertura	31 Dez 22	31 Dez 23	Var.	Notas
Rácio de NPL (Non-performing loans)	4,82%	3,77%	-1,0 p.p	
Rácio de NPL Líquido	2,75%	2,28%	-0,5 p.p	
Rácio de NPE (<i>Non-performing exposure</i>)	3,60%	2,90%	-0,7 p.p	
Rácio de NPE Líquido	2,05%	1,75%	-0,3 p.p	
Cobertura NPL	33,97%	41,03%	7,1 p.p	
Cobertura NPE	33,79%	40,81%	7,0 p.p	
Custo do Risco de Crédito	0,45%	0,40%	-0,05 p.p	(4)
Crédito e juros vencidos/Crédito Bruto	4,90%	3,86%	-1,0 p.p	(3)
Qualidade do crédito BCV (Circular Série "A" n° 150/DSE/2009)	2,45%	1,82%	-0,6 p.p	(3)
Imparidade do Crédito / Crédito e juros vencidos	72,79%	76,00%	3,2 p.p	(3)

(1) Capitais Próprios a Ativos Líquidos Médios (13 observações)

(2) Volume de Negócio = Crédito Bruto Médio + Depósitos de Clientes Médio (13 observações)

(3) Crédito não titulado

(4) Custo de Risco de Crédito Líquido (inclui títulos das empresas) das recuperações de abatidos e juros de anos anteriores

(5) Crédito Líquido (inclui títulos das Empresas) / Depósitos de Clientes

(6) Provisório, ainda em processo de autorização pelo BCV

(7) Inclui 2 Administradores Executivos e 3 estagiários

(8) Não inclui os juros a pagar

Rácios de Estrutura	31 Dez 22	31 Dez 23	Var	Notas
Crédito a clientes (Líquido) / Activo Líquido	57,82%	53,61%	-4,2 p.p	(3)
Rácio de Transformação (Crédito Líquido / Depósitos)	68,8%	63,07%	-5,8 p.p	(5)

Rácios de Solvabilidade e Liquidez	31 Dez 22	31 Dez 23	Var.	Notas
Rácio de Solvabilidade	15,63%	16,75%	1,1 p.p	(6)
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	147,8%	159,6%	11,8 p.p	

Outros Indicadores	31 Dez 22	31 Dez 23	Var.	Notas
Nº de Empregados	163	158	-3,1%	(7)
Nº de Agências	9	9	0,0%	
Empregado por Agência	18,1	17,6	-3,1%	
(Crédito+Depósitos)/nº Empregados	250 051	280 756	12,3%	(3)
(Créditos+Depósitos)/nº Agências	4 528 710	4 928 832	8,8%	(3)

1. INTRODUÇÃO



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

2023

22.Mar. 🏆

World Economic Magazine distinguiu o Banco Interatlântico com dois prémios:

- Best Digital Bank Cape Verde 2023
- Best Corporate Bank Cape Verde 2023

24.Mar. 🏆

Global Business Magazine distinguiu o Banco Interatlântico com o prémio

“Best Commercial Bank in Cape Verde 2023”:

30.Jun

NOVA SEDE e Nova Agência Sede

Inauguração da Nova Sede do Banco Interatlântico
Inauguração da nova Agência Sede

01.Jul

Comemoração 24 anos do BI

Reunião de quadro com todos os 3mpregados e Órgãos Sociais do Banco

04.Jul

Simulacro

1º simulacro de evacuação total do novo Edifício Sede, com a participação da Protecção Civil, Bombeiros e Polícia Nacional

15.Set

Lançamento de novos produtos

O BI disponibiliza aos seus clientes a Linha de crédito do BEI de 10 Mio EUR e o crédito ao consumo com desembolso na hora



01.Dez

The Banker

atribuiu ao Banco Interatlântico, pelo sexto ano consecutivo, o prémio de “Bank of the Year”

The image shows a modern office environment. On the left, there is a large, open space with a light-colored tiled floor and a wall of vertical glass panels. On the right, there is a cubicle area with white desks, black office chairs, and white cubicle walls. The ceiling is white with recessed lighting. The text "QUEM SOMOS" is overlaid in orange on the left side of the image.

QUEM SOMOS

2. QUEM SOMOS

Somos o seu BANCO

O Banco de preferência e de referência para o segmento empresarial e de particulares *affluent e upper affluent*, distinto pela sua solidez, confiança e reputação, com capacidade de permanente inovação e reconhecido pela sua atuação pautada por um elevado padrão ético

MISSÃO E VALORES



Ser o banco de preferência e de referência para o segmento empresarial e institucional bem como dos particulares de rendimento médio-alto, reconhecido pela inovação tecnológica e de produtos e dinamismo no domínio dos serviços financeiros, nomeadamente no crédito especializado e mercado de capitais.

Consolidar-se como Banco prestador de um Serviço Financeiro global de qualidade, distinto pela relevância e responsabilidade forte na contribuição para um elevado padrão ético, desenvolvimento económico do País, reforço da competitividade, capacidade de inovação e satisfação dos empregados.

A actividade e a conduta dos empregados

pautam-se pelos seguintes valores fundamentais:

- Rigor
- Transparência;
- Segurança nas aplicações;
- Responsabilidade organizacional e pessoal
- Integridade
- Respeito pelos interesses confiados



2. QUEM SOMOS

ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

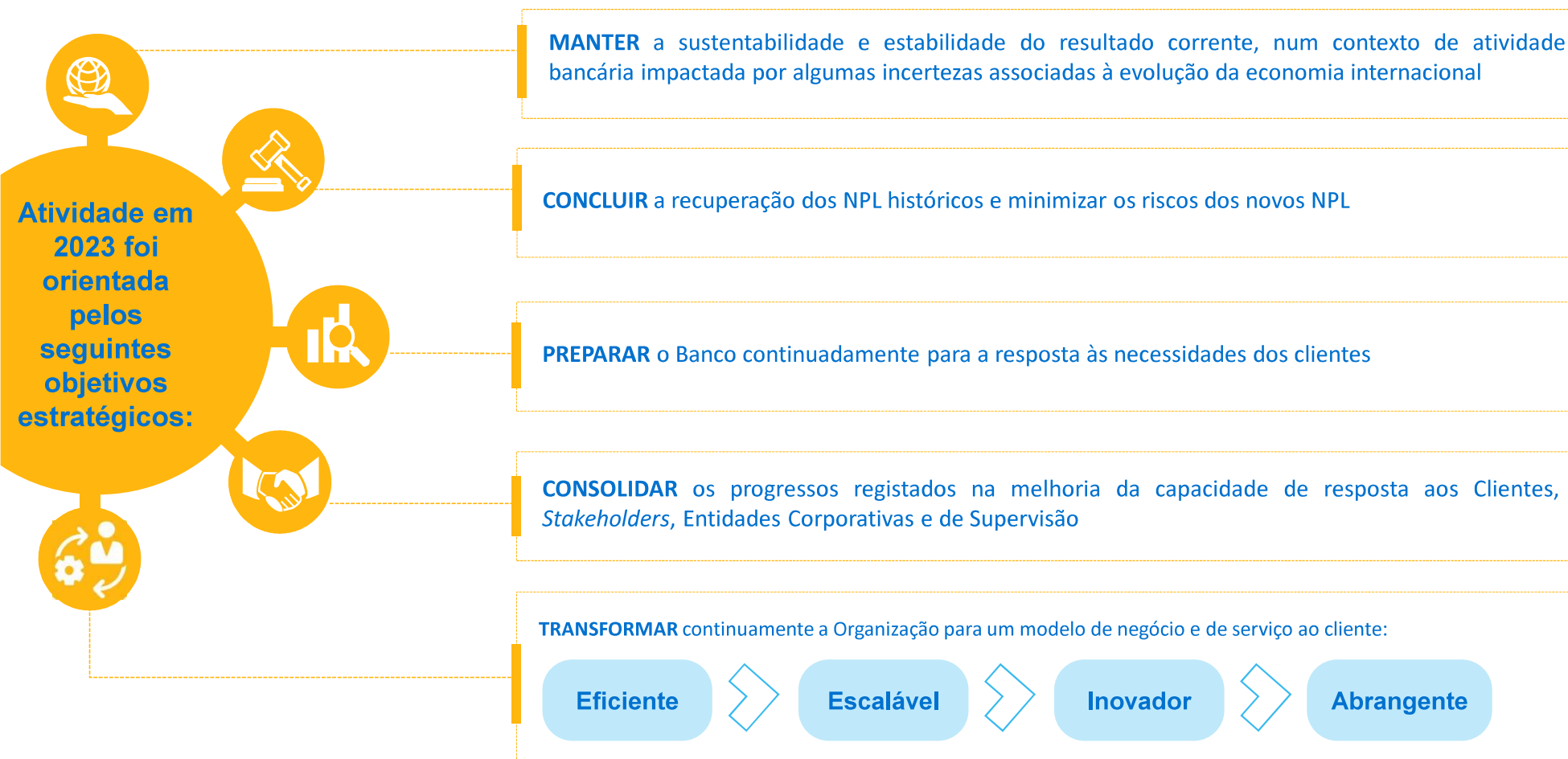
O Banco tem em curso a implementação de um plano estratégico para 2022/2024, ambicioso e desafiador, com execução de projectos estruturantes orientados pelos seguintes vectores estratégicos:





2. QUEM SOMOS

ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO





2. QUEM SOMOS

ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO



5 Projetos Estruturantes, transversais à organização, para implementação da Estratégia

REDE RETALHO LEAN

SEGMENTAÇÃO DINÂMICA

DESENVOLVIMENTO DE
CANAIS DIGITAIS

SUPORTE E
MARKETING

INOVAÇÃO



O foco nas **Pessoas**, aumentando responsabilidade e responsabilização e acompanhamento permanente e dedicado da gestão



As **Ambições para 2024 e Estratégia 2022/2024**, são de todos na organização:

Crescer – rentabilidade, quota de mercado e de cliente, negócio internacional

Inovar – oferta, canais e serviço aos clientes

Consolidar – a mitigação dos riscos e a qualificação dos recursos (humanos e tecnológicos)

2. QUEM SOMOS



ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

Presença geográfica e canais

Para servir os seus Clientes Particulares, Negócios, Empresas e Institucionais, o BI conta com nove agências nas principais ilhas do arquipélago, 1 gabinete de empresas e 1 gabinete de particulares, num total de 11 unidades comerciais.

Esta rede articula-se com os canais remotos, que incluem os serviços de *home banking* (Bin@Net Particulares e Empresas), a aplicação *mobile* (APP BI), assegurando assim a prestação de serviços e produtos bancários a todos os Clientes.

O BI tem vindo a desenvolver novas tecnologias para melhorar a experiência do Cliente na sua relação com o Banco, aumentando a capacidade de análise e resposta às necessidades de cada um e redesenhando vários processos para disponibilizar uma oferta cada vez mais inovadora e multicanal.





2. QUEM SOMOS

ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

Crédito na Hora

O Banco Interatlântico disponibilizou aos seus clientes, uma nova solução de crédito ao consumo, com desembolso em menos de 1h após o pedido do cliente, processo pioneiro que representa uma melhoria substancial do nível de serviço ao cliente, numa solução única em Cabo Verde.

Linha BEI

O Banco Interatlântico disponibilizou às PME uma Linha de crédito de 10 Milhões de EUR, co-financiada pelo European Investment Bank (BEI), tornando-se assim no primeiro e único Banco em Cabo Verde com que o BEI aceita contratar uma operação desta natureza, o que é reflexo importante da Solidez e Modelo Governo do Banco Interatlântico.

Crédito ao consumo



Linha BEI



2. QUEM SOMOS



ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

Evolução dos meios de pagamento

O Sistema financeiro cabo-verdiano manteve o número de Bancos a operar no país com 8 Bancos de autorização genérica.

Em 2023 o Banco Interatlântico manteve a sua rede comercial nas principais ilhas do país, com 9 agências e 2 Gabinetes.

Nos canais remotos continua a dar assistência aos clientes através das linhas de apoio disponíveis, redes sociais e endereço eletrónico, disponibilizando igualmente serviços associados aos canais remotos, nomeadamente ATM's e *Internet Banking*.

Em 2023 continua a apostar na comodidade, qualidade e segurança dos serviços, destacando a implementação de um sistema de gestão de filas por senhas automáticas na agências de Achada Santo António e do Plateau, que podem ser extraídos e controlados pelos clientes em qualquer lugar desde que tenham um dispositivo com acesso à Internet.

O parque de ATM's do Banco Interatlântico manteve-se em 43 máquinas em 2023, com a quota de mercado mantendo-se nos 25%.

Em relação aos POS's o Banco Interatlântico fechou o ano de 2023 com 1.550 POS ativos, registando assim um aumento em c. de 9% comparativamente a 2022, posicionando o Banco com uma quota de c. 15% do mercado.

Principais indicadores

27,8 mil Cartões REDE	5,7 mil Cartões VISA	+11% YoY Utilizadores regulares da Banca Digital
+12,69% YoY Cartões ativos		+9% De contratos ativos YoY <i>Internet Banking</i>
43 Unds.	3 ^a posição Quota de mercado ATM	15% Quota de mercado POS
YoY +26% Pagamentos de serviços no <i>Internet Banking</i>		+69% Operações no <i>Mobile Banking</i> Movimentos nos nossos Canais

2. QUEM SOMOS

ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

Evolução dos meios de pagamento

O número de utilizadores do serviço de internet Banking já ultrapassou os 24.300, uma variação positiva em relação ao ano de 2022 em c. de 9%.

Alargamos os nossos serviços disponíveis no Internet Banking com a disponibilização da emissão de ordens de transferências internacionais, que também se enquadra na política de sustentabilidade assumida pelo Banco visando neste caso específico a redução do consumo de papéis em todas as unidades do Banco.

Os cartões ativos do Banco Interatlântico voltaram a registar uma variação positiva com destaque para os cartões Visa Pay que assinalaram um aumento em mais de 30% comparativamente a 2022 chegando quase aos 5.000 cartões ativos. Os cartões da rede vinti4 já totalizam 27.807 unidades e os cartões de crédito Visa contabilizam mais de 700 unidades.

A promoção para utilização dos canais não presenciais do Banco tem apresentado resultados que impactam positivamente na qualidade e comodidade dos nossos clientes, mas também se alinham com a Política de Sustentabilidade assumida pelo Banco Interatlântico. Destacamos o aumento de pagamentos de serviços através do internet Banking em mais de 26% comparativamente a 2022 o que significa não só que os clientes estão a assumir os seus compromissos sem ter que se deslocar fisicamente aos estabelecimentos, mas também uma redução na impressão de faturas e recibos com o serviço a enviar os comprovativos dos pagamentos diretamente para o email dos utilizadores.



Principais indicadores

27,8 mil Cartões REDE	5,7 mil Cartões VISA	+11% YoY Utilizadores regulares da Banca Digital
+12,69% YoY Cartões ativos		+9% De contratos ativos YoY Internet Banking
43 Unds.	3^a posição Quota de mercado ATM	15% Quota de mercado POS
YoY +26% Pagamentos de serviços no Internet Banking		+69% Operações no Mobile Banking Movimentos nos nossos Canais

2. QUEM SOMOS



MODELO DE CRIAÇÃO DE VALOR

CRIAMOS VALOR ATRAVÉS DO NOSSO MODELO DE NEGÓCIO





2. QUEM SOMOS

MODELO DE GOVERNO

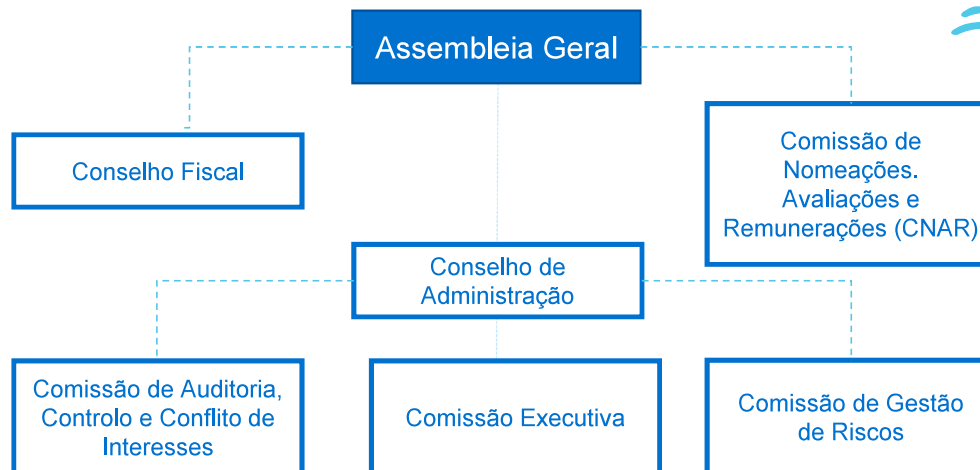
Governança

A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no artigo 347º do Código das Sociedades Comerciais, tendo como órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

Assembleia Geral

A Assembleia Geral (AG) é constituída por um presidente e por um secretário, eleitos trienalmente. A AG delibera sobre as matérias que lhes são especialmente atribuídas pela lei ou pelos Estatutos, incluindo a eleição dos órgãos sociais, a aprovação do relatório de gestão, contas do exercício, distribuição de resultados, e aumentos de capital.



Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA) é composto por um número ímpar de membros, no mínimo de cinco, sendo um presidente e outro vice-presidente, eleitos em Assembleia Geral por maioria absoluta de votos. A atividade do Conselho de Administração está estabelecida no Regulamento do Conselho de Administração, o qual pode ser consultado no sítio do BI.

O CA reúne trimestralmente ou sempre que seja convocado pelo seu Presidente. De todas as reuniões são lavradas atas em que são registadas as deliberações e presenças verificadas.



2. QUEM SOMOS

MODELO DE GOVERNO

Conselho Fiscal

A fiscalização da atividade social do Banco pertence ao Conselho Fiscal, composto por um Presidente, dois vogais efetivos e um vogal suplente. O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal poderá ser consultado no sítio do Banco Interatlântico, em www.bi.cv.

O Conselho Fiscal deve reunir-se ordinariamente, pelo menos, uma vez em cada três meses e extraordinariamente sempre que convocado pelo respetivo Presidente, sendo elaboradas atas das reuniões realizadas.

Comissão de Auditoria, Controlo e Conflito de Interesses (CACI)

A CACI tem como objetivo acompanhar a atividade da Comissão Executiva do Conselho de Administração do BI, zelar pela observância das condições legais e regulamentares, dos Estatutos do Banco e das normas emitidas pelas autoridades de supervisão, das políticas gerais, normas e práticas instituídas internamente, bem como, avaliar e promover a eficácia e eficiência da Função de Auditoria Interna, assegurando o reporte funcional direto desta função, proceder à apreciação crítica do Sistema de Controlo Interno do Banco e tomar conhecimento das situações de conflito de interesses e das medidas de gestão adotadas.

Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações (CNAR)

Este órgão é responsável por atualizar e rever a Política de Remunerações, sempre que considerado adequado ou necessário, de forma a assegurar o cumprimento dos seus objetivos e requisitos.

Esta Comissão tem como outras responsabilidades, propor à Assembleia Geral os valores das remunerações e, bem assim, as componentes fixas e variáveis que as integrem, quando aplicável, assim como emitir parecer sobre a avaliação de desempenho dos Titulares de Funções Relevantes (TFR), podendo para o efeito consultar, se o entender, o TFR Corporativo.

Comissão Gestão de Riscos (CGR)

A CGR é responsável por apoiar e aconselhar o Conselho de Administração em matéria de gestão de riscos do BI, em perímetro individual e consolidado, avaliar e promover a eficácia das Funções de Risco e de *Compliance*, monitorizar a estratégia e a apetência pelo risco do Banco, supervisionar a coerência entre todos os produtos e serviços importantes oferecidos aos clientes, acompanhar as políticas de gestão de todos os riscos conexos com a atividade do Banco, avaliar e promover a eficácia e eficiência dos processos de controlo interno do BI e pronunciar-se sobre a nomeação de consultores externos que a função de fiscalização decida contratar para a prestação de aconselhamento ou apoio.

No âmbito das suas competências, a CGR é presidida pelo CRO do Grupo CGD e integra adicionalmente dois Administradores não executivos e independentes,



2. QUEM SOMOS

GESTÃO DO RISCO

Modelo de Governo da Função de Gestão de Riscos

O responsável máximo pela Função de Gestão de Risco (FGR) no BI é *Chief Risk Officer* (CRO), membro da Comissão Executiva do Conselho de Administração do Banco, que responde à FGR Corporativa (FGR-CGD) e ao CRO Corporativo (CRO-CGD) do Grupo CGD.

O CRO é globalmente responsável pela monitorização do quadro de gestão de risco do BI e, em particular, por zelar pelo funcionamento adequado e eficaz da Função de Gestão de Risco, competindo-lhe igualmente informar e esclarecer os membros dos órgãos de administração e fiscalização sobre os riscos incorridos, o perfil global de risco do BI e o grau de cumprimento dos níveis de tolerância ao risco definidos.

A Função de Gestão de Risco local tem como responsável o Head of Risk e é apoiada por uma estrutura dedicada, a Direção de Gestão de Risco (DGR), que abrange a avaliação e o controlo dos riscos financeiros (s crédito, mercado, liquidez, taxa de juro no balanço) e não financeiros (estratégia e negócio, operacional, IT, e reputacional) incorridos pelo BI, consagrando o princípio da segregação de funções entre as áreas comerciais e a área de gestão de risco. A FGR local é apoiada e responde, em toda a sua extensão e actividade, à FGR Corporativa.

A DGR é um órgão de primeiro nível da estrutura orgânica do BI, com funções de controlo interno e que tem por objeto a proteção do capital do BI, nomeadamente através da gestão dos riscos de solvência, de crédito, de mercado, de liquidez, de taxa de juro do balanço, operacional e de outros não financeiros, incorridos pelo Banco, das inter-relações existentes entre eles e assegurando a coerente integração dos seus contributos parcelares.

Compete-lhe ainda o desenvolvimento de modelos de avaliação de risco e a elaboração de exercícios *de stress testing*. A DGR local é apoiada e responde, em toda a sua extensão e actividade, à DGR Corporativa.

Ao *Head of Risk*, que no caso do BI é também Director da DGR, compete, sem prejuízo dos demais deveres estabelecidos pelos normativos internos do BI, desenvolver e liderar uma Direção de referência tendo em conta o disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), demais textos legais aplicáveis e melhores práticas e padrões internacionais, com vista a garantir a eficácia e eficiência do sistema de gestão de risco e a contribuir para a promoção e melhoria contínua de uma cultura de risco no âmbito do BI, em coerência, consistência e consonância com as orientações do Grupo CGD.





2. QUEM SOMOS

GESTÃO DO RISCO

Gestão Global do Risco no BI

Risco de Crédito

A metodologia de gestão do Risco de Crédito assenta numa abordagem transversal e contínua a nível da concessão, do acompanhamento e da constituição de imparidades.

Na concessão, o BI garante o cumprimento da definição de Apetência pelo Risco de Crédito e da Política de Gestão de Risco de Crédito, nas componentes de tipo de cliente, tipo de crédito, valor, valor da exposição, colateral e prazo, entre outros, respeitando diferentes níveis de competência para a aprovação, conforme os limites obrigatórios definidos para a emissão de pareceres de risco de crédito.

No processo de acompanhamento e monitorização, garante-se o acompanhamento do crédito vencido e a verificação das recuperações registadas, com a produção de um conjunto de reportes sobre o crédito vencido e as recuperações, tendo desenvolvido uma rotina de produção de informação de gestão que tem permitido às diversas Unidades de Negócio e à Unidade de Recuperação de Crédito Vencido uma maior eficiência na sua actividade.

No âmbito do cálculo de imparidades, são considerados os activos financeiros classificados ao custo amortizado (AC) e mensurados pelo justo valor através do outro rendimento integral (FVTOCI), nomeadamente, crédito concedido a empresas e particulares incluindo Garantias Bancárias Prestadas, Compromissos Revogáveis e Irrevogáveis e Linhas de Crédito Revogáveis e Irrevogáveis, Títulos e Aplicações em Instituições de Crédito.

São isentas do cálculo de imparidade do crédito as operações Intragrupo.

Para os créditos a empresas, procede-se ao apuramento da exposição total por cliente, enquanto no crédito a particulares o tratamento é efectuado ao nível da operação, não se procedendo à agregação do valor de exposição das respectivas operações.

As exposições mais significativas são sujeitas a análise individual de imparidade, efectuada pela Unidade Comercial Gestora do cliente, mediante o preenchimento de uma Ficha de Análise Individual, que pretende determinar a capacidade do mutuário em fazer face ao serviço da dívida, em linha com as orientações regulamentares e corporativas.

Para as exposições menos significativas ou, caso da análise individual resulte uma taxa de imparidade nula, é considerada a análise colectiva ou paramétrica, realizada com base numa desagregação da carteira em subsegmentos de risco homogéneos, que englobam activos com características de risco similares, de acordo com critérios específicos determinados automaticamente ou decorrentes do melhor conhecimento da exposição considerada.

O BI tem implementados modelos de rating de empresas que visam, primordialmente, a notação de toda a carteira de crédito, refletindo de forma adequada o risco de crédito dos clientes em cada momento, permitindo um tratamento objetivo e diferenciado de clientes/operações com base no seu perfil de risco e, também, apoiar na monitorização periódica da carteira de crédito.

Na análise do risco de crédito de particulares, o BI rege-se por modelos de scoring, que cumprem objectivos similares.

No ano de 2023, destaca-se a consolidação da utilização da plataforma Credibox e do scoring automatizado na mesma, permitindo otimizar o tempo de resposta aos pedidos de créditos, transparência nas informações e a gestão/monitorização do perfil de risco da carteira de crédito do Banco.



2. QUEM SOMOS

GESTÃO DO RISCO

Gestão Global do Risco no BI

Risco de Mercado

O Risco de Mercado assume pequena relevância no contexto do BI, face às operações efectuadas, não existindo transacções suficientes para assegurar liquidez e formação de preços no mercado financeiro em que se insere.

Em termos de Risco de Taxa de Câmbio, a existência de paridade fixa entre o escudo cabo-verdiano e o Euro (CVE 110,265/1 EUR), resultante do acordo de paridade existente entre Cabo Verde e a União Europeia, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde.

O Banco mantém uma posição cambial cujos limites foram negociados com a Direcção de Gestão de Risco da CGD e posteriormente aprovados pelos Conselhos de Administração da CGD e do BI. Os limites de posição cambial foram determinados assumindo as necessidades reportadas e a utilização histórica da posição líquida por divisa, tendo em conta que todas as divisas se encontram com a mesma posição (longa ou curta). Assim sendo, os limites foram estabelecidos na moeda de contabilização quer para posições longas, quer para posições curtas. Os limites aprovados definem qual o nível de perdas, em termos de resultados ou de Fundos Próprios, que a instituição está disposta a assumir através de um sistema de limites cambiais para o Grupo, para cada Instituição e por moeda. Os limites cambiais são definidos pelo conjunto de limites de “Value at Risk” (VaR), de posição aberta líquida total e por moeda, na moeda de contabilização, para o Grupo e para cada Filial e Sucursal.

Risco de Taxa de Juro do Balanço

A generalidade das operações de crédito contratadas são à taxa fixa, o que implica a existência de risco de taxa de juro, mas que é minimizado pela cobertura natural através das operações passivas e pela implementação progressiva, em novas operações de prazos superiores a 5 anos, de taxas indexadas à Taxa de Cedência de Liquidez do Banco Central.

Risco de Liquidez

A gestão de liquidez do Banco é acompanhada e medida através do cash-flow diário, cujas políticas e normas emanam do Comité de Ativos e Passivos e é atualizado sistematicamente durante o dia, para o período mais curto, e com cobertura também para os períodos mais longos.

Tendo em conta a natureza do mercado cabo-verdiano com um excesso estrutural de liquidez, não sendo o BI excepção, a gestão da liquidez não apresenta riscos significativos.

A carteira de títulos de dívida pública é uma alternativa à aplicação da liquidez do Banco, quer em títulos do Banco de Cabo Verde quer em títulos do Estado de Cabo Verde. Os títulos de dívida pública por sua vez podem ser repassados ao mercado secundário. Devido à facilidade de compra e venda de moeda estrangeira junto do Banco de Cabo Verde, também é possível aplicar o excedente de liquidez no exterior.

Relativamente ao Rácio de Cobertura de Responsabilidades mensalmente comunicado ao Banco de Cabo Verde, o seu valor esteve ao longo do ano sempre acima dos parâmetros regulamentares mínimos fixados.



2. QUEM SOMOS

GESTÃO DO RISCO

Gestão Global do Risco no BI

Risco Operacional

Enquanto integrante do GCGD, o BI, em alinhamento com a gestão do risco operacional do mencionado Grupo, continuou a promover a implementação de medidas que permitam reforçar a gestão do risco operacional e a elaborar anualmente um relatório com as informações mais relevantes sobre a gestão dos diversos riscos, incluindo da gestão do risco operacional e o perfil de risco operacional do Banco.

De realçar que mensalmente é acompanhado no Comité de Risco Operacional e Controlo Interno (CROCI), a gestão do risco operacional, com a apresentação/discussão entre outros temas, da apetência pelo risco operacional.

Risco Modelo

A gestão do risco de modelo do BI assenta num processo integrado que compreende as seguintes dimensões: (1) Identificação, documentação e registo dos modelos; (2) Classificação do nível de risco dos modelos (risk tiering); (3) Governo interno do desenvolvimento, implementação e monitorização dos modelos; (4) Validação dos modelos; (5) Monitorização e comunicação do risco de modelo; (6) Utilização de recursos externos.

Compete ao Gabinete de Validação de Modelos (GVM) do GCGD propor à aprovação do Comité de Validação de Modelos da CGD (CVM) uma metodologia de avaliação do risco inerente dos modelos do BI, baseada numa estrutura de “*risk tiering*”. Compete igualmente ao GVM do GCGD, em cooperação com a DGR/CGD, a preparação das orientações e recomendações específicas relativas à gestão dos modelos, aplicáveis ao BI. Por sua vez o BI deve verificar a implementação dessas orientações e recomendações.

Outros Riscos não Financeiros

A gestão dos riscos não financeiros no BI incorpora as seguintes categorias de risco: estratégia e negócio, tecnologias de informação (IT), reputacional e climáticos e ambientais:

- Risco de estratégia e negócio: probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital decorrentes de riscos macroeconómico, geopolítico, de modelo de negócio, de execução de investimento, de participações em bancos e não bancos e de alterações climáticas;
- Risco de tecnologias de informação (IT): probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital decorrentes de perdas que advêm de risco de mudança, integridade de dados, falha nos sistemas de IT, risco de acesso e risco de entrega de sistemas de IT;
- Risco Reputacional: probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital decorrentes de perdas originadas pela perceção negativa da imagem pública da instituição (atividade bancária, bancassurance, gestão de ativos e risco de proteção de dados confidenciais).
- Riscos Climáticos e Ambientais (C&E): riscos associados aos impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de alterações climáticas e degradação ambiental que afetem sistemas (naturais e humanos) e regiões e são fontes de mudanças estruturais que afetam a atividade económica.

O controlo e a gestão de riscos não financeiros do BI passa essencialmente pela identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento, mitigação e reporte dos mesmos, em particular, no âmbito da Taxonomia de Riscos do Grupo CGD.

A modern office interior featuring a long row of blue armchairs and a low wooden coffee table. The room is characterized by large windows with vertical blinds and a minimalist design. The floor is made of large, light-colored tiles. The ceiling has recessed lighting and air vents. A glass partition is visible in the background.

CONTEXTO ECONOMICO E FINANCEIRO

3. CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO



ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO (*)

Economia Global

A atividade económica global e dos principais parceiros do país desacelera em 2023 e 2024 e recupera em 2025. Com a forte recuperação económica após a pandemia da Covid-19, o ritmo de crescimento da economia global e dos principais parceiros do país deverá abrandar em 2023 e 2024, refletindo de entre outros fatores, as consequências a longo prazo da pandemia, a guerra da Rússia na Ucrânia e a crescente fragmentação geoeconómica, bem como, o efeito do aperto das políticas monetárias e das condições financeiras necessário para reduzir a inflação, e a retirada dos apoios orçamentais num contexto de dívida elevada e eventos climáticos extremos.

Apesar do abrandamento da economia, os mercados de trabalho dos principais parceiros do país e acolhedores da diáspora cabo-verdiana permaneceram robustos, particularmente na Área do Euro e nos EUA.

Os principais parceiros do país apresentam uma redução gradual da inflação no horizonte de projeção.

*Fonte: Relatório da Política Monetária Out./2023 e Abril/2024.

Assim, de acordo com as projeções do World Economic Outlook (WEO) do Fundo Monetário Internacional (FMI) Janeiro de 2024, o produto interno bruto (PIB) mundial em volume deverá crescer 3,1% em 2023 e 3,1% em 2024 (o que se compara com 3,5% em 2022), verificando-se divergências globais, e alterações mais consideráveis nas trajetórias de crescimento das principais economias, com revisões em alta para os EUA e revisões em baixa para a China e a Área do Euro.10.

Para 2025, antecipa-se uma recuperação das economias, particularmente, dos principais parceiros do país, com a melhoria dos rendimentos reais sustentada pela descida da inflação, com a hipótese de maior dinamismo da procura externa e com o desemprego ainda baixo. No entanto, o crescimento continuará a ser limitado pelas repercussões na economia real da maior restritividade das políticas monetárias e das condições de concessão de crédito adversas e pela cessação gradual das medidas de apoio orçamental.

O relatório do FMI de Outubro de 2023 aponta para um crescimento da economia mundial em torno dos 3% em 2023 e 2,9% em 2024.

Sendo expectativa do Banco Central a manutenção da decisão de aumento das taxas de referência, considerando a necessidade de convergir e reduzir o diferencial face às taxas de juro da Área do Euro, limitar o risco de fuga de capitais do país e garantir o regime de peg fixo ao Euro, bem como, a estabilidade do sistema financeiro.

PIB (Var %)	2022 ^p	2023 ^p	2024 ^p	2025 ^p
Produto Mundial em volume, variaç	3,5	3,1	3,1	3,2
Economias Avançadas	2,6	1,6	1,5	1,8
EUA	1,9	2,5	2,1	1,7
Área do Euro	3,4	0,5	0,9	1,7
Alemanha	1,8	-0,3	0,5	1,6
França	2,5	0,8	1,0	1,7
Itália	3,7	0,7	0,7	1,1
Espanha	5,8	2,4	1,5	2,1
Reino Unido	4,3	0,5	0,6	1,6
Japão	1,0	1,9	0,9	0,8
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	4,1	4,1	2,8	2,5
Brasil	3,0	3,1	1,7	1,9
Rússia	-1,2	3,0	2,6	1,1
Índia	7,2	6,7	6,5	6,5
China	3,0	5,2	4,6	4,1
África Subsariana	4,0	3,3	3,8	4,1



3. CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO (*)

Economia Nacional

O contexto externo repercutiu-se no desempenho da economia nacional. **O produto interno bruto em volume registou um abrandamento, crescendo 5,8% no primeiro semestre**, quando no período homólogo, cresceu 18,9%. A procura mais contida, os critérios de concessão de crédito ligeiramente mais restritivos para as empresas e a moderação da procura externa turística, condicionaram o crescimento económico no primeiro semestre do ano. O abrandamento do crescimento do PIB alargou-se a quase todos os setores de atividade, com particular destaque, para os serviços ligados ao turismo.

Apesar de pressões em sentido ascendente dos preços do petróleo no mercado internacional, **a inflação em Cabo Verde continua a reduzir**, refletindo a queda dos preços dos produtos energéticos e, em menor grau, dos produtos alimentares, bem como, efeitos de base descendentes. Com efeito, em Dezembro de 2023, a taxa de variação média do índice de preços no consumidor fixou-se nos 3,7% e a taxa de variação homóloga nos 1,3%.

*Fonte: Relatório da Política Monetária Out./2023.

“O número de hóspedes em 2023 ultrapassou o recorde anterior, registado no ano de 2022, e ultrapassando largamente os resultados antes da pandemia, situando-se nos 1.010.739 hóspedes”

Fonte: Relatório sobre a movimentação de hóspedes em Cabo Verde em 2023 - INE

O défice da balança corrente registou uma melhoria mais ténue face ao semestre homólogo, para o qual concorreram sobretudo, o abrandamento nas exportações de serviços de viagens de turismo e nas remessas de emigrantes (que cresceram em, respetivamente, 31,6% e 3%), a redução nas exportações de serviços de transportes aéreos (em 30%) e nas reexportações de combustíveis e víveres nos portos e aeroportos nacionais (em 16,3%), bem como, o aumento dos rendimentos de investimento direto expatriados.

O aumento, em cerca de 3.379 milhões de escudos, nos influxos líquidos de financiamento da economia, em resultado de entradas de financiamento a favor do Tesouro, provenientes sobretudo do Banco Mundial e do FMI, foram suficientes para cobrir as necessidades de financiamento da economia, resultando num acréscimo de ativos de reserva em cerca de 46 milhões de euros. Neste quadro, o stock de reservas externas líquidas, nos primeiros seis meses do ano, permitiu garantir 6,2 meses das importações de bens e serviços (seis meses no semestre homólogo).

Em resultado destes desenvolvimentos, **as perspetivas atualizadas do Banco de Cabo Verde apontam para a estabilização do crescimento real da actividade económica nacional mantendo o mesmo ritmo de 2023**, devido: (i) ao desvanecimento gradual dos efeitos positivos de arrastamento do processo de recuperação da crise pandémica (com o fim das restrições e a reabertura da economia) que se iniciou em 2021 e culminou em 2022; (ii) à conjuntura externa menos favorável, com o menor dinamismo nos principais parceiros económicos do país, com implicações ao nível da procura turística, que deverá ser mais moderada; (iii) aos efeitos cumulativos da inflação (apesar de estar a reduzir, continua ainda em níveis elevados); (iv) às condições de financiamento mais apertadas e os critérios de aprovação pelos bancos de novos empréstimos mais restritivos, em particular para as empresas, com impacto na redução da procura de crédito e, por conseguinte, nas decisões de investimento e, (v) a alguma incerteza sobre a oferta e os preços da energia e sobre a confiança dos agentes económicos, perante as preocupações recentes de uma oferta insuficiente de petróleo com a decisão dos países da OPEP+ de reduzirem a produção.

3. CONTEXTO ECONÓMICO E FINANCEIRO



ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

Economia Nacional

Para os anos de 2024 e 2025, o crescimento do PIB em volume deverá recuperar gradualmente, com a melhoria dos rendimentos reais das famílias sustentada pela descida da inflação e com o aumento da procura externa turística em linha com a melhoria das perspetivas económicas dos principais parceiros. Contudo, o crescimento continuará a ser condicionado pelas repercussões na economia real de uma maior restritividade das condições de oferta de crédito com implicações na redução da procura de crédito e, por conseguinte, nas decisões de consumo e de investimento dos agentes económicos, bem como, pela retirada gradual das medidas de apoio orçamental de compensação pela alta dos preços da energia (face à queda prevista nos preços futuros dos produtos energéticos no mercado internacional).

Assim, no geral, espera-se que o crescimento anual do PIB real mantenha-se estável em 5,1% para 2024 para depois aumentar para 5,4% em 2025.

No que se refere à taxa de inflação, esta, à semelhança do que se registou na maior parte das economias mundiais, atingiu em 2022, os 8%, o nível mais alto dos últimos 20 anos, traduzindo o prolongamento das restrições persistentes na oferta e o aumento dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas no mercado internacional. No entanto, em agosto de 2023, beneficiando da redução dos preços das matérias-primas energéticas e, em menor grau, dos produtos alimentares no mercado internacional, da fraca procura, bem como, de efeitos de base descendentes, a taxa de inflação média anual reduziu para 5,8% e a homóloga para os 2,9 por cento.

A taxa de inflação deverá reduzir gradualmente e atingir os níveis consistentes com o objetivo de estabilidade dos preços em 2025, favorecida pela expectativa de queda dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas no mercado internacional, pela normalização das cadeias de abastecimento globais e redução das pressões sobre os custos de produção e pelo impacto da restritividade da política monetária e do aperto das condições de oferta de crédito (ou de financiamento) na procura.

Face ao contexto, é fundamental o alinhamento gradual da condução da política monetária do BCV à atuação do BCE, no sentido de reduzir o diferencial de juros e, deste modo, mitigar os riscos associados a uma potencial saída de divisas, garantindo a sustentabilidade do regime cambial de peg fixo da moeda nacional ao euro, sem descurar os desafios associados à estabilidade financeira.

In “Relatório de Política Monetária – Out23”

Face ao contexto, o Banco Central aumentou as principais taxas de referência em Maio de 2024, estando em vigor as seguintes taxas:

Taxas	Anterior (*)	Em vigor (**)	Var
Taxa Diretora	1,25	1,50	25 p.b
Taxa de Permanente de Cedência de Liquidez	1,50	1,75	25 p.b
Taxa de Permanente de Absorção de Liquidez	0,70	0,95	25 p.b
Coefficiente de DMC	10,00	10,00	0 p.b
Taxa de Redesconto	2,50	2,75	25 p.b

(*) Novembro de 2023
(**) Maio de 2024



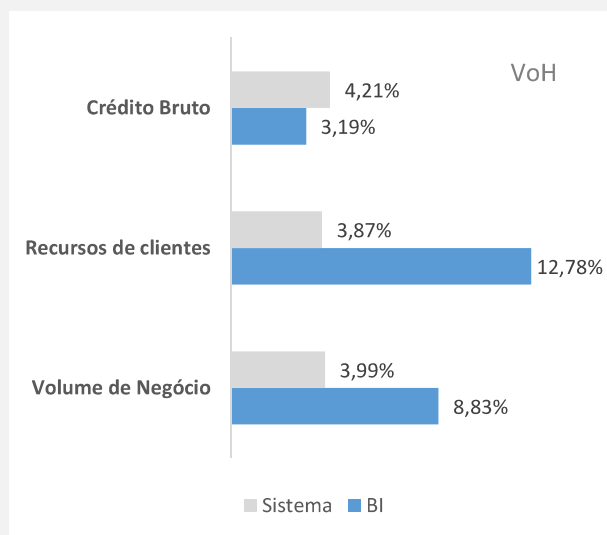
O BANCO EM 2023

4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2023



ACTIVIDADE DA BANCA COMERCIAL

Posicionamento Competitivo



*Fonte Banco de Cabo Verde Dezembro 2023 - Não inclui Créditos Mobiliários (Títulos Dívida Pública e Obrigações emitidas pelas empresas)

Volume de Negócios



O **volume de negócios** do sistema bancário nacional registou uma variação positiva em 2023 comparativamente a 2022 **em 3,99%**, tendo o Banco Interatlântico superado esta variação, com **um aumento de c. 8,83%**.

Recursos de Clientes



Os **recursos totais de clientes** aumentaram em 2023 **CVE milhões (12,78%)** comparativamente a Dezembro de 2022, **um crescimento muito superior à evolução do mercado (3,87%)**, atingindo o montante de CVE 27.075 mil. Em relação à carteira de depósitos regista-se uma evolução positiva nos depósitos à ordem (+22,5%) e um ligeiro decréscimo nos depósitos não à ordem. A taxa de remuneração dos depósitos não à ordem situou-se nos 1,897% em Dezembro de 2023 (Dez22 = 1,819%).

Crédito Bruto a clientes



Em relação ao **crédito bruto**, o mercado registou uma **variação positiva, de 4,21%**, e o Banco Interatlântico de **+3,19%**, com a **quota de mercado situando-se em 11,57%**. O crédito vencido diminuiu 18,6% em 2023, representando um rácio de incumprimento de 3,86%, muito abaixo da média do Sistema (6,40%).

- (1) Inclui os valores desembolsados em cada ano (não inclui os aumentos das contas em utilização; inclui os desembolsos de tranches de créditos contratados em anos anteriores)
- (2) Inclui Juros e outros débitos de clientes

4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2023



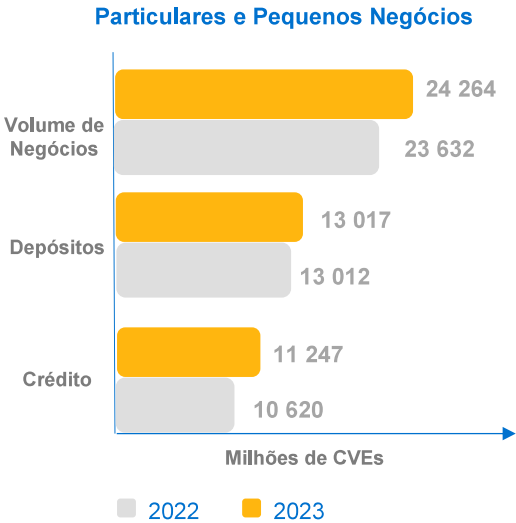
ACTIVIDADE DA BANCA COMERCIAL

Posicionamento Competitivo

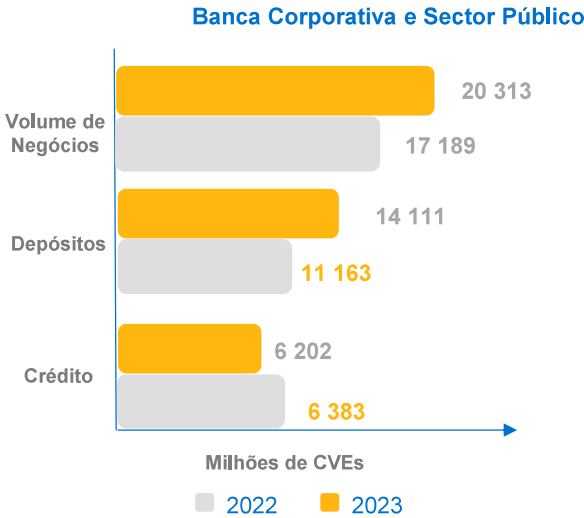


Volume de Negócios

O volume de negócios na **Banca de Retalho** situou-se nos CVE 24.264 milhões em Dezembro de 2023, registando um aumento de 2,7% face ao período homólogo, com um registo de crescimento a nível de crédito de 5,9%.



O volume de negócios da **Banca Corporativa e Sector Público** alcançou o montante de CVE 20.313 milhões em 2023, representando um aumento de 18,2% face ao período homólogo, impulsionado pelo crescimento dos Depósitos (+26,4%)



4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2023



CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito (bruto) vincendo do Banco Interatlântico registou um aumento de 4,3% face ao período homólogo, equivalentes a CVE 702.591 mil, fixando-se nos CVE 16.782 milhões.

O crédito e juros vencidos atingiu o montante de CVE 671,4 milhões, registando uma diminuição de -18,6% (CVE -153,7 milhões) face a Dezembro de 2022, resultado do esforço do Banco em resolver os grandes incumprimentos.

As imparidades de crédito não representado por valores mobiliários situaram-se em CVE 510,3 milhões, registando uma variação negativa de -15,0% (CVE -90,3 milhões) face a Dezembro de 2022, explicada maioritariamente pelas regularizações ocorridas na carteira de crédito, apesar da constituição de imparidades, no âmbito do *backstops* de NPL, registado durante o ano. A cobertura das imparidades pelo crédito vencido situou-se nos 76%, um aumento face a Dezembro de 2022 de 3,2 p.p.

Em termos líquidos, o crédito não representado por valores mobiliários registou um aumento de 3,9%, fixando nos CVE 16.868 milhões.

Qualidade de crédito e Cobertura

	31 Dez 22	31 Dez 23	Var.	Notas
Rácio de NPL (Non-performing loans)	4,82%	3,77%	-1,0 p.p	
Rácio de NPL Líquido	2,75%	2,28%	-0,5 p.p	
Rácio de NPE (<i>Non-performing exposure</i>)	3,60%	2,90%	-0,7 p.p	
Rácio de NPE Líquido	2,05%	1,75%	-0,3 p.p	
Cobertura NPL	33,97%	41,03%	7,1 p.p	
Cobertura NPE	33,79%	40,81%	7,0 p.p	
Custo do Risco de Crédito	0,45%	0,40%	-0,05 p.p	(4)
Crédito e juros vencidos/Crédito Bruto	4,90%	3,86%	-1,0 p.p	(3)
Qualidade do crédito BCV (Circular Série "A" nº 150/DSE/2009)	2,45%	1,82%	-0,6 p.p	(3)
Imparidade do Crédito / Crédito e juros vencidos	72,79%	76,00%	3,2 p.p	(3)

(3) Crédito não titulado

(4) Custo de Risco de Crédito líquido (inclui títulos das empresas) das recuperações de abatidos e juros de anos anteriores

Os 50 maiores clientes de crédito representaram 24,7% do total da carteira, reflectindo uma diminuição da concentração em 1,5 p.p face ao período homólogo. Os 50 maiores clientes NPL representaram 91,6% do total carteira NPL.

Os rácios de NPE e NPL situaram-se nos 2,9% e 3,8%, com variações negativas de 0,7 p.p e 1,0 p.p, respetivamente.



4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2023

RENTABILIDADE SUSTENTÁVEL

Resultados e Rendibilidade e Solvabilidade

O Banco Interatlântico obteve **um lucro líquido de CVE 397 milhões em 2023**, superior em c. 89,6 Milhões face a 2022.

O **Produto Global da Atividade** aumentou +9,1% (CVE +109 milhões), alcançando o montante de CVE 1.308,0 milhões, impulsionado pelo efeito do acréscimo das comissões, dos proveitos do crédito e dos dividendos recebidos

Em Dezembro de 2023, a **Margem Financeira** registou um ligeiro aumento em CVE +51,6 milhões (+5,6%) relativamente ao período homólogo, situando-se em CVE 972.5 milhões, justificado essencialmente por:

- Aumento dos juros e rendimentos** similares em CVE +63 milhões (+5,7%) face ao período homólogo, justificado:
 - Pelo aumento dos juros de crédito em 6,3% (CVE +53 milhões), devido ao aumento do volume de crédito performing em CVE +690 milhões (+4,3%) e o efeito do aumento da TMP em 0,05 p.p em 2023;
 - Pelo aumento dos juros das aplicações em IC's em 2344% (+CVE 21,6 milhões), decorrente da melhor gestão das aplicações do excedente de liquidez;
 - Pela diminuição dos juros dos títulos de dívida no montante de CVE -17,1 milhões (-8,1%), justificada pelas amortizações de obrigações de tesouro registadas ao longo do ano, com TMP superior às novas aquisições.
 - Pelo aumento dos juros dos depósitos em 7,5% (CVE +12,7 milhões);

Valores em mil CVE	dez/22	dez/23	Var.
MARGEM FINANCEIRA	920 897	972 541	5,6%
Juros e Rendimentos Similares	1 101 700	1 164 252	5,7%
Juros e Encargos Similares	180 803	191 711	6,0%
MARGEM COMPLEMENTAR	277 743	335 477	20,8%
Rendimentos de instrumentos de capital	39 875	74 673	87,3%
Comissões Líquidas	118 745	128 527	8,2%
Resultados de reavaliação cambial	42 278	49 204	16,4%
Resultados de alienação de outros activos	3 582	-486	-113,6%
Outros resultados de exploração	73 262	83 558	14,1%
PRODUTO BANCÁRIO	1 198 640	1 308 018	9,1%
Custos com pessoal	306 589	326 611	6,5%
Gastos gerais administrativos	322 163	337 500	4,8%
Amortizações do exercício	66 305	71 745	8,2%
CUSTO DE ESTRUTURA	695 057	735 856	5,9%
RESULTADOS BRUTOS DE EXPLORAÇÃO	503 584	572 162	13,6%
Imparidades e Provisões	203 253	205 585	1,1%
Resultados em empresas associadas	17 396	60 787	249,4%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	317 727	427 363	34,5%
Impostos Correntes	9 905	29 985	202,7%
Impostos Diferidos	0	0	
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	307 821	397 378	29,1%

4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2023



RENTABILIDADE SUSTENTÁVEL

Resultados, Rendibilidade e Solvabilidade

2. Aumento dos custos financeiros CVE +11 milhões (+6,0%) face ao período homólogo justificado essencialmente pelo aumento dos juros dos depósitos a prazo em 7,5% (CVE +12,7 milhões)

Ao nível da **Margem Complementar**, registou-se um aumento de 20,8% (CVE +57,7 milhões) face ao ano de 2022, alcançando o montante de CVE 335 mil, justificado maioritariamente pela evolução do comissionamento e dos proveitos de participações financeiras.

As **Comissões líquidas** situaram-se nos CVE 128 milhões, um acréscimo de +8,2% face ao período homólogo (CVE 9,8 milhões), justificado:

- Pelo aumento dos rendimentos com serviços e comissões no montante de CVE +19,3 milhões (+11,9%);
- Pelo aumento dos encargos com serviços e comissões de +21,7% (CVE +9,5 milhões), explicado essencialmente, pelo acréscimo de encargos associados a serviços VISA em 26% (CVE +7,7 milhões).

	dez/22	dez/23	Var.	Notas
RÁCIOS DE RENTABILIDADE E EFICIÊNCIA				
Rentabilidade Líquida do Ativo (ROA)	1,11%	1,38%	0,3 p.p	(1)
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)	9,69%	11,50%	1,8 p.p	(1)
Produto Global de Atividade / Ativo Líquido Médio	4,29%	4,54%	0,3 p.p	(1)
Custo com Pessoal / Produto Global de Atividade	25,66%	24,97%	-0,7 p.p	
<i>Cost to income</i>	58,2%	56,3%	-1,9 p.p	
Comissões Líquidas / Volume de Negócios	0,29%	0,31%	0,01 p.p	(2)
Comissões Líquidas / Custos com Pessoal	38,73%	39,35%	0,6 p.p	

(1) Capitais Próprios a Ativos Líquidos Médios (13 observações)

(2) Volume de Negócio = Crédito Bruto Médio + Depósitos de Clientes Médio (13 observações)



4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2023

RENTABILIDADE SUSTENTÁVEL

Resultados, Rendibilidade e Solvabilidade

O **Resultado Bruto De Exploração** situou-se nos CVE 572 milhões, representando um acréscimo de 13,6% (CVE +68,7 milhões) face ao período homólogo.

Os **Custos De Estrutura** totalizaram os CVE 736 milhões, registando um aumento em CVE +40,8 milhões (+5,9%) face ao período homólogo, justificado, essencialmente, pelas seguintes variações:

- Pelo aumento dos **custos com pessoal** no montante de CVE 20,0 milhões (+6,5%), melhorando as remunerações dos colaboradores e premiando o mérito;
- Pelo aumento no montante de CVE +15,3 milhões (+4,8%) nos **gastos gerais administrativos**, justificada por:
 - a) Aumento dos custos com serviços de informática em CVE +4,9 milhões (+6,6%), decorrente da implementação de projetos estratégicos e regulatórios e actualização dos preços dos contratos;
 - b) Aumento dos custos com transportes de valores e seguros de valores, totalizando CVE +4,1 milhões, em resultado da maior actividade;
 - c) Aumento dos custos com formação em CVE +2,3 milhões (+89%);
- Pelo aumento das **depreciações e amortizações** em CVE 5,4 milhões (+8,2%) justificado essencialmente pela entrada em produção de alguns projectos estratégicos e a Nova Sede do Banco.

As **Imparidades e Provisões Líquidas** alcançaram o montante de CVE 206 milhões, representando um ligeiro aumento na constituição face a Dezembro de 2022 (+1,1%).

O **cost-to-income** passou de 58,2% em Dezembro de 2022 para 56,3% em Dezembro de 2023, reflexo da melhoria da eficiência operacional e o aumentos dos proveitos.

Na **Rentabilidade** o ROE atingiu 11,50% e o ROA 1,38%, representando variações positivas face ao ano de 2022 em 1,8p.p e 0,3 p.p, respectivamente.

No **domínio da solidez financeira**, o Banco observou todos os indicadores prudenciais exigidos pelo Banco de Cabo Verde, apresentando para todos os rácios valores acima do mínimo legalmente exigido. O rácio de solvabilidade a 31 de Dezembro foi de 16,75%, representando um aumento de 1,1 p.p.



4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2023

CAPITAL HUMANO

O BI, em alinhamento com a Caixa Geral de Depósitos, baseia a sua conduta relativamente aos seus empregados no respeito pela:

- **Diversidade e**
- **Igualdade de oportunidades e**
- **Não-discriminação,**

Pautando, igualmente, a sua ação por um integral e rigoroso cumprimento da lei e por elevados padrões éticos.

Na relação com, e entre, empregados são proibidas quaisquer formas de discriminação individual incompatíveis com a dignidade da pessoa, nomeadamente em relação à sua origem, etnia, género, orientação sexual, opinião política e/ou religião, constituindo princípio fundamental do Banco proporcionar oportunidades de acesso ao trabalho e promoção profissional iguais e sem qualquer discriminação.

Paralelamente, o BI promove um ambiente de trabalho em que cada um pode colaborar na deteção e comunicação destas práticas indesejadas, assegurando a não retaliação e disponibilizando um canal interno para o efeito.

Nos processos de contratação, seleção e/ou promoção profissional, é proibida qualquer forma de discriminação, devendo todos os intervenientes, independentemente da sua posição, atuar com objetividade e promover a igualdade de oportunidades tendo como único propósito identificar os candidatos mais adequados ao perfil e necessidades da função e os mais alinhados com a cultura e os valores do Banco.

Todos os empregados, especialmente os que desempenham funções de chefia ou de direção, devem promover relações baseadas no respeito pela dignidade, participação, equidade e colaboração recíproca, contribuindo para a criação e manutenção de um bom ambiente de trabalho.

No que se refere aos riscos laborais, o BI considera a segurança e a saúde no trabalho fundamentais, sendo a melhoria permanente das condições de trabalho um objetivo prioritário.

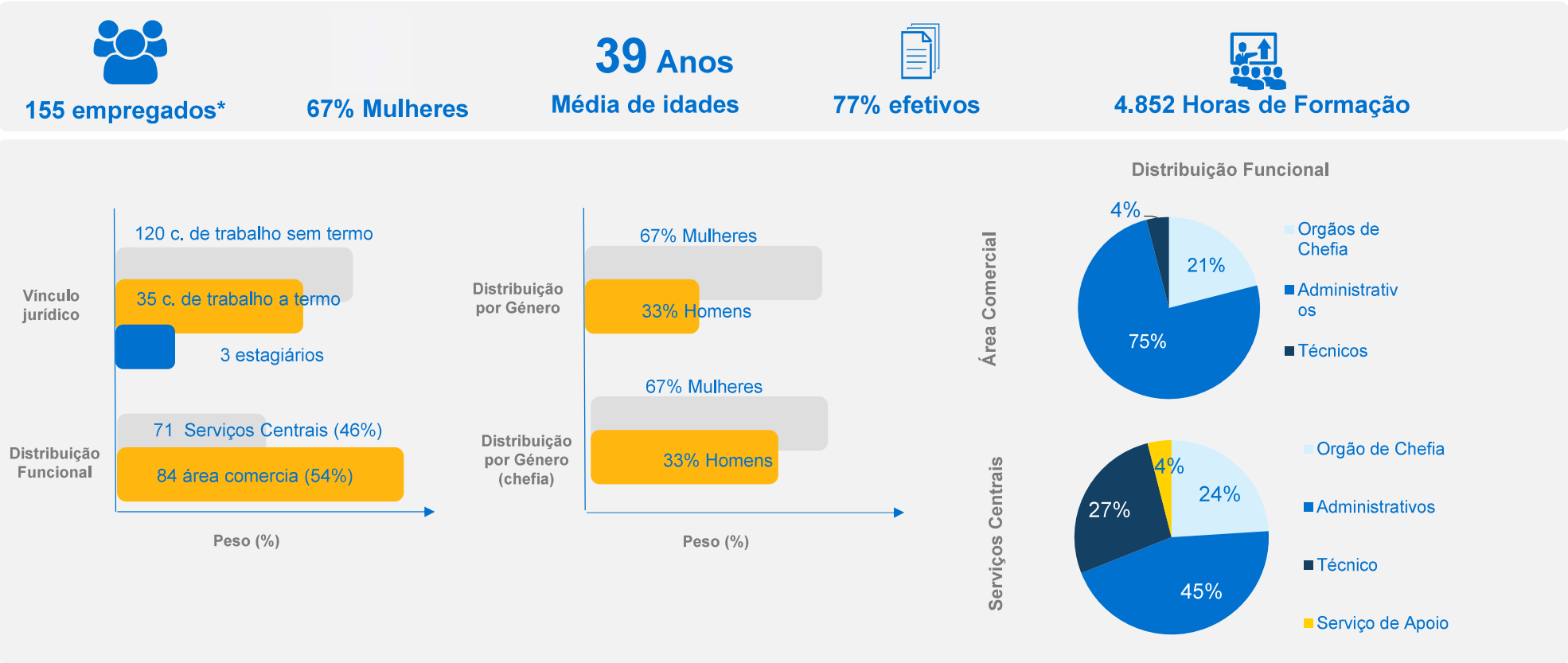
No cumprimento da legislação em vigor, o Banco assegura um ambiente de trabalho seguro e saudável com vista a prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2023



CAPITAL HUMANO

Principais Indicadores



* Uma empregada encontra-se em situação de licença sem vencimento pelo exercício de cargo político electivo (Deputada) e uma outra em situação de pré-reforma. A estes 155 empregados acrescem 3 estagiários profissionais.

4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2023



CAPITAL HUMANO

O Banco terminou o ano de 2023 com um quadro de pessoal de 155 elementos (dos quais 67% são mulheres), verificando-se uma diminuição de 5 elementos face a 2022. Do total, 2 elementos encontram-se a exercer cargo no próprio Banco (Comissão Executiva), um outro elemento encontra-se em situação de licença sem vencimento pelo exercício de cargo político electivo (Deputada) e um outro elemento encontra-se em situação de pré-reforma.

Da globalidade dos empregados, 120 são efetivos (mais 8 em relação ao ano anterior) e os restantes 35 possuem contrato por tempo determinado (menos 1 comparativamente a 2022).

Em 2023 manteve-se a predominância da distribuição funcional na área comercial, com 84 empregados (54%). Do total, 33 desempenham Cargos de Chefia.

A média de idades dos empregados do Banco é de 39 anos, com predominância entre os 26 e os 40 anos.

Relativamente à antiguidade, 59% do quadro de pessoal, 91 empregados, tem antiguidade superior a 6 anos e, destes, 75 empregados têm antiguidade superior a 10 anos.

Ao nível das habilitações literárias, verificou-se menos 2 empregados com formação superior, fixando-se em 108, por saída líquida de dois técnicos.

Acrescendo-se o número de estagiários, o total do quadro de pessoal cifrou-se em 158, sendo 155 com contrato de trabalho e 3 beneficiam de acordo de estágio profissional.

Distribuição por Escolaridade

	2022		2023	
	Quant.	%	Quant.	%
Ensino Básico	2	2%	2	1%
Ensino Secundário	40	25%	39	25%
Bacharelato	6	4%	6	4%
Licenciatura	100	64%	96	62%
Pós Graduação/Mestrado	10	6%	12	8%
Total	158	100%	155	100%

4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2023



CAPITAL HUMANO

Investimento contínuo na capacitação e no desenvolvimento dos empregados

A aprendizagem e formação no BI assenta na dinamização de um modelo formal e informal. Assim, durante o ano foram realizadas 76 ações de formação, equivalentes a 4.852 horas, tendo-se retomado, em 2023, a retoma das formações presenciais não descurando a dinâmica das formações por via remota.

As formações abrangeram 152 participantes (correspondendo a 98% do total de empregados). No que se refere ao indicador hora por empregado, verifica-se uma média de 31,53 horas em 2023. O Banco Interatlântico tem apostado no desenvolvimento dos seus Colaboradores através de ações de Formação que permitam o desenvolvimento das suas competências pessoais e profissionais, com ações direcionados para todos os Colaboradores. As formações ministradas durante o ano visaram principalmente capacitar, difundir e incentivar a cultura de gestão de risco na instituição e participaram nas referidas formações não só quadros com funções de controlo (2ª e 3ª linhas de defesa), mas também quadros pertencentes aos órgãos de estrutura de suporte e rede.

Colocando em prática a política de sustentabilidade, foram igualmente ministradas formações relativas a finanças sustentáveis, tendo igualmente quadros do Banco participado em conferências e workshops sobre ESG e ODS.

Elencam-se as principais formações realizadas durante o ano:

Desenvolvimento de Competências Pessoais e Profissionais

- Organização do Trabalho e Gestão do Tempo
- Os Desafios do Trabalho em Equipa

- Liderança
- Gestão de Equipas

Cultura de Controlo e Gestão de Risco

- Controlo Interno
- Gestão de Risco nas Organizações e Auditoria Interna
- Gestão de Risco e Comportamento Organizacional
- Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares
- Risco Operacional
- *Risk Management - Credit Risk*
- PBC/CFT

Sustentabilidade

- Curso de Gestão Estratégica de Sustentabilidade (GES)
- *Financial Institution Corporate Governance*
- Webinar *Governance*, Anticorrupção, ODS
- *Corporate Governance*: Os Desafios e as oportunidades para o Sistema Bancário e a Economia de Cabo Verde

Outros temas relevantes

- Workflow de Crédito
- *IFRS for Banks for Management*
- IFRS9
- *Cyber and Information Security Management*

Estatística Formação

2022			2023		
Nº de Acções	Nº Part.	Horas For.	Nº de Acções	Nº Part.	Horas For.
73	149	2.796	76	152	4.852



4. BANCO INTERATLÂNTICO EM 2023

RECONHECIMENTO E REPUTAÇÃO



The Banker atribui ao Banco Interatlântico, pelo **sexto ano consecutivo**, o prémio do “Bank of the Year”. Reconhecendo deste modo o empenho e a dedicação do Banco e e dos seus colaboradores na elevada qualidade de serviço aos clientes.



World Economic Magazine

distinguiu o Banco Interatlântico com dois prémios:

- **Best Digital Bank Cape Verde 2023**
- **Best Corporate Bank Cape Verde 2023**



Global Business Magazine distinguiu o Banco Interatlântico com um prémio:

- **Best Commercial Bank in Cape Verde 2023**



Estas distinções materializam o compromisso do Banco Interatlântico em elevar cada vez mais os seus padrões de serviço e reflectem a preferência e confiança dos nossos Clientes.

A modern lounge area with two large, curved blue sofas and several matching blue ottomans. A central white circular table is surrounded by the ottomans. The room has a drop ceiling with recessed lighting and a large window on the right. In the background, there is a partitioned area with vertical slats and a desk with chairs.

**BANCO SOCIALMENTE
RESPONSÁVEL**



Principais marcos da Sustentabilidade

Destaques 2023



155
colaboradores



Diversidade colaboradores:
33% género masculino e 67% género
feminino



4852,25 horas de formação.



Não se verificaram incidentes de corrupção.



Verificou-se uma redução enorme no consumo de papel,
decorrente das iniciativas digitais do Banco.



5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

O Banco Interatlântico tem vindo a reforçar o seu compromisso com o desenvolvimento económico e social sustentável da comunidade onde se insere.

Esse compromisso encontra-se reflectido no comportamento íntegro, responsável e sustentável; numa forte cultura empresarial e financeira; na prossecução da eficiência económica e criação segura de valor, orientada por uma visão de longo prazo.

Assim, a actuação do BI como “Banco Socialmente Responsável” desenvolve -se ao longo de três eixos:

- Governação ;
- Sociedade;
- Ambiente.





5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

GOVERNAÇÃO

Garantir a transparência, a independência e a boa gestão do Banco, com a definição de padrões de actuação que assegurem uma conduta social rigorosa.



O BI dispõe de um modelo de governo que procura replicar as melhores práticas do sector, dentro do quadro legal aplicável. No quadro da governação, são definidas responsabilidades orgânicas e padrões de actuação que asseguram uma conduta social rigorosa e garantem a comercialização responsável e adaptada às necessidades dos Clientes.

Incluem-se neste modelo de governo um conjunto de políticas de governação e conduta e códigos de actuação, que refletem o compromisso do Banco com os Clientes, Empregados, Fornecedores e Sociedade em geral.

Código de Conduta

O BI dispõe de um Código de Conduta actualizado que formaliza e operacionaliza a gestão da ética no contexto empresarial, o qual se encontra de acordo com o Aviso nº 4/2017, de 7 de Setembro do Banco de Cabo Verde.

Este Código consagra princípios de actuação (artigo 10.º- “Independência dos interesses”) e normas de conduta profissional (artigo 27.º- “Conflitos de interesses”) sobre as situações de conflitos de interesses que possam ocorrer no exercício da sua actividade, bem como um meio de comunicação interna de práticas irregulares (artigo 38.º- “Comunicação de Práticas Irregulares”) que poderá vir a consubstanciar um efectivo mecanismo de gestão de situações de conflitos de interesses. Ainda institui o dever de não envolvimento dos empregados em situações propiciadoras ou susceptíveis de associação com o fenómeno da corrupção (artigo 34.º- “Corrupção”).

Este documento encontra-se disponível para consulta em www.bi.cv

Política de Prevenção da Corrupção e Infracções Conexas (PPCIC).

No BI a prevenção da corrupção e infracções conexas encontra-se regulamentada em uma Política específica - Política de Prevenção da Corrupção e Infracções Conexas (PPCIC).

Esta Política estabelece os princípios orientadores para a detecção e prevenção da corrupção e infracções conexas, enumera as áreas potencialmente mais expostas ao fenómeno e descreve medidas de prevenção e respectivos responsáveis e regras aplicáveis à monitorização, avaliação e actualização da própria política.

Importa ainda referir que a PPCIC estabelece a disponibilização de formação a todos os empregados em temas relacionados com a prevenção da corrupção e infracções conexas



5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

GOVERNAÇÃO



Garantir a transparência, a independência e a boa gestão do Banco, com a definição de padrões de actuação que asseguram uma conduta social rigorosa.

A **Política de Transações com Partes Relacionadas** foi emitida no âmbito das melhores práticas corporativas nos termos e para os efeitos do artigo 33.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, com materialidade de impacto no BI por ser entidade do Grupo CGD e não prejudica o disposto no Código das Sociedades Comerciais, na Lei da atividade das Instituições Financeiras (“LAIF”), designadamente nos respetivos artigos 80º e 52º, no Aviso nº 3/2019 artigo 16º do Banco de Cabo Verde, no Código de Conduta do BI e na Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses do BI, nem em qualquer outro normativo interno que preveja proibições, limitações ou especificidades nas operações que envolvam Partes Relacionadas.

Esta política, define os critérios de classificação de Partes Relacionadas, os processos da respetiva identificação e de análise das transações com Partes Relacionadas, assim como a sua publicitação e atualização. Adicionalmente, destaca-se a norma relativa à implementação desta Política que:

- (i) identifica os procedimentos de identificação dos Órgãos de Estrutura responsáveis pela elaboração da lista de partes relacionadas,
- (ii) define a atribuição de poderes para a solicitação da informação necessária à elaboração da lista de partes relacionadas, identificando os Órgãos de Estrutura que disporão da informação em causa,
- (iii) concretiza a definição de canais e procedimentos de troca de informação prévios à aprovação de transações, permitindo assim identificar atempadamente os casos de participação de partes relacionadas em transações com o BI,
- (iv) e define o mecanismo de confirmação da adequação da publicitação interna e externa da Política de Transações com Partes Relacionadas.



5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

GOVERNAÇÃO



Garantir a transparência, a independência e a boa gestão do Banco, com a definição de padrões de actuação que asseguram uma conduta social rigorosa.

Participação de Irregularidades

A adopção de um Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares (SCIPI) no BI está em consonância com as orientações emanadas por autoridades internacionais e nacionais.

Em 2016, foi aprovado e publicado o primeiro normativo interno que regula a comunicação de práticas irregulares, indo de encontro ao disposto no artigo 74º da Lei nº 62/VIII/2014, de 23 de Abril. Com a introdução do novo regime jurídico surge a necessidade de revisão e alteração do normativo interno, passando a adoptar as novas regras estabelecidas.

Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses

A Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses (PGPGCI) define como situações de conflitos de interesse, sempre que o BI e/ou os seus empregados no exercício das suas actividades e/ou funções, tenham interesses próprios que possam interferir, ou sejam susceptíveis de interferir, com os deveres de lealdade, diligência, neutralidade, independência de espírito e respeito dos interesses que lhe são confiados e possam resultar de situações de conflitos entre estes, o BI, os seus clientes, seus empregados, accionistas, fornecedores e partes relacionadas.

Ainda prevê que os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal devem fazer as declarações relativamente às participações e interesses patrimoniais detidos, directa ou indirectamente no BI ou em empresas que detenham participações, relações que mantenham com os fornecedores, clientes, instituições financeiras, ou quaisquer outros parceiros de negócio do BI.



5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

GOVERNAÇÃO



Garantir a transparência, a independência e a boa gestão do Banco, com a definição de padrões de actuação que asseguram uma conduta social rigorosa.

Política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

A prevenção da lavagem de capitais e o combate ao financiamento ao terrorismo constituem objectivos prioritários para o Banco Interatlântico, pois são factores indispensáveis para preservar a sua integridade e a confiança que nele depositam os clientes e todos aqueles que com ele diariamente se relacionam.

Esta política, define as orientações e os procedimentos que garantam o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor em Cabo Verde e as corporativas no âmbito da prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo, designadamente, os dispostos nas Leis nº 119/VIII/2016 e nº 120/VIII/2016, de 24 de Março, bem como a regulamentação do Banco de Cabo Verde nesta matéria, constante no Aviso nº 05/2017 de 07 de Setembro de 2017, considerando-se ainda os requisitos previstos no Aviso nº 04/2017 do Banco de Cabo Verde quanto ao acompanhamento e avaliação dos procedimentos de controlo interno em matéria de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo.

Política de Governação, Aprovação e Monitorização de Produtos

A Política de Governação, Aprovação e Monitorização de Produtos (PGAMP), estabelece os princípios, estratégias, funções e processos internos destinados à criação e/ou distribuição dos produtos no mercado, com o objectivo de assegurar que:

- 1) Se enquadra na estratégia do Banco Interatlântico e do Grupo CGD e respeita a apetência pelo risco definida pelo Conselho de Administração, e
- 2) Os interesses, objetivos e características dos clientes são tidos em conta, evitando o seu potencial detrimento, assim como a minimização de potenciais conflitos de interesse.

A PGAMP estabelece os princípios de atuação que norteiam o processo de aprovação interna de produtos em observância das orientações de governação e monitorização, assim como a política formal de aprovação de Novos Produtos/ Serviços estabelecendo, nomeadamente, as etapas, funções e responsabilidades que devem ser observadas no processo de aprovação de produtos.



5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

GOVERNAÇÃO



Garantir a transparência, a independência e a boa gestão do Banco, com a definição de padrões de actuação que asseguram uma conduta social rigorosa.

Norma sobre a Gestão e Tratamento de Reclamações

Uma eficaz gestão e tratamento das reclamações e das sugestões dos clientes (ou não clientes) constituem um meio privilegiado para melhorar a qualidade do serviço prestado, reforçando a imagem do Banco Interatlântico, S.A. no mercado em que opera.

Uma nova visão do papel das reclamações, como meio privilegiado de interacção com o Banco Interatlântico, S.A., é o primeiro passo para o aumento sustentado da qualidade do serviço prestado, estimulando a adopção de procedimentos futuros mais adequados, com vista a mitigar ineficiências e potenciar a eficiência operativa.

Política de Protecção de Dados

Estabelece os princípios, as regras legais e regulamentares, as normas e actuação e as boas práticas observadas pelo BI, no âmbito dos procedimentos corporativos e da legislação nacional, no tratamento de dados pessoais a que procedem, na esfera da sua actividade.



5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

GOVERNAÇÃO



Garantir a transparência, a independência e a boa gestão do Banco, com a definição de padrões de actuação que asseguram uma conduta social rigorosa.

Política de remuneração dos colaboradores e dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização do BI

A Política de Remuneração dos colaboradores procura contribuir para que os objectivos e valores de longo prazo sejam alcançados pelo BI, tendo em conta a sua apetência pelo risco, através da adoção de práticas remuneratórias sãs e prudentes, promovendo uma gestão sólida e eficaz do risco no âmbito da estratégia empresarial do BI e em linha com a estratégia corporativa do Grupo CGD.

Por sua vez, a Política de Remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização do BI estabelece os princípios, regras e procedimentos destinados a fixar e implementar os critérios, a periodicidade e os responsáveis pela avaliação do desempenho dos membros dos órgãos de administração e fiscalização do BI.

Política de Sustentabilidade

Define o modelo de governação, princípios orientadores e actividades específicas, bem como os principais intervenientes e respectivas responsabilidades na gestão da sustentabilidade do BI.

É essencial a definição para o BI do quadro geral de desenvolvimento das actividades de gestão da Sustentabilidade, fornecendo diretrizes para a tomada de decisão sobre negócio e processos que se relacionem de alguma forma com as matérias ambientais, sociais e de governação.



5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

AMBIENTE

Contribuir para o progresso e o bem-estar da comunidade, sobretudo dos seus grupos mais vulneráveis



O Banco Interatlântico reconhece que a adopção de práticas de desenvolvimento sustentável na sua gestão corrente constitui parte integrante da sua missão tendo assumido:

- **A integração de critérios ambientais** como factores determinantes na criação de valor e na sustentabilidade do negócio, apoiando e fortalecendo a estratégia, a marca e os valores corporativos;
- **A responsabilidade na preservação do ambiente**, gerindo e monitorizando os impactes directos e indirectos das suas actividades, produtos e serviços;
- **A promoção e a participação das partes interessadas**, considerando as suas expectativas e valores na tomada de decisões





5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

AMBIENTE



Contribuir para o progresso e o bem-estar da comunidade, sobretudo dos seus grupos mais vulneráveis

O Banco, alinhado com a Política de Ambiente da Caixa Geral de Depósitos, assume os seguintes compromissos fundamentais

- adoção de uma atitude e medidas proactivas de prevenção da poluição e
- a melhoria contínua do desempenho ambiental.

É igualmente compromisso do banco:

- Definir e implementar uma Política do Ambiente e envolver activamente os empregados na sua implementação, em particular através da sua sensibilização e formação ambiental;
- Promover a ecoeficiência nas operações, minimizando o consumo de materiais, energia e de outros recursos naturais, e respeitando a hierarquia da gestão de resíduos;
- Definir e implementar um Programa de Baixo Carbono, alinhado com a estratégia da CGD para as Alterações Climáticas;
- Disponibilizar e promover produtos e serviços financeiros com impacto positivo no ambiente;
- Promover a incorporação de critérios ambientais na análise de risco da concessão de crédito;
- Integrar critérios ambientais no processo de seleção de fornecedores e subcontratados, assumindo o papel de agente de mudança na cadeia de valor, e colaborando com os clientes empresariais e fornecedores na gestão de riscos e na melhoria do seu desempenho ambiental;
- Ser parte activa na resposta da sociedade a problemas ambientais como as alterações climáticas, a escassez de recursos e a conservação da biodiversidade, procurando dinamizar colaborações com parceiros que partilhem os mesmos valores;
- Promover a literacia ambiental da sociedade, nomeadamente através da sensibilização e envolvimento das partes interessadas, do incentivo à investigação científica e da divulgação de boas práticas ambientais e de sustentabilidade



5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

SOCIEDADE

Assentar a gestão do negócio, projectos, produtos e serviços no respeito e na proteção do ambiente, através de práticas empresariais orientadas para a utilização racional, eficiente e sustentada dos recursos.



Reconhecendo que o envolvimento com a sociedade é um dos pilares que identifica a sua atuação, e alinhado com a Política de Envolvimento com a Comunidade da CGD, o Banco tem como objetivo:

- Integrar a sociedade como factor determinante na criação de valor e na sustentabilidade do negócio, apoiando e fortalecendo a estratégia, marca e valores;
- Responder às necessidades da comunidade garantindo princípios de ética, transparência, subscrição de códigos de conduta, respeito pelos colaboradores e o apoio contínuo e empenhado às atividades sociais e culturais;
- Promover as melhores práticas na resposta aos desafios da sociedade portuguesa através de três eixos estratégicos: Inclusão Social e Financeira; Educação e Literacia Financeira e Suporte à Economia Social.
- Promover a participação das partes interessadas, considerando as suas expectativas e valores na tomada de decisões.

Trata-se de um compromisso assumido ao mais alto nível de gestão, tendo a Comissão Executiva renovado ao longo dos anos, consciente de que um desenvolvimento sustentável da instituição contribui para uma sociedade melhor.





5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

CONTRIBUIÇÃO PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Objectivos de Desenvolvimento Sustentável em Cabo Verde

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam o maior compromisso voluntário global, formalizado entre 193 países dos cinco Continentes, e ambicionam melhorar a qualidade de vida da população mundial em todos os aspetos: social, ambiental e económico, até 2030.

Enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (SIDS), Cabo Verde tem trabalhado no sentido de impulsionar a redução das suas vulnerabilidades, construção da sua resiliência às mudanças climáticas, colmatando assim as distâncias geográficas entre as suas ilhas; redução das disparidades regionais, custo de energia, água e transporte; aumento da sua produtividade; investimento no seu capital humano; promoção do uso sustentável e da conservação de seus recursos naturais - recursos terrestres e marinhos; e de impulsionamento da sua integração dinâmica no sistema económico global.

Sendo motor do crescimento económico, emprego e inovação, o setor financeiro assume um papel crítico no contributo para a concretização dos 17 ODS, e das suas 169 metas, uma vez que são os Bancos que fornecem a maior quota de financiamento às empresas e projetos de investimento nos diversos setores de atividade.

Neste contexto, o Banco Interatlântico promove a incorporação dos ODS na sua actividade e assume o compromisso de trabalhar de forma ativa para um desenvolvimento sustentável, socialmente inclusivo e ambientalmente responsável de Cabo Verde.





5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

CONTRIBUIÇÃO PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Atendendo às especificidades do setor financeiro, bem como da comunidade onde se insere e tendo em conta os temas materiais identificados no exercício de análise de materialidade, o BI destaca nove ODS prioritários, que são dinamizados em alinhamento com a Estratégia de Sustentabilidade do Grupo CGD: 1,5,8,10,11,13,14 e 16.

Não obstante as nove ODS evidenciadas acima, o banco tem vindo a direcionar a sua conduta no sentido de alcançar os 17 objectivos de desenvolvimento sustentáveis. Para tal, e em linha com a ODS 17, tem estabelecido parcerias transparentes e responsáveis que visam apoiar a prossecução da sua estratégia de sustentabilidade através do encontro de sinergias entre parceiros de diferentes áreas da sociedade



5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

Compromisso com as PESSOAS



- O Banco Interatlântico fomenta a diversidade e o respeito pelos direitos humanos e direciona a sua actuação social no apoio a projetos orientados para a mitigação da pobreza, promoção da inclusão social e na construção de sociedades mais justas.
- Patrocínio da aquisição de 100 kits escolares a alunos do Agrupamento nº IV da Escola de Pico Leão, Concelho de Ribeira Grande de Santiago;
- Já há alguns anos que o BI tem apadrinhado instituições com propósito alinhado com o Banco:
 - Aldeias Infantis SOS Cabo Verde;
 - Jardim Mini Black – Associação Black Panthers;
 - Jardim Santa Teresinha – Paróquia Santíssimo Nome de Jesus;
 - Jardim Brincar e Crescer.



- Donativo ao Banco Alimentar;
- Há alguns anos o BI tem vindo a apoiar de forma regular projectos que visam a redução da desigualdade social, redução da pobreza e da fome:
 - Aldeias Infantis SOS Cabo Verde;
 - Jardim Mini Black – Associação Black Panthers;
 - Jardim Santa Teresinha – Paróquia Santíssimo Nome de Jesus;
 - Jardim Brincar e Crescer.



- Visando a promoção da saúde e bem-estar dos empregados e agregado familiar o BI tem assinado vários protocolos com clínicas médicas, de medicina dentária e de fisioterapia.



- O Banco Interatlântico actua sob princípios de gestão do seu capital humano, salvaguardando a igualdade de oportunidades, as condições de trabalho dignas e o respeito pelos Direitos Humanos, ao longo de toda a cadeia de valor;
- Patrocínio do projecto “Dexa Mininu Brinka”- Espaço Gota D’Arte;
- Donativo à Associação Espaço Gota d’Arte;
- Patrocínio da aquisição de 100 kits escolares a alunos do Agrupamento nº IV da Escola de Pico Leão, Concelho de Ribeira Grande de Santiago;
- Apoio à realização da iniciativa Kids Lab;
- Há alguns anos o BI tem vindo a apoiar de forma regular projectos que visam a redução da desigualdade social, redução da pobreza e da fome:
 - Aldeias Infantis SOS Cabo Verde;
 - Jardim Mini Black – Associação Black Panthers;
 - Jardim Santa Teresinha – Paróquia Santíssimo Nome de Jesus;
 - Jardim Brincar e Crescer.



- Formação e desenvolvimento de empregados;
- Patrocínio do livro “Uma Menina de Cristal e outras Crónicas” – Dina Salústio”;
- Patrocínio das Olimpíadas de Português- Escola Básica e Secundária Olavo Moniz;
- Patrocínio do livro de educação financeira infantil-“Girafin e a moeda activadora de sonhos”- Evandra Neves;
- Patrocínio da aquisição de 100 kits escolares a alunos do Agrupamento nº IV da Escola de Pico Leão, Concelho de Ribeira Grande de Santiago;
- Apoio à realização da iniciativa Kids Lab;



5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

Compromisso com a SOCIEDADE



- Os princípios da igualdade e da não discriminação são vectores estruturantes da sociedade. São também cada vez mais relevantes na criação de valor numa organização empresarial, como realização de um compromisso civilizacional e também como elemento de crescimento, eficiência, rentabilidade e sustentabilidade da empresa. Neste contexto, o BI reconhece que o equilíbrio entre Mulheres e Homens em toda a estrutura da empresa representa uma evolução significativa para a sua actividade.
 - Em Dezembro de 2023, BI contava com um total de 155 empregados, 67% do género feminino.
 - Em Dezembro de 2023, o Conselho de Administração era composto por 11 elementos, dos quais 4 são do género feminino.



- Patrocínio do Fórum *Corporate Governance*: Os Desafios e as Oportunidades para o Sistema Bancário e a Economia de Cabo Verde;
- Patrocínio da 3ª edição do Fórum RH Cabo Verde;
- Patrocínio da 1ª edição da Feira de Empreendedorismo e Fomento Empresarial.



- Inovação nos canais digitais
- Eficiência operativa



O BI rege-se por um modelo de governação eficiente que integra princípios de integridade, ética e transparência como valores fundamentais, bem como a adoção de práticas anticorrupção.

- Código de Conduta
- Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses
- Política de remuneração dos colaboradores
- Política de Remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização do Banco
- Interatlântico
- Segurança da Informação
- Adoção de um Sistema de Comunicação Interna de Práticas Irregulares (SCIPI)
- Transparência e reporte não financeiro



- O BI assume o compromisso de financiar a transição para uma economia de baixo carbono, através de produtos que promovam uma economia circular, a descarbonização e a eficiência energética, promovendo sociedades mais inclusivas, sustentáveis e resilientes:
 - Linha BEI;
 - BI Sustentável- Crédito Energias Renováveis
 - Apoio das celebrações do 10º Aniversário do Instituto Pedro Pires, o que incluiu uma campanha de plantação de árvores;
 - Aquisição de viaturas eléctricas;
 - Instalação de lâmpadas led nos novos edifícios da Sede e da Agência Sede;
 - Uso de toners reciclados

5. BANCO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

Compromisso com o PLANETA

12 PRODUÇÃO
E CONSUMO
SUSTENTÁVEIS



13 AÇÃO
CLIMÁTICA



O BI assume o seu contributo direto e indireto no combate às alterações climáticas, quer através do financiamento, quer através de iniciativas que visam a redução de carbono ou pela melhoria da eficiência e resiliência climática das suas operações

- Difusão de uma cultura de desperdício zero:
 - Sensibilização dos empregados para a redução do uso do papel e plástico;
 - Desmaterialização, sempre que possível, de processos físicos;
 - Implementação do work-flow de crédito;
 - Consciencialização para a utilização racional de energia;
 - Aquisição de viaturas elétricas;
 - Instalação de lâmpadas led nos novos edifícios da Sede e da Agência Sede;
 - Uso de toners reciclados;
 - Entrega de lixo eletrónico junto da entidade certificada para o seu tratamento;
 - Doação dos mobiliários da antiga Sede para reaproveitamento e disponibilização a entidades carenciadas.

A photograph of a modern office interior. The room features several cubicles with white desks and grey partitions. Each desk is equipped with a computer monitor, keyboard, and mouse. Ergonomic office chairs with blue and white upholstery are positioned at the desks. The office has large windows on the right side, providing natural light. The ceiling is a grid-style drop ceiling with recessed lighting. The floor is made of large, light-colored tiles. The text "EVENTOS SUBSECUENTES" is overlaid in the center of the image in a bold, yellow, sans-serif font. A blue horizontal bar is located at the bottom left of the image, and a white horizontal bar is located at the bottom center of the image.

EVENTOS
SUBSECUENTES



6. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 14 de março de 2024 foi aprovada pelo Governo de Portugal a resolução que seleciona a proposta de aquisição das ações representativas de 59,82% (dos quais 5,4% detidas directamente pelo Banco Interatlântico) do capital social da sociedade Banco Comercial do Atlântico, S. A. apresentada pela Coris Holding, S. A., aprovando a minuta do acordo de venda direta.

A participação do GCGD no BCA será alienada por um preço global de 7.774,91 milhões de escudos cabo-verdianos, cerca de 70.511 mEuros (considerando a taxa de câmbio EUR/CVE de 110,265).

A photograph of a modern office interior. The space features glass partitions, blue sofas, and a clean, minimalist design. The text "PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS" is overlaid in yellow. A blue horizontal bar is at the bottom left, and a white horizontal bar is below it.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS



O Banco Interatlântico continua a investir na melhoria do seu serviço aos clientes, com elevada responsabilidade social, ética e compromisso com o desenvolvimento de Cabo Verde.

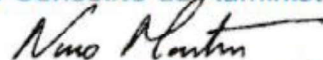
O Conselho de Administração, atendendo ao compromisso que o Banco Interatlântico e o Grupo financeiro em que se insere tem com o País, entende propor aos Accionistas que os Resultados Líquidos de 2023 sejam afectos a elevar os Capitais Próprios da Instituição, desejando que para 2024 se renove esta aposta, melhorando a capacidade da Instituição de apoiar, sempre com maior relevância, o desenvolvimento económico de Cabo Verde.

A proposta de aplicação de Resultados, do exercício findo em 2023, que o Conselho de Administração coloca à apreciação dos senhores Accionistas é, assim, a seguinte:

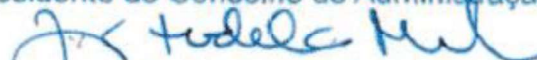
- Para reserva legal 10% (dez por cento)
- 85% a afectar Outras Reservas
- 5% para distribuição de dividendos

Praia, 24 de Maio de 2024

Presidente do Conselho de Administração


Nuno Alexandre de Carvalho Martins

Vice-Presidente do Conselho de Administração


João Paulo Tudela Martins

Vogal do Conselho de Administração


Maria João Duarte Pacheco Novais

Vogal do Conselho de Administração


Maria Zenaída da Rocha Costa Neves Leite

Vogal do Conselho de Administração


Leonilda Rocha Semedo

Vogal do Conselho de Administração


Luis Manuel Monteiro Alves

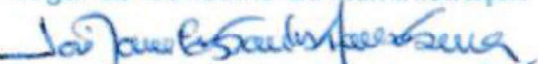
Vogal do Conselho de Administração


Pedro Gomes Soares

Vogal do Conselho de Administração


Manuel Fernando Monteiro Pinto

Vogal do Conselho de Administração


José Manuel dos Santos Afonso Serra

Vogal do Conselho de Administração


Eurisanda Venuída Cardoso Tavares Rodrigues

Vogal do Conselho de Administração


Dirceu Cesar Lopes do Rosário

A photograph of a modern office interior. The room features several cubicles with white desks and grey partitions. Each desk is equipped with a computer monitor, keyboard, and mouse. Ergonomic office chairs with blue and white upholstery are positioned at the desks. The office has large windows on the right side, providing natural light. The ceiling is a drop ceiling with recessed lighting. The floor is made of light-colored tiles. The text "DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS e NOTAS" is overlaid on the image in white, with a blue horizontal bar underneath the word "FINANCEIRAS".

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS e NOTAS



ANEXOS ÀS CONTAS – Dezembro 2023

ÍNDICE

ANEXOS ÀS CONTAS – Dezembro 2023	1
ÍNDICE	2
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1. NOTA INTRODUTÓRIA	10
2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	11
3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS	44
4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	45
5. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL ...	46
6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	47
7. CRÉDITO A CLIENTES	48
8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	61
9. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	62
10. ATIVOS INTANGÍVEIS	66
11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	67
12. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS	70
13. OUTROS ACTIVOS	73
14. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	81
15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	82
16. PROVISÕES	83
17. IMPARIDADE	84
18. OUTROS PASSIVOS	84
19. CAPITAL	86
20. PRÉMIOS DE EMISSÃO, RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO	86
21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	88
22. JUROS E ENCARGOS SIMILARES	88
23. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	89
24. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	90
25. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL	91
26. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS	92
27. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	92
28. CUSTOS COM PESSOAL	93
29. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	94
30. RESULTADO POR ACÇÃO	96
31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS	96
32. SEGMENTOS OPERACIONAIS	96
33. ENTIDADES RELACIONADAS	99

34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS	102
35. GESTÃO DE CAPITAL	119
36. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	125

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relatório de Gestão e Contas - 2023

Banco Interatlântico

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DEZEMBRO 2022

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ATIVO	Notas	dez/23		dez/22		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	dez/23	dez/22
		Ativo Bruto	Imparidade e amortizações	Ativo líquido	Ativo líquido				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3	3 544 588	-	3 544 588	3 800 335	Recursos de outras instituições de crédito	14	241 333	259 842
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	231 081	-	231 081	335 466	Recursos de clientes e outros empréstimos	15	27 164 998	24 087 344
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	5	508 455	-	508 455	386 919	Provisões	16	12 812	11 618
Aplicações em instituições de crédito	6	3 373 705	-	3 373 705	34 735	Passivos por impostos correntes	12	19 612	9 905
Crédito a clientes	7	22 118 257	(546 126)	21 572 131	21 289 937	Passivos por impostos diferidos	12	60 207	30 307
Propriedades de investimento	8	137 989	(5 389)	132 600	49 024	Outros passivos	18	304 901	376 019
Outros ativos tangíveis	9	1 811 506	(925 549)	885 958	819 058			27 803 861	24 775 035
Ativos intangíveis	10	309 452	(188 120)	121 332	131 375				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	166 336	-	166 336	126 004	Capital	19	1 000 000	1 000 000
Activos por impostos correntes	12	5 413	-	5 413	2 497	Prémios de emissão	20	388	388
Activos por impostos diferidos	12	-	-	-	-	Reservas de justo valor	20	208 095	104 752
Outros ativos	13	1 046 065	(120 585)	925 480	1 116 093	Outras reservas	20	2 057 357	1 903 446
						Resultados transitados	20	-	-
						Resultado do exercício	20	397 378	307 821
						Total do Capital próprio		3 663 218	3 316 407
Total do Ativo		33 252 848	(1 785 769)	31 467 079	28 091 443	Total do Passivo e do Capital Próprio		31 467 079	28 091 443

Administração

Eurisanda M.C.T. Rodrigues

Técnica da Contabilidade

Banco

Relatório de Gestão e Contas - 2023

Banco Interatlântico

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DEZEMBRO 2022

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	dez/23	dez/22
Juros e rendimentos similares	21	1 164 252	1 101 700
Juros e encargos similares	22	(191 711)	(180 803)
MARGEM FINANCEIRA		972 541	920 897
Rendimentos de instrumentos de capital	23	74 673	39 875
Rendimentos de serviços e comissões	24	182 005	162 719
Encargos com serviços e comissões	24	(53 478)	(43 973)
Resultados de reavaliação cambial	25	49 204	42 278
Resultados de alienação de outros activos	26	(486)	3 582
Outros resultados de exploração	27	83 558	73 262
PRODUTO BANCÁRIO		1 308 018	1 198 640
Custos com pessoal	28	(326 611)	(306 589)
Gastos gerais administrativos	29	(337 500)	(322 163)
Depreciações e amortizações do exercício	9 e 10	(71 745)	(66 305)
Provisões líquidas de reposições e anulações	16	1 194	2 024
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	17	(144 029)	(166 918)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	17	(60 363)	(38 359)
Resultados em empresas associadas e empreendimentos conjuntos	11	60 787	17 396
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		427 363	317 727
Impostos			
Correntes	12	(29 985)	(9 905)
Diferidos	12	-	-
Total Impostos		(29 985)	(9 905)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		397 378	307 821
Número médio de ações ordinárias emitidas		100 000	100 000
Resultado por acção (CVE)	30	3 974	3 078

Administração

Eurísanda M. C. T. Rodrigues

Técnica de Contabilidade

Banco

BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

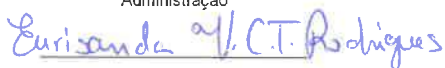
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DEZEMBRO 2022

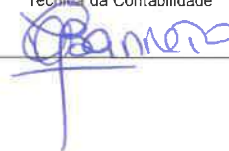
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

Alterações no justo valor de A. F. J.V. através de Outro Rendimento Integral	Notas	dez/23	dez/22
Outros Rendimentos Integrais			
Rubricas que não serão reclassificadas para a demonstração de resultados:			
Variação no exercício	20	133 243	925
Efeito fiscal	20	(29 900)	(208)
Rubricas que poderão ser reclassificadas para a demonstração de resultados		-	-
Outros rendimentos integrais		103 343	718
Resultado líquido do exercício		397 378	307 821
Total do rendimento integral do exercício		500 721	308 539

Administração



Técnica da Contabilidade



BANCO INTERATLÂNTICO, S.A.R.L.

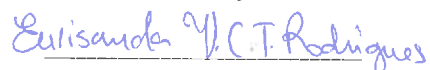
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DEZEMBRO 2022

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Reserva Legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Resultado exercício	Total Capital Próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	1 000 000	388	104 034	243 792	1 402 322	-	2 750 536	282 781	3 033 318
Distribuição do resultado do exercício de 2021:									
Incorporação em reservas e resultados transitados				28 278	229 053	-	257 331	(257 331)	
Distribuição de Dividendos					-	-	0	(25 450)	(25 450)
Rendimento integral do exercício	-	-	718	-	-	-	718		718
Resultado Líquido do Exercício								307 821	307 821
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	1 000 000	388	104 752	272 070	1 631 375	(0)	3 008 586	307 821	3 316 407
Distribuição do resultado do exercício de 2022:									
Incorporação em reservas e resultados transitados				30 782	123 129	-	153 911	(153 911)	
Distribuição dos Dividendos					-	-	0	(153 911)	(153 911)
Rendimento integral do exercício	-	-	103 343	-	-	-	103 343		103 343
Resultado Líquido do Exercício								397 378	397 378
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1 000 000	388	208 095	302 853	1 754 504	(0)	3 265 840	397 378	3 663 218

Administração



Técnica da Contabilidade



Relatório de Gestão e Contas - 2023

Banco Interatlântico

BANCO INTERATLÂNTICO S.A.R.L.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DEZEMBRO 2022

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

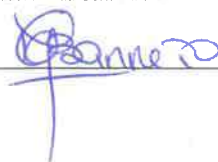
	dez/23	dez/22
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	1 346 256	1 264 419
Pagamento de juros e comissões	(245 188)	(224 776)
Resultados cambiais	49 204	42 278
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(664 111)	(628 752)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	83 073	76 845
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(23 195)	(19 211)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais	546 040	510 802
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:		
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	11 204	3 600
Aplicações em instituições de crédito	(3 338 970)	(3 616)
Créditos sobre clientes Incluindo Títulos de Tesouro	(493 790)	(1 357 838)
Outros ativos	134 144	187 945
	(3 687 412)	(1 169 910)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(18 510)	22 852
Recursos de clientes	3 077 654	1 741 481
Outros passivos	(71 119)	143 290
	2 988 026	1 907 624
Caixa líquida das atividades operacionais	(153 347)	1 248 516
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:		
Ativos intangíveis	(11 066)	(28 774)
Outros ativos tangíveis	(116 481)	(541 795)
Dividendos recebidos	74 673	39 875
Caixa líquida das atividades de investimento	(52 874)	(530 694)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos distribuídos	(153 911)	(25 450)
Caixa líquida das atividades de financiamento	(153 911)	(25 450)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(360 132)	692 372
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4 135 801	3 443 429
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3 775 669	4 135 801

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

Administração

Eurisunda V.C.T. Rodrigues

Técnica da Contabilidade



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Interatlântico, S.A.R.L. (doravante BI ou Banco) é um banco comercial, constituído em Julho de 1999, que resultou da integração do património líquido da Sucursal da Caixa Geral de Depósitos, S.A (CGD ou Grupo CGD) em Cabo Verde, mediante a qual lhe foram transmitidos todos os direitos e obrigações de que a Sucursal era titular em 30 de Junho de 1999.

O Banco tem por objeto o exercício da atividade bancária e as funções de crédito em geral, bem como a prática de quaisquer operações financeiras ou de investimento referentes a títulos ou participações, desde que devidamente autorizadas.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, e dispõe de uma rede de nove agências, das quais cinco se encontram localizadas na ilha de Santiago, duas na ilha do Sal, uma na ilha de São Vicente e outra na ilha da Boavista.

Todos os montantes apresentados foram arredondados para milhares de Escudos.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de Maio de 2024 e serão submetidas à aprovação pela Assembleia Geral de acionistas, que tem o poder de as alterar. O Conselho de Administração está convicto que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

No contexto do presente relato financeiro, as políticas contabilísticas descritas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, salvo nas exceções identificadas.

2.2 Políticas contabilísticas

2.2.1 - Alterações de políticas contabilísticas.

No exercício de 2023, não ocorreram modificações voluntárias às políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira no período homólogo. Não ocorreram também, alterações de julgamentos ou estimativas relativas a exercícios anteriores, nem se verificaram correções de erros materiais.

2.2.2 – Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas ou alterações, emitidas pelo IASB e endossadas pela União Europeia foram adotadas pelo Banco Interatlântico, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2023:

- IAS 1 - Estas alterações pretendem auxiliar uma entidade na divulgação das políticas contabilísticas 'materiais', anteriormente designadas por políticas 'significativas'. No entanto devido à inexistência deste conceito nas normas

IFRS, foi decidido substituir pelo conceito “materialidade”, um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras.

Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade deve considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.

- IAS 8 – A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística, alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma entidade usa as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contabilísticas.

- IFRS 17: A IFRS 17 substitui a IFRS 4 e aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.

- IAS 12 – A IAS 12 passa a exigir que uma entidade reconheça imposto diferido quando o seu reconhecimento inicial dê origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis.

Contudo, trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Este facto é particularmente importante na determinação da existência de diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo, na medida em que a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Entre as transações aplicáveis encontram-se o registo de (i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; (ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes montantes reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais.

Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

- IFRS 17 (Emenda): Aplicação inicial da IFRS 17 e da IFRS 9 – Informação comparativa

Esta alteração à IFRS 17 refere-se à apresentação de informação comparativa de ativos financeiros na aplicação inicial da IFRS 17.

A emenda adiciona uma opção de transição que permite que uma entidade aplique um ‘overlay’ na classificação de um ativo financeiro no(s) período(s) comparativo(s) apresentado(s) na aplicação inicial da IFRS 17. O ‘overlay’ permite que todos os ativos financeiros, incluindo aqueles mantidos em relação a atividades não relacionadas a contratos dentro do âmbito da IFRS 17 ser classificado, instrumento a instrumento, no(s) período(s) comparativo(s) de forma alinhada com a forma como a entidade espera que esses ativos sejam classificados na aplicação inicial da IFRS 9.

Da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas não resultaram impactos materiais na preparação das demonstrações financeiras do BI no exercício de 2023.

2.2.3. Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

- IFRS 16 - Esta alteração à IFRS 16 introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (“*sale & leaseback*”) que qualificam como “venda” de acordo com os princípios da IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa.

Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de maneira que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm.

Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

- IAS 1 – Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.

A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “covenant”. No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente.

Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo e é de aplicação retrospectiva.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e como tal não foram aplicadas pelo BI no exercício de 2023.

- IAS 7 (Emenda): Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações:

Estas alterações à IAS 7 Demonstração de Fluxos de Caixa e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, visam esclarecer as características de um acordo de financiamento de fornecedores e introduzem requisitos de divulgação adicionais quando tais acordos existam.

Os requisitos de divulgação destinam-se a auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento do fornecedor quanto aos passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.

As alterações entram em vigor no período com início em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, contudo deverá ser divulgada.

- IAS 21 (Emenda): Os efeitos de alterações em taxas de câmbio: Falta de Permutabilidade.

Esta alteração visa clarificar a forma de avaliar a permutabilidade de uma moeda, e como deve ser determinada a taxa de câmbio quando esta não é permutável por um longo período.

A alteração especifica que uma moeda deverá ser considerada permutável quando uma entidade é capaz de obter a outra moeda dentro de um período que permita uma gestão administrativa normal, e através de um mecanismo de troca

ou de mercado em que uma operação de troca crie direitos obrigações passíveis de execução.

Se uma moeda não puder ser trocada por outra moeda, uma entidade deverá estimar a taxa de câmbio na data de mensuração da transação. O objetivo será determinar a taxa de câmbio que seria aplicável, na data de mensuração, para uma transação similar entre participantes de mercado. As alterações referem ainda que uma entidade pode utilizar uma taxa de câmbio observável sem proceder a qualquer ajustamento.

As alterações entram em vigor no período com início em ou após 1 de janeiro de 2025. A adoção antecipada é permitida, contudo deverá ser divulgada os requisitos de transição aplicados.

Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

2.2.4. Políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Os Itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que este opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras do Banco e as respetivas notas explicativas deste Anexo são apresentadas em milhares de Escudos de Cabo

Verde (“mCve”), salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação do Banco.

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Em 31 Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Nessas mesmas datas, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

Câmbio	Dez/2023	Dez/2022
USD/CVE	99,213	103,633

c) Ativos e passivos financeiros

Reconhecimento inicial de ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio da entidade e das características dos *cash flows* contratuais do instrumento financeiro, exceto quando seja aplicada a opção de mensurar o instrumento financeiro pelo seu justo valor através de resultados.

O BI classifica e mensura um ativo financeiro pelo custo amortizado quando este seja incluído num portefólio gerido com base num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado através do recebimento de todos os *cash flows* contratuais e estes possam ser considerados como pagamentos de capital e juros sobre o

capital em dívida, como é o caso das operações de crédito a clientes e aplicações em instituições de crédito.

Por outro lado, o BI classifica e mensura um ativo financeiro pelo justo valor através de outro rendimento integral (“FVTOCI”) quando este é incluído num portefólio gerido com base num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado tanto através do recebimento dos *cash flows* contratuais que constituam pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida como através da venda. Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo justo valor através de resultados (“FVTPL”) quando não seja classificado e mensurado pelo custo amortizado nem pelo FVTOCI. No entanto, no momento do reconhecimento inicial, o BI pode optar, de forma irrevogável, por classificar e mensurar pelo FVTOCI um investimento num instrumento de capital (que não seja detido para negociação nem constituía uma retribuição contingente reconhecida pelo adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplique a IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”), que de outra forma seria classificado e mensurado pelo FVTPL.

Para determinar qual o modelo de negócio usado na gestão de um ativo financeiro, o BI define como espera vir a obter *cash flows* desse ativo financeiro. O modelo de negócio é determinado a um nível que reflita como um grupo de ativos financeiros é gerido no seu conjunto para alcançar o objetivo específico desse modelo de negócio, não dependendo dos planos para qualquer ativo financeiro em particular. Como a alocação a um modelo de negócio constitui um facto e não uma asserção, o BI considera todas as informações relevantes que permitam concluir sobre qual o modelo de negócio considerado para a gestão dos seus ativos financeiros. Neste contexto, o BI tem em consideração:

- A forma como o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio são avaliados e comunicados à gestão do BI;
- Quais os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio (e os ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e, em particular, a forma como esses riscos são geridos; e,
- O modo como os gestores são retribuídos (por exemplo, se a retribuição se baseia no justo valor dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos).

Assim, conforme foi referido acima, na determinação da classificação e mensuração de ativos financeiros abrangidos pelo âmbito da IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” consideram-se dois critérios:

- O modelo de negócio da entidade para gestão do ativo financeiro; e,
- As características dos *cash flows* contratuais do ativo financeiro: apenas pagamentos de capital e juros (SPPI).

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido quando, e apenas quando, expira o direito contratual ao recebimento dos *cash flows* ou o ativo financeiro é transferido e a transferência qualifica para desreconhecimento. Considera-se que um ativo financeiro é transferido se, e apenas se, forem transferidos os direitos contratuais ao recebimento dos *cash flows* desse ativo financeiro, ou se forem mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos *cash flows* mas o BI assumiu uma obrigação contratual de entregar esses *cash flows* a um ou mais beneficiários. No caso em que sejam mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos *cash flows*, o BI trata a operação como uma transferência apenas se todas as seguintes condições forem cumpridas: (i) o BI não tem a obrigação de pagar valores ao beneficiário exceto aqueles que sejam recebidos do ativo original; (ii)

o BI encontra-se impedida pelos termos do acordo de transferência de vender o ativo original; e, (iii) o BI tem a obrigação de pagar os *cash flows* recebidos sem atrasos materiais e não é permitido reinvestir esses *cash flows* até ao seu pagamento.

Quando os *cash flows* contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outra forma modificados e essa renegociação ou modificação não resulta no desreconhecimento do ativo financeiro, o BI recalcula o valor de balanço bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou perda pela diferença para o anterior valor de balanço bruto. O novo valor de balanço bruto do ativo é determinado como o valor atual dos *cash flows* renegociados ou modificados, descontado à taxa efetiva original do ativo (ou à taxa de juro ajustada no caso de créditos adquiridos ou originados com imparidade) ou, quando aplicável, a taxa de juros efetiva revista. Quaisquer custos ou comissões incorridos são incluídos no novo valor de balanço bruto e amortizados durante o período de vida remanescente do ativo.

Num cenário em que a modificação dos fluxos contratuais resulta no desreconhecimento do ativo financeiro observam-se as seguintes implicações:

- a) Necessidade de realização de nova análise SPPI com o intuito de determinar se as condições contratuais do ativo financeiro modificado se enquadram no âmbito de SPPI;
- b) Registo do novo ativo financeiro pelo justo valor no momento inicial, sendo a eventual diferença face ao valor líquido contabilístico do ativo anterior registada em resultados;
- c) Caso as modificações contratuais tenham sido motivadas por reestruturação de um ativo por dificuldades financeiras do devedor, o novo ativo é considerado POCI (*Purchased or originated credit impaired financial asset*) sendo as perdas por imparidade sempre reconhecidas

com base na PD *lifetime*, ou seja, o novo ativo nunca poderá ser classificado como *stage 1*;

- d) O custo amortizado do novo ativo será determinado com base nos fluxos de caixa esperados;
- e) O novo ativo financeiro reconhecido que resulte de uma modificação contratual de um ativo financeiro anteriormente marcado como *forbearance* (de acordo com o Regulamento de Execução (UE) 2015/227 da Comissão de 9 de janeiro de 2015 e em conformidade com a política interna definida pelo BI) continuará a manter esta marcação, sendo que o período de cura é reiniciado a partir da data da última reestruturação; e,
- f) Para um ativo financeiro originalmente classificado no *stage 3* para efeitos do modelo de imparidade cuja modificação contratual conduz ao respetivo desreconhecimento, o novo ativo financeiro a reconhecer manter-se-á classificado no *stage 3*, podendo, em função dos *triggers* definidos pelo BI para efeitos da definição de incumprimento, passar posteriormente para o *stage 2*.

Reclassificação de ativos financeiros

Se o BI alterar o seu modelo de negócio de gestão de ativos financeiros, o que se espera que ocorra de forma pouco frequente e excecional, reclassifica todos os ativos financeiros afetados, em conformidade com os requisitos definidos na IFRS 9 - “Instrumentos financeiros”. A reclassificação é aplicada prospectivamente a partir da data em que se torne efetiva. De acordo com a IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”, não são permitidas reclassificações de instrumentos de capital para os quais tenha sido incluída a opção de valorização ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ou para ativos e passivos financeiros classificados ao justo valor no âmbito da *fair value option*.

Justo valor

Conforme referido, os ativos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão do BI independente da função de negociação, com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:
 - i) Preços (“*bid prices*”) divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
 - ii) Cotações indicativas (“*bid prices*”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como “*market-makers*”; e,
 - iii) Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa efetiva.

No caso de ativos financeiros em imparidade (*Stage 3*), o reconhecimento dos juros é realizado com base na taxa utilizada para desconto dos *cash flows* futuros inerentes à determinação da perda por imparidade.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros encontram-se registados nas rubricas de recursos de outras instituições de crédito, de recursos de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

Reconhecimento de rendimentos e gastos

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos são anulados um dia após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados sobre os créditos acima referidos apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica “Juros e rendimentos similares”.

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na Demonstração dos Resultados rubrica de Outros Resultados de Exploração.

Imparidade de ativos financeiros

O modelo de imparidade da norma IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” é aplicável aos seguintes ativos financeiros:

- Todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor por contrapartida de Outro Rendimento Integral (FVTOCI);
- Direitos e obrigações conforme referenciados pela IFRS 15 – “Réditos de contratos com clientes”, nos casos em que esta norma remeta a contabilização para a IFRS 9 - “Instrumentos financeiros”;

- Ativos que traduzam o direito ao reembolso de pagamentos efetuados pela entidade na liquidação de passivos reconhecidos no âmbito da IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”; e,
- Compromissos de crédito concedidos (exceto os mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados).

Estes ativos financeiros são divididos em 3 grupos de risco, dependendo da degradação significativa de risco de crédito:

- *Stage 1* - Ativos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
- *Stage 2* - Ativos com degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial; e,
- *Stage 3* - Ativos em imparidade (ativos em default).

Dependendo da classificação do *Stage* da operação, as perdas de crédito são estimadas de acordo com os seguintes critérios:

- Perdas Esperadas a 12 meses: perda esperada resultante de um evento de perda que ocorre nos 12 meses após a data de cálculo, sendo aplicada para operações em *Stage 1*; e,
- Perdas Esperadas *Lifetime*: perda esperada obtida através da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a entidade espera vir a receber até à maturidade do contrato. Ou seja, a perda esperada resulta de todos os potenciais eventos de perda até à maturidade, sendo aplicada para operações em *Stage 2 e 3*.

A norma IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” não define um conceito de *default*, no entanto, o BI, à semelhança da CGD, aplica a mesma definição de *default* utilizada para efeitos de gestão, a nível interno do risco de crédito, a qual incorpora as recomendações da EBA definidas no “*Final Report on Guidelines on default definition* (EBA-GL-2016-07)” emitido em 28 de setembro de 2016.

São considerados critérios qualitativos para transferência de um ativo financeiro para *Stage 2*, nomeadamente créditos com atraso superior a 30 dias, créditos reestruturados por dificuldades financeiras e critérios objetivos de risco de crédito capturados no processo de monitorização dos clientes.

Especificamente, os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O apuramento da perda esperada baseia-se em informações históricas e atuais, mas deve igualmente incorporar cenários de projeções futuras que sejam fiáveis, razoáveis, suportáveis e disponíveis sem custo ou esforço excessivo (*forward-looking*).

A avaliação da evidência de imparidade é efetuada para exposições individualmente significativas e individual ou coletivamente para exposições que não sejam individualmente significativas. Caso se determine que não existe evidência objetiva de imparidade para uma determinada exposição, quer seja significativa ou não, a mesma é avaliada coletivamente.

O Banco efetua uma análise individual de todos os clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 44.000.

Em termos de metodologia de análise individual de imparidade, o BI aplica as seguintes dimensões:

- Abordagem *going concern* (empresa em atividade não sendo previsível a sua liquidação) - o devedor irá continuar a gerar cash-flows operacionais que podem ser utilizados para o reembolso da dívida a todos os credores. Adicionalmente, o colateral pode ser considerado na medida em que não influencie os cash-flows operacionais;
- Abordagem *gone concern* (empresa em liquidação ou com risco de liquidação) - o colateral é executado e cessam os cash-flows operacionais da entidade

No contexto da avaliação individual de imparidade dos clientes, a análise está centrada, essencialmente, nas seguintes dimensões:

- Cumprimento das condições contratuais acordadas com o Banco;
- Avaliação da situação económico-financeira atual e prospetiva;
- Perspetivas sobre a evolução da atividade do cliente;
- Verificação da existência de operações com crédito e juros vencidos no Banco e/ou no sistema financeiro;
- Adequação de garantias e de colaterais para mitigação do crédito concedido;
- Análise de informação histórica sobre o comportamento de bom pagamento do cliente.

No caso das exposições significativas avaliadas individualmente em que não foram identificadas situações objetivas de imparidade, procede-se ao apuramento de uma imparidade coletiva em conformidade com os fatores de risco determinados para créditos com características semelhantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre

o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

No âmbito da implementação da norma IFRS 9, foi definida uma abordagem metodológica para apuramento de imparidade para a carteira de dívida soberana do Grupo CGD (crédito titulado e não titulado). Em síntese apresenta-se os pressupostos do Modelo de Imparidade Dívida Soberana:

- Aplicar parâmetros de risco externo (fonte: *Moody's* – probabilidade de *default* (PD);
- Para exposições diretas a risco soberano (obrigações do tesouro e crédito) e no *Stage 1*, aplica-se a PD correspondente ao nível de *rating* actual.;
- Para exposições indiretas ao risco soberano em *Stage 1* (exposições com aval do Estado) será aplicada a PD 12 meses do *rating* do país;
- Operações classificadas em *Stage 2* e 3, aplica-se a PD *Lifetime* ajustada à maturidade residual da notação externa atribuída ao Estado com base nas *default rates* acumuladas de uma agência de *rating*.
- Utilização da LGD de 45% (regulamentar)

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Em relação aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas diretamente em capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor”. Em cada data de referência objetiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de justo valor”. Caso posteriormente sejam determinadas menos valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidos em resultados do exercício. As perdas por imparidade em instrumentos de dívida são revertíveis por resultados do exercício, sempre que o justo valor destes instrumentos aumento no futuro, e desde que esse aumento se deva a eventos que ocorram após os eventos que levaram ao reconhecimento das perdas por imparidade.

d) Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A norma IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”).

A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;

- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual; e,
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

e) Ativos recebidos por recuperação de créditos

A norma IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses

ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”).

São classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda e não de uso continuado, sendo necessária a verificação dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual; e,
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

No BI, os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados em Outros Ativos, atendendo a que a expectativa é que a venda venha a concretizar-se num prazo superior a 12 meses.

Estes ativos não são amortizados. Periodicamente, são efetuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Política Contabilística de Reconhecimento Inicial de Imóveis Recebidos em Reembolso de Crédito

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são valorizados, no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o valor de arrematação e o valor de balanço, líquido de imparidade, do(s) crédito(s) concedido(s) objeto de recuperação que lhe esteja(m) diretamente associado(s). Pretende-se com a adoção deste procedimento assegurar que não ocorrerão reversões de imparidades originalmente afetas ao crédito, as quais no âmbito do modelo de imparidades desenvolvido pela DGR conforme requisitos da IFRS 9

– “Instrumentos financeiros”, terão tido em consideração a existência deste colateral.

Modelo de imparidade

Os imóveis por recuperação de créditos são sujeitos na totalidade a análise de imparidade base individual.

A imparidade individual é determinada com base numa análise individual que valoriza cada imóvel de acordo com a estratégia comercial de desinvestimento prosseguida para esse imóvel, incorporando toda a informação disponível sobre a procura, a oferta e riscos específicos, nomeadamente a nível de licenciamentos, necessidades de investimento, situações de ocupação, contratos de arrendamento ou outros suscetíveis de influenciar o valor desse imóvel.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada sempre que ocorre a venda ou quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Uma perda por imparidade de um ativo, reconhecida em períodos anteriores, deve ser revertida se houver uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do ativo, desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo o respetivo resultado determinado nessa data pelo diferencial entre o valor de realização e o respetivo valor de balanço ajustado de imparidade.

Para o efeito, sempre que o valor líquido contabilístico do crédito recuperado através de dação em cumprimento ou execução judicial for inferior ao respetivo valor de transmissão do imóvel, o registo inicial deste ativo será reduzido pelo diferencial assim apurado.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os ganhos ou perdas registadas por contrapartida da reversão de imparidades.

Hierarquia de Justo Valor

Os Ativos e Passivos ao justo valor do Banco são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia de justo valor prevista na IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor:

Valores de cotação de mercado (nível 1)

Nesta categoria são incluídos os Instrumentos Financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transações para estes instrumentos negociados em mercados líquidos.

A prioridade nos preços utilizados é dada aos observados nos mercados oficiais, nos casos em que exista mais do que um mercado oficial a opção recai sobre o mercado principal onde estes instrumentos financeiros são transacionados.

O Banco considera como preços de mercado os divulgados por entidades independentes, assumindo como pressuposto que as mesmas atuam no seu próprio interesse económico e que tais preços são representativos do mercado ativo, utilizando sempre que possíveis preços fornecidos por mais do que uma entidade (para um determinado ativo e/ou passivo).

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2)

Nesta categoria são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas

e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida. Adicionalmente, o Banco utiliza ainda como variáveis observáveis em mercado, aquelas que resultam de transações sobre instrumentos semelhantes e que se observam com determinada recorrência no mercado.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)

Neste nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades, mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

f) Propriedades de Investimento

Propriedades de investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação, e subsequentemente são reavaliados ao custo e sujeitas a amortização e teste de imparidade anual, tendo por base avaliações de peritos avaliadores externos

h) Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

Em 31 de Dezembro de 2023, as depreciações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil	
	Adquiridos	Adquiridos
	até 2014	a partir de 2015
Imóveis de serviço próprio	50	33
obras em edifícios arrendados	10	10
Equipamento:		
Mobiliário e material de escritório	12	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6	5
Equipamento informático	4	3 - 5
Instalações interiores	8	5
Material de transporte	4 - 5	4 - 5
Equipamento de segurança	5	5
Outro equipamento	6	8

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e depreciadas em média, ao longo de um período de 10 anos.

As depreciações são registadas em gastos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros ativos líquidos de reversões e recuperações”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do ativo.

O cálculo das depreciações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os ativos tangíveis.

j) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como gasto do exercício em que são incursas.

g) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência direta na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes ativos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de

aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efetiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas. Os dividendos são registados no exercício em que é decidida a sua distribuição.

h) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2023, o Banco está sujeito ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 22%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44% de acordo Art.º 84º da Lei 82/VIII/2015, de 8 de Janeiro que aprova o Código de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, com revisão no Art.º 17.º OE 2019) publicado em 31 de Dezembro de 2018.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os ativos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros

tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados ativos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao impacto da adoção das IFRS e à valorização de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

1) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O

montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a:

- Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respetivos clientes; e,
- Contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade do Banco.

Em 2023, o Banco manteve a metodologia de tratamento e reconhecimento das Provisões Judiciais, alterada em 2020, calculando e revendo, anualmente, de acordo com o critério da probabilidade de pagamento/assunção de perdas) por parte do Banco. Assim, foi estabelecido o seguinte: processos com probabilidade: (1) Remota foi utilizada a percentagem de 10%; (2) Intermédia: 25%; (3) Provável: 50% e (4) Elevada: 75% e (5) Certa: 100%.

J) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”.

Os benefícios de curto prazo, incluindo os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

k) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efetiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

i) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

m) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação e cujo risco de variação de valor é imaterial, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

n) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As

estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

i) Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2.4. c) - Imparidade de ativos financeiros. Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuado pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela IFRS 9.

A carteira de crédito do Banco inclui montantes relevantes de crédito a empresas do sector imobiliário e da construção, incluindo o financiamento de alguns projetos relacionados com o desenvolvimento de empreendimentos turísticos cuja construção se encontra atualmente suspensa. Para efeitos de determinação de imparidade individual o Banco considera as suas expectativas de recuperação tendo em conta as medidas de recuperação em curso e as avaliações obtidas para as garantias subjacentes às operações de crédito. Não obstante, a concretização das expectativas de recuperação refletidas na imparidade atribuída pelo Banco ao crédito está dependente da evolução que se vier a verificar na situação do mercado imobiliário em Cabo Verde e dos resultados das medidas concretas de recuperação que se encontram em curso.

ii) Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

De acordo com os requisitos de valorização destes ativos, as variações do justo valor são reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral. Sempre que, em resultado das análises efetuadas (Nota 2.2.4 c)), seja determinada a existência de imparidade, o valor da perda estimada é reclassificado de outro rendimento integral para custos do período.

Esta avaliação é realizada com recurso a informação disponível no mercado e inclui a utilização de pressupostos e julgamentos na sua modelização cuja alteração poderia determinar diferentes resultados. No entanto, é entendimento do Grupo que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado a estes ativos, tendo em conta as regras definidas pela IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”.

iii) Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IFRS 9, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço (ver nota 5).

iv) Valorização dos Imoveis

A valorização dos imóveis registados nas rubricas de "Ativos recebidos por recuperação de créditos" considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia do Banco para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos

futuros poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante.

v) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é, no entanto suscetível, de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Com a entrada em vigor, em 1 de Janeiro de 2015, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC), o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à dedutibilidade de custos com imparidade para crédito, considerando que para efeitos fiscais seriam aceites as imparidades calculadas nos termos previstos na IFRS 9, e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de Dezembro de 2023 (ver nota 33).

o) Resultados por ação básicos

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Banco.

p) Segmentos operacionais

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos, S.A. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- **Negociação e vendas** – Compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “Repo” e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito.
- **Banca comercial** – Inclui as atividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, *factoring*, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público.
- **Banca de retalho** - Compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

q) Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

No caso de aumento de capital, o prémio de emissão corresponde à diferença entre o valor de subscrição e o valor nominal.

As prestações suplementares de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento nas rubricas de Capital Próprio.

r) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo acionista.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	dez/23	dez/22
Caixa		
. Moeda nacional	252 332	221 996
. Moeda estrangeira	564 268	730 017
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
. Moeda nacional	2 727 988	2 848 322
	<u>3 544 588</u>	<u>3 800 335</u>

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC). De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 10% da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes.

As reservas mínimas em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 ascenderam a mCve 2.012.064 e mCve. 1.899.074, respetivamente.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito</u>	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Depósitos à ordem:		
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	43 590	156 013
. Em outras instituições no estrangeiro	79 721	63 089
. Em instituições no país	2 763	315
	<u>126 073</u>	<u>219 416</u>
 Cheques a cobrar:		
. Sobre o estrangeiro	5 581	4 332
. Sobre o país	99 427	111 717
	<u>105 008</u>	<u>116 050</u>
	<u>231 081</u>	<u>335 466</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação.

5. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, os instrumentos financeiros classificados na categoria de Ativos financeiros ao Justo valor através de outro Rendimento Integral apresentam a seguinte composição:

2023						
<i>De ativos financeiros ao justo valor através de outros Rendimento Integral</i>	Valor de	% de	Valor de	Reembolso	Reserva	Impostos
Título	aquisição	participação	balanço (Líquido)	Capital	Justo Valor (Nota 20)	Diferidos (Nota 20)
						Deduzido Impostos (Nota 20)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor						
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238 746	5,40%	419 732		190 997	(42 860)
Visa International Service Association	1 323	n.d.	70 281		88 958	(15 474)
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15 307	3,79%	(0)	12 356	-	-
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10 095	0,65%	18 442		8 347	(1 873)
	<u>265 471</u>		<u>508 455</u>	<u>12 356</u>	<u>288 302</u>	<u>(60 207)</u>
						<u>208 095</u>
2022						
<i>De ativos financeiros ao justo valor através de outros Rendimento Integral</i>	Valor de	% de	Valor de	Reembolso	Reserva de	Impostos
Título	aquisição	participação	balanço (Líquido)	Capital	Justo Valor	Diferido
						Deduzido Impostos (Nota 20)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor						
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	238 746	5,40%	300 021		71 285	(15 996)
Visa International Service Association	1 323	n.d.	58 434		57 111	(12 816)
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de cabo Verde, S.A.R.L.	15 307	3,79%	11 793	3 600	86	(19)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	10 095	0,65%	16 671		6 577	(1 476)
	<u>265 471</u>		<u>386 919</u>	<u>3 600</u>	<u>135 059</u>	<u>(30 307)</u>
						<u>104 752</u>

Instrumentos de capital valorizados ao justo valor através de outro rendimento integral

O Banco atualizou o justo valor do Banco Comercial do Atlântico, S.A. a 31-12-2023 considerando a sua percentagem de participação na data e o valor da venda aceite e comunicado pela CGD em Março de 2024 no valor de EUR 70,511 Mio, cerca de 7.774,91 milhões de escudos cabo-verdianos (nota 36).

Em 2017 os accionistas da Promotora decidiram desencadear o processo de Liquidação Voluntária da Sociedade, considerando a sua fraca actividade. Este processo iniciou-se formalmente no final do ano de 2021, com a deliberação em

Assembleia Geral e atribuição de poderes ao Conselho de Administração para dar seguimento ao processo.

O Banco Interatlântico detinha uma participação de 3,79% das acções da Promotora, com um investimento inicial de 15.307 mCVE. Em 2022 foi feito o 1º reembolso do capital, no montante de 3.600 mCVE e em 2023 foram efectuados dois reembolsos, totalizando 12.356 mCVE. Os reembolsos efectuados somam total de 15.956 mCVE.

Na liquidação total da Promotora, o Banco registou um proveito de 503 mCVE, em resultado do reembolso recebido e da mais-valia registada.

Por sua vez, o valor das acções da *Visa Internacional Service Association* foi atualizado de acordo com a cotação de 31 de Dezembro 2023.

Com relação à participação da Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos manteve-se o número de acções, com a variação do valor de balanço a ser explicada pela atualização da sua valorização face ao ano de 2022.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u><i>Aplicações em Instituições de Crédito</i></u>	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Caixa Geral de Depositos	3 338 918	1 036
Outras instituições de crédito	33 950	33 683
	<u>3 372 868</u>	<u>34 720</u>
Juros a receber	837	15
	<u>3 373 705</u>	<u>34 735</u>

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, os saldos de aplicações em outras instituições de Crédito, de mCve 3.373.705 e mCve 34.735, respetivamente. Estes valores dizem respeito à caução Visa e aplicações ao curto prazo efetuadas junto à Caixa Geral de Depósitos (nota 33), essencialmente aplicações overnight em EUR e USD, considerando as melhores taxas praticadas na zona Euro (remunerações médias de 3,80% e 5,24%, para as aplicações em EUR e USD, respetivamente).

7. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

		dez/23	dez/22
Crédito interno a curto prazo:			
. Descobertos em depósitos à ordem		23 519	38 989
. Empréstimos		19 106	23 746
. Descontos comerciais		12 448	43 155
. Outros créditos		98 644	88 081
Crédito interno a médio e longo prazo:			
. Empréstimos		14 329 719	13 598 370
. Créditos em conta corrente		1 104 366	1 031 740
Crédito externo a curto prazo:			
. Descontos comerciais			
. Habitação			
. Descobertos em depósitos à ordem		1 514	614
. Outros créditos		-	-
Crédito externo a médio e longo prazo:			
. Empréstimos		712 731	730 231
. Créditos em conta corrente		1 927	2 456
Crédito ao pessoal		478 415	522 415
Juros a receber		35 430	34 043
Comissões e outros proveitos diferidos		(110 559)	(96 843)
Créditos vencidos		671 466	825 153
Total de crédito não titulado Bruto	(A)	17 378 725	16 842 152
Imparidade de crédito não titulado (Nota 17)	(B)	(510 341)	(600 669)
Total de crédito não titulado Líquido	D= (A-B)	16 868 385	16 241 483
Títulos de Dívida Pública		4 435 727	4 742 474
Obrigações emitidas por Empresas		255 362	299 287
Obrigações emitidas por Empresas vencidas			
Juros a receber		48 442	55 480
Total de crédito titulado Bruto	(E)	4 739 531	5 097 240
Imparidade de crédito titulado (Nota 17)	(F)	(35 785)	(48 786)
Total de crédito titulado Líquido	G= (E-F)	4 703 746	5 048 454
Total Crédito a clientes Líquido (H) = (D) + (G)		21 572 131	21 289 937

O total do crédito líquido a 31 de Dezembro de 2023 ascendia a mCVE 21.572.131, um aumento de mCVE +282.194 face ao ano de 2022 e registava um valor de crédito e juros vencidos de mCve 671.466, diminuindo mCVE 153.688 face ao ano anterior, reflexo dos abates do ano, em particular de três operações de crédito que apresentavam um valor de vencido de mCve 221.303 e igualmente do esforço do trabalho efetuado em 2023 para a contenção dos novos vencidos e recuperação do histórico.

Um crédito foi resolvido por via da vinda à posse da garantia associada, resultando no registo um imóvel recebido por recuperação de crédito, reconhecidos em “outros ativos” (Nota 13).

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os Títulos da Dívida Pública incluem as obrigações do tesouro do Estado de Cabo Verde remunerados a taxa de juro fixa. A taxa média de remuneração dessas obrigações, em Dezembro de 2023 foi de 3,7855% (2022: a 4,1613%), redução explicada pela maturação em 2023 de um conjunto de obrigações que apresentavam taxas superiores face às obrigações emitidas e subscritas durante o ano.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 o saldo da rubrica “obrigações emitidas por empresas” reflete o valor de obrigações de empresas nacionais.

Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	dez/23	dez/22
Títulos de Dívida Pública		
<u>Obrigações do Tesouro</u>		
Valor Nominal	4 435 727	4 742 474
Juros a receber	46 284	52 597
Imparidade	(32 973)	(45 555)
a)	<u>4 449 038</u>	<u>4 749 516</u>
<u>Obrigações Empresas</u>		
	dez/23	dez/22
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	32 199	32 199
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche F	47 634	61 244
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie F Tranche I	-	3 000
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. Serie F Tranche II	-	2 500
Câmara Municipal do Sal	-	3 000
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche E	100 000	100 000
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. Serie D	29 850	37 313
ANMCV – Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos- Série A	27 327	36 436
A.C.E. PRRA_O - Agrupamento Complementar de Empresas	18 351	23 594
Total bruto	<u>255 362</u>	<u>299 287</u>
Imparidade	<u>(2 812)</u>	<u>(3 231)</u>
Juros a receber	<u>2 159</u>	<u>2 883</u>
Total bruto	<u>b) 254 709</u>	<u>298 938</u>
Outros créditos e valores a receber - titulados a)+ b)	<u>4 703 746</u>	<u>5 048 454</u>

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.R.L. têm aval do Estado de Cabo Verde.

As variações registadas nas empresas Electra – Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.R.L., ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A., ANMCV – Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos e A.C.E. PRRA_O – Agrupamento Complementar de Empresas estão relacionadas com a amortização parcial do Capital.

As Obrigações A.C.E. PRRA_O – Agrupamento Complementar de Empresas, foram adquiridas em 2022, o montante de 23.594 mCVE, por um período de 5 anos, com a taxa fixa de 3,5%. As obrigações serão garantidas exclusivamente por consignação de recebíveis do Estado/ DGT (Direção Geral do Tesouro).

O Banco detém igualmente obrigações emitidas pela Cabo Verde Fast Ferry, S.A. e pela Sociedade de Gestão e Investimentos, Lda., que se encontram abatidas ao ativo.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o crédito concedido a clientes, excluindo “Crédito titulado”, juros corridos, comissões e outros rendimentos diferidos, apresentava a seguinte estrutura por sector de atividade distinguindo o crédito vincendo, do vencido:

	2023		
	Crédito vincendo*	Crédito vencido	Total
Setor Público Administrativo	90 436	-	90 436
	90 436	-	90 436
Empresas			
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	23 064	8 092	31 156
Pesca	30 999	-	30 999
Indústrias extractivas	-	-	-
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-
Indústrias transformadoras	387 973	5 394	393 366
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	239 131	978	240 108
Indústria têxtil	16 994	16	17 010
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	25 851	4 184	30 035
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	46 277	-	46 277
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	41 010	-	41 010
Fabrico de máquinas e de equipamentos	9 185	205	9 390
Fabrico de mobiliário e de colchões	-	-	-
Outras indústrias transformadoras	9 525	10	9 535
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	71 787	-	71 787
Construção	545 612	90 670	636 281
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	911 833	110 426	1 022 259
Transportes, armazenagem e comunicações	454 894	11 523	466 418
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	1 214 540	11 745	1 226 285
Actividades de informação e de comunicação	416 191	1	416 193
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	598 471	100 026	698 497
Actividades imobiliárias	598 471	100 026	698 497
Outras actividades	-	-	-
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-	-
Educação	211 982	176	212 158
Saúde e segurança social	49 534	754	50 288
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	847 861	10 447	858 308
	5 764 741	349 255	6 113 996
Particulares			
Habitação	8 272 866	84 245	8 357 111
Outros fins	2 654 347	237 966	2 892 312
	10 927 212	322 211	11 249 423
Total	16 782 389	671 466	17 453 855

*Os saldos apresentados em crédito vincendo não incluem juros corridos

	2022	
	Crédito vincendo*	Crédito vencido
Total		
Sector Público Administrativo	99 759	-
	99 759	-
Empresas		
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	34 111	-
Pesca	32 632	3 788
Indústrias extractivas	-	-
Indústrias extractivas d' excepção de prod. energéticos	-	-
Indústrias transformadoras	369 898	5 978
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	249 228	5 909
Indústria têxtil	18 796	70
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	700	-
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	26 657	-
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	12 874	-
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-
Fabrico de mobiliário e de colchões	46 126	0
Outras indústrias transformadoras	15 517	-
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	54 276	3
Construção	543 552	210 431
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	770 781	56 607
Transportes, armazenagem e comunicações	422 382	21 514
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	1 299 654	28 500
Actividades de informação e de comunicação	348 074	7 873
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	1 546 980	190 168
Actividades imobiliárias	582 685	180 450
Outras actividades	964 295	9 718
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	-	-
Educação	162 599	2
Saúde e segurança social	59 523	833
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	14 111	756
	5 658 571	526 453
		6 185 024
Particulares		
Habituação	7 154 965	64 706
Outros fins	3 166 503	233 994
	10 321 468	298 701
	16 079 798	825 153
		16 904 952

*Os saldos apresentados em crédito vincendo não incluem juros corridos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o crédito concedido a clientes, excluindo “Outros créditos e valores a receber – titulados”, juros corridos associados e comissões e outros rendimentos diferidos, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento (2023)

Segmento	Exposição 31.12.2023								Imparidade 31.12.2023			
	Exposição total	Exp. Com baixo risco	Do qual curado	Do qual reestruturado	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Do qual reestruturado	Exposições em situação de imparidade	Do qual reestruturado	Imparidade total	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo de risco	Exposições em situação de imparidade
Empresas (exc. Const e CRE)	2 935 309	2 281 898	869	9 694	554 289	258 901	99 122	13 026	135 743	42 436	57 236	36 070
Construção e CRE	3 193 321	2 124 036	0	28 908	810 219	395 441	259 066	100 439	181 679	25 839	80 269	75 570
Habitação	8 440 936	7 977 172	14 099	23 346	271 658	36 675	192 107	9 264	62 453	4 505	3 259	54 689
Consumo e outros part.	2 809 169	2 373 246	7 573	5 366	215 907	47 118	220 017	126 110	130 466	25 436	22 903	82 128
C.Titulado	4 739 531	4 739 531	0	0	0	0	0	0	35 785	35 785	0	0
Total	22 118 267	19 495 884	22 540	67 314	1 852 072	738 135	770 312	248 839	546 126	134 001	163 668	248 457

Segmento	Exposição Total 31.12.2023	Dias de atraso <90		Sub-total	Dias de atraso <=90*	Dias de atraso >90 dias	Imparidade Total 31.12.2023	Dias de atraso<30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias
		Baixo risco de crédito	Aumento Significativo do risco de crédito								
Empresas (exc. Const e CRE)	2 935 309	2 281 898	549 675	103 736	32 852	70 884	135 743	105 950	270	4 680	24 842
Construção e CRE	3 193 321	2 124 036	810 202	259 083	6 186	252 898	181 679	107 368	0	0	74 311
Habitação	8 440 936	7 977 172	271 658	192 107	52 613	139 493	62 453	11 087	47	455	50 865
Consumo e outros part.	2 809 169	2 373 246	212 880	223 044	90 854	132 189	130 466	82 174	339	3 226	44 727
C.Titulado	4 739 531	4 739 531	0	0	0	0	35 785	35 785	0	0	0
Total	22 118 267	19 495 884	1 844 414	777 970	182 505	595 465	546 126	342 364	656	8 361	194 745

	Empresas (exc. Const e CRE)											
	C.Titulado		CRE)		Construção e CRE		Habitação		Consumo e outros part.		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação												
Individual	0	0	31 473	4 108	89 893	21 238	0	0	0	0	121 366	25 345
Colectiva	4 739 531	35 785	2 903 837	131 635	3 103 428	160 441	8 440 936	62 453	2 809 169	130 466	21 996 902	520 781
Total	4 739 531	35 785	2 935 309	135 743	3 193 321	181 679	8 440 936	62 453	2 809 169	130 466	22 118 267	546 126

Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente por segmento

	G-Comércio por grosso e a retalho		F-Construção		R-Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas		I-Atividades de alojamento e restauração		Q-Serviços de saúde humana e atividades de ação social		C-Indústrias transformadoras		P-Educação	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação														
Individual	48 784	7 244	72 581	18 101	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Colectiva	967 962	41 717	558 717	20 775	13 782	405	1 224 487	78 176	50 053	1 911	390 185	14 330	197 623	1 229
Total	1 016 747	48 961	631 299	38 875	13 782	405	1 224 487	78 176	50 053	1 911	390 185	14 330	197 623	1 229

	H-Transportes e armazenagem		A-Agricultura, silvicultura e pesca		J-Informação e comunicação		E-Abastecimento de água		L-Atividades imobiliárias		O-Administração pública e defesa, segurança social obrigatória		S-Outros serviços		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação																
Individual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	121 366	25 345
Colectiva	461 060	17 559	61 745	4 265	414 222	10 066	71 275	1 655	695 616	86 616	87 934	1 292	809 671	12 081	6 004 332	292 076
Total	461 060	17 559	61 745	4 265	414 222	10 066	71 275	1 655	695 616	86 616	87 934	1 292	809 671	12 081	6 125 698	317 422

A totalidade da exposição ao segmento “Crédito Titulado” é sujeito à avaliação coletiva, tendo por base o risco país (títulos emitidos pelo Estado de Cabo Verde ou com o Aval do Estado de Cabo Verde), a que corresponde uma imparidade de mCve 35.785.

Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção

Ano de produção	Empresas (exc. Const e CRE)			Construção e CRE			Habitação			Consumo e outros part.			Total	
	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Número de operações	Montante	Imparidade Constituída	Montante	Imparidade Constituída
2010 e anteriores	103	166 802	3 692	26	23 542	1 888	91	341 791	3 448	598	121 800	16 585	653 936	25 612
2011	15	161 458	8 980	4	176 210	13 298	30	96 549	237	79	29 508	1 574	463 726	24 089
2012	7	3 847	47	2	2 430	3	24	81 329	2 103	65	3 586	116	91 192	2 268
2013	19	40 244	3 851	2	21 589	173	24	93 129	59	109	11 550	302	166 512	4 385
2014	22	133 252	11 569	6	20 104	71	34	166 126	178	75	12 527	170	332 010	11 988
2015	41	1 618	108	16	83 710	3 413	29	223 572	39 220	134	43 476	268	352 377	43 010
2016	82	1 306 301	22 407	25	245 798	22 347	40	187 048	178	166	99 319	6 000	1 838 465	50 933
2017	81	1 032 553	21 231	29	203 690	4 509	91	408 462	5 096	260	67 115	2 353	1 711 820	33 188
2018	88	911 170	7 225	24	348 969	30 342	138	734 086	1 375	272	113 634	3 818	2 107 858	42 761
2019	141	300 944	8 357	51	511 586	28 822	212	1 253 586	2 436	741	219 217	9 329	2 285 333	48 944
2020	123	706 921	8 663	44	238 451	6 462	146	847 255	873	413	197 641	2 895	1 990 267	18 894
2021	158	504 753	23 476	68	497 289	51 360	224	1 451 621	4 140	1 821	470 834	32 098	2 924 496	111 074
2022	170	1 049 356	21 960	53	427 293	11 694	226	1 604 151	2 114	1 393	612 521	26 127	3 693 321	61 894
2023	196	1 355 622	29 962	57	392 661	7 296	142	952 232	995	1 347	806 440	28 833	3 506 955	67 086
Total	1 246	7 674 841	171 527	407	3 193 321	181 679	1 451	8 440 936	62 453	7 473	2 809 169	130 466	22 118 267	546 126

Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada

Medida	31.12.2023											
	Exposição com baixo risco de crédito			Exposição com aumento significativo de risco de crédito			Exposições em situação de imparidade			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	29	67 314	529	67	738 135	80 285	79	248 839	83 111	175	1 054 288	163 925
Periodo de carência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Redução da taxa de juro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	29	67 314	529	67	738 135	80 285	79	248 839	83 111	175	1 054 288	163 925

Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	394 803	323 852
Créditos reestruturados no período	820 123	231 315
Juros corridos da carteira reestruturada	-1 211	1 156
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-13 548	-25 628
Créditos reclassificados de reestruturado para "normal"	-147 661	-135 893
Outros	1 782	0
Saldo Final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	1 054 288	394 803

Detalhes do Justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de Crédito, dos segmentos de *Corporate*, Construção, Habitação

Justo valor	Empresas (exc. Const e CRE)				Construção e CRE				Habitação				TOTAL			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
0,5 MCVE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
>= 0,5 MCVE e < 1 MCVE	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1 509	0	0	4	1 509	0	0
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	12	14 293	1	1 467	18	34 305	0	0	381	1 120 618	1	2 646	411	1 169 217	2	4 113
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	10	40 907	1	310	37	152 714	0	0	659	3 513 628	14	77 088	706	3 707 249	15	77 399
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	7	44 672	5	22 761	42	339 308	0	0	272	2 422 737	16	155 489	321	2 806 717	21	178 250
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	5	68 892	1	3 794	63	975 122	0	0	64	910 986	0	0	132	1 955 000	1	3 794
>= 50 MCVE	4	339 552	1	32 668	37	1 464 866	0	0	2	38 216	1	74 089	43	1 842 634	2	106 757
Total	38	508 316	9	61 001	197	2 966 315	0	0	1 382	8 007 696	32	309 312	1 617	11 482 327	41	370 313

Rácio de Cobertura pela garantia de operações dos segmentos de Empresas (exc. Const. e CRE), construção, CRE e OAR e Habitação (não inclui crédito ao consumo)

31.12.2023						Total	
Segmento / Rácio	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	exposições em situação de imparidade	imparidade	Exposição	Imparidade
Empresas (exc. Const e CRE)							
Sem colateral associado	354	83 022	95 899	28 147	18 799	207 067	18 799
>= 150%	0	0	0	0	0	0	0
<= 150% e > 125%	77	149 269	20 896	4 816	9 020	174 981	9 020
<= 125% e > 100%	189	427 811	235 847	34 907	49 469	698 566	49 469
< 100%	586	1 621 796	201 647	31 253	58 455	1 854 696	58 455
Construção e CRE							
Sem colateral associado	79	1 192	485	1 088	137	2 765	137
>= 150%	0	0	0	0	0	0	0
<= 150% e > 125%	18	159 108	0	0	1 821	159 108	1 821
<= 125% e > 100%	75	811 918	353 740	111 287	92 173	1 276 946	92 173
< 100%	235	1 151 818	455 994	146 692	87 548	1 754 503	87 548
Habitação							
Sem colateral associado	2	2 341	0	0	10	2 341	10
>= 150%	0	0	0	0	0	0	0
<= 150% e > 125%	161	898 506	52 491	7 620	1 051	958 617	1 051
<= 125% e > 100%	846	5 633 307	155 857	71 213	13 911	5 860 376	13 911
< 100%	442	1 443 017	63 310	113 274	47 481	1 619 601	47 481
TOTAL	3 064	12 383 106	1 636 165	550 296	379 874	14 569 567	379 874

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 2023, foi reclassificado um imóvel de recuperação de crédito para propriedades de investimento (Edifício Achada Grande Frente – Praia), considerando o seu arrendamento. Não obstante, continua sem alteração a estratégia do Banco no que respeita a sua venda futura, logo que existam ofertas alinhadas as condições determinadas pela gestão para venda.

	2023 - Propriedade de Investimento												
	Saldo em 31-12-2022			Imparidade do período		Transferências		Perdas por imparidade		Saldo em 31-12-2023			
	Valor bruto	Imparidade	Líquido	Outros Despesas	Constituição	Reversão	Valor Bruto	Imparidade	Utilização Imparidade	(Nota 17)	Valor bruto	Imparidade	Líquido
Prédio Urbano - Praia	33 839	-	33 839	329	-	-	-	-	-	-	34 167	-	34 167
Espaço Comercial - Praia	13 158	-	13 158	163	(158)	-	-	-	-	(158)	13 321	(158)	13 163
Estacionamento de um prédio - Praia	2 027	-	2 027	27	(24)	-	-	-	-	(24)	2 054	(24)	2 030
Edifício Achada Grande Frente - Praia	-	-	-	1 449	(5 206)	-	86 997	-	-	(5 206)	88 446	(5 206)	83 240
	49 024	-	49 024	1 967	(5 389)	-	86 997	-	-	(5 389)	137 989	(5 389)	132 600

Em 31 de dezembro de 2023, os imóveis classificados em propriedades de investimento pelo Banco encontram-se registadas ao custo, com revisão de imparidade anual. As imparidades registadas durante o ano para estes imóveis encontram-se detalhadas na nota 17.

9. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros ativos tangíveis” em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 foi o seguinte:

Descrição	Saldo Inicial								Saldo no Final do Exercícios								
					Abates				Regularização				Valor líquido				
	Saldo	Depreciação			Adições	Transferência			amortizações	imparidade	Regularização		Saldo	Depreciação	Imparidades	Valor	
	bruto	Imparidades	acumuladas	Valor Líquido		Valor Bruto	Depreciação	Imparidade			Entre os activos	do exercício					no exercício
																	31/12/2023
Imóveis de serviço próprio																	
. Terrenos	14 357	-	-	14 357	-	(1 965)	-	-	40 518	-				52 911	-	-	52 911
. Edifícios	244 176	(20 172)	(68 893)	155 112	3 569	(18 522)	2 225	8 941	540 246	(12 239)	(1 146)	(824)	145	768 645	(78 761)	(12 377)	677 507
. Outros	11 456	-	(5 393)	6 063	-	-	-	-	-	(1 146)				11 456	(6 539)	-	4 918
Obras em imóveis arrendados	237 868	-	(234 177)	3 691	-	-	-	-	-	(1 682)				237 868	(235 859)	-	2 008
	507 857	(20 172)	(308 463)	179 223	3 569	(20 487)	2 225	8 941	580 764	(15 066)	(1 146)	(824)	145	1 070 880	(321 159)	(12 377)	737 344
														-	-	-	-
Equipamento																	
. Mobiliário e material	58 647	-	(52 411)	6 236	67	(1 483)	1 387	-	-	(1 499)		-	-	57 230	(52 523)	-	4 708
. Máquinas e ferramentas	35 018	-	(31 503)	3 515	195	-	-	-	-	(1 407)		-	-	35 213	(32 910)	-	2 303
. Equipamento informático	328 962	-	(311 423)	17 540	1 541	(91)	91	-	9 475	(8 026)		-	-	339 888	(319 357)	-	20 530
. Instalações interiores	12 955	-	(12 053)	902	-	-	-	-	-	(331)		-	-	12 955	(12 384)	-	572
. Material de transporte	87 219	-	(50 004)	37 214	12 944	(10 685)	9 278	-	-	(8 285)		-	-	89 478	(49 012)	-	40 466
. Equipamento de segurança	25 876	-	(23 685)	2 191	1 829	-	-	-	669	(1 198)		-	-	28 375	(24 884)	-	3 491
. Outro equipamento	64 127	-	(58 001)	6 126	365	-	-	-	480	(1 750)		(228)		64 744	(59 751)	-	4 993
Outros ativos tangíveis	157		(157)	-	-	-	-	-	-	-				157	(157)	-	-
	612 961	-	(539 237)	73 725	16 941	(12 259)	10 756	-	10 624	(22 496)	-	(228)	-	628 040	(550 977)	-	77 063
Imoveis	75 609	-	(40 842)	34 766	13 881	(12 881)	12 881	-	-	(13 074)		-	-	76 610	(41 036)	-	35 574
Activos em Locação Financeira	75 609	-	(40 842)	34 766	13 881	(12 881)	12 881	-	-	(13 074)	-	-	-	76 610	(41 036)	-	35 574
Ativos tangíveis em curso																	
. Despesas em edifícios arrendados	-	-	-	-	21 579	-	-	-	(21 579)	-	-	-	-	-	-	-	-
. De serviço próprio	489 035	-	-	489 035	56 940	-	-	-	(523 639)	-	-	-	-	22 336	-	-	22 336
. Equipamento	9 253	-	-	9 253	14 771	-	-	-	(10 624)	-	-	240	-	13 641	-	-	13 641
. Mobiliários	33 055	-	-	33 055	2 491	-	-	-	(35 546)	-	-	-	-	-	-	-	-
	531 344	-	-	531 344	95 782	-	-	-	(591 389)	-	-	240	-	35 977	-	-	35 977
	1 727 771	(20 172)	(888 542)	819 058	130 174	(45 626)	25 862	8 941	-	(50 636)	(1 146)	(813)	145	1 811 506	(913 171)	(12 377)	885 958

2022

Descrição	Saldo Inicial			Abates	Transferência Entre os activos	Reversões de imparidade Depreciação no exercício	Regula- rização Amort.	Saldo no Final do Exercícios			
	Saldo bruto	Depreciação acumuladas	Imparidade e Adições					Imparidade e Depreciação	Saldo bruto	Depreciação acumuladas	Valor líquido em 31/12/2022
Imóveis de serviço próprio											
· Terrenos	14 357	-	-	-	-	-	-	14 357	-	14 357	
· Edifícios	243 630	(83 577)	546	-	-	(5 487)	-	244 176	(89 064)	155 112	
· Outros	11 456	(4 247)	-	-	-	(1 146)	-	11 456	(5 393)	6 063	
Obras em imóveis arrendados	237 675	(232 172)	193	-	-	(2 005)	-	237 868	(234 177)	3 691	
	507 119	(319 997)	739	-	-	(8 638)	-	507 857	(328 634)	179 223	
Equipamento											
· Mobiliário e material	58 593	(50 707)	54	-	-	(1 704)	-	58 647	(52 411)	6 236	
· Máquinas e ferramentas	33 890	(29 815)	1 128	-	-	(1 689)	-	35 018	(31 503)	3 515	
· Equipamento informático	349 760	(332 615)	6 686	(29 307)	29 307	1 823	(8 816)	701	328 962	(311 423)	17 540
· Instalações interiores	15 880	(14 651)	60	(2 985)	2 985	-	(386)	-	12 955	(12 053)	902
· Material de transporte	87 546	(51 151)	8 437	(8 765)	8 311	-	(7 165)	-	87 219	(50 004)	37 214
· Equipamento de segurança	25 290	(22 956)	587	-	-	-	(729)	-	25 876	(23 685)	2 191
· Outro equipamento	63 831	(55 828)	297	-	-	-	(2 173)	-	64 127	(58 001)	6 126
Outros ativos tangíveis	157	(157)	-	-	-	-	-	-	157	(157)	-
	634 946	(557 879)	17 248	(41 056)	40 602	1 823	(22 661)	701	612 961	(539 237)	73 725
Imoveis	57 586	(31 800)	24 836	(6 813)	6 813	-	(15 855)	-	75 609	(40 842)	34 766
Activos em Locação Financeira*	57 586	(31 800)	24 836	(6 813)	6 813	-	(15 855)	-	75 609	(40 842)	34 766
Ativos tangíveis em curso		-									
· Despesas em edifícios arrendados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
· De serviço próprio	24 394	-	464 641	-	-	-	-	-	489 035	-	489 035
· Equipamento	2 988	-	8 089	-	-	(1 823)	-	-	9 253	-	9 253
· Mobiliários	-	-	33 055	-	-	-	-	-	33 055	-	33 055
	27 382	-	505 785	-	-	(1 823)	-	-	531 344	-	531 344
	1 227 033	(909 675)	548 608	(47 869)	47 415	-	(47 154)	701	1 727 771	(908 713)	819 058

As principais variações nos ativos tangíveis justificam-se; i) término das obras do Edifício Sede, capitalização de gastos e o início da sua amortização ; ii) aquisições de viaturas elétricas para a substituição contínua da frota de veículos do Banco; e iii) Investimentos em Equipamentos de Segurança nos Edifícios do Banco.

As variações nas locações financeiras justificam-se pelo arrendamento de um novo espaço para Agência da Achada Grande Frente e a amortização dos contratos em vigor.

A imparidade registada para perdas em outros ativos tangíveis ascende a mCVE 12.377 (nota 17).

Em 2023 foram abatidos ao ativo diversos mobiliários, na sequência das doações efetuadas pelo Banco.

10. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos “Ativos intangíveis” em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 foi o seguinte:

Descrição	Saldos em 31-12-2022			Transferências Firme	Amortizações do exercício	Saldos em 31-12-2023		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições			Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
Software	298 387	(167 011)	11 066	-	(21 109)	309 452	(188 120)	121 332
Dos quais: Imobilizado em curso	96 523	-	7 559	(5 468)	0	98 614	0	98 614
Dos quais: Imobilizado firme	201 864	(167 011)	3 507	5 468	(21 109)	210 838	(188 120)	22 718

Descrição	Saldos em 31-12-2021			Transferências Firme	Amortizações do exercício	Saldos em 31-12-2022		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições			Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
Software	269 613	(147 861)	28 774	-	(19 151)	298 387	(167 012)	131 375
Dos quais: Imobilizado em curso	93 496	-	8 210	(5 183)	0	96 523	0	96 523
Dos quais: Imobilizado firme	176 117	(147 861)	20 564	5 183	(19 151)	201 864	(167 012)	34 852

Do total da rubrica de ativos intangíveis, o montante de mCve 98.614 em 2023 (e de mCve 96.522 em 2022) encontrava-se em curso à data do Balanço.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os ativos intangíveis em curso referem-se essencialmente a despesas incorridas com o desenvolvimento de aplicações informáticas que não tinham ainda entrado em funcionamento nestas datas.

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

				2023			
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data	Ativo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L. (*)	9,52%	10 000	166 336	31/12/2023	2 611 769	416 001	1 746 526
			166 336				

(*) Demonstrações Financeiras auditadas de Dezembro de 2023

				2022			
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data	Ativo líquido	Lucro / (Prejuízo)	Capitais Próprios
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10,00%	10 000	126 004	31/12/2022	1 764 376	175 875	1 260 038
			126 004				

SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.

Tendo em consideração que o Banco faz parte do órgão de Direção da SISP, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade desta instituição, o Banco classificou a participação que detém na mesma como Investimento em Associadas ao abrigo da Norma IAS 28, apesar da referida participação ser de apenas 9,52%.

A diminuição da participação do Banco, de 10% para 9,52%, resulta da entrada de um novo acionista no capital da SISP, o Banco BAI CV.

	<u>SISP</u>
	<u></u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>96 948</u>
Resultados em Associadas	21 640
Dividendos recebidos	
	<u></u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	<u>118 588</u>
Resultados em Associadas	17 396
Dividendos recebidos	(9 980)
	<u></u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	<u>126 004</u>
Resultados em Associadas	60 787
Dividendos recebidos	(20 455)
	<u></u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	<u>166 336</u>

12. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2023 o Banco está sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC), à taxa de 22% e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%. É de salientar que a taxa dos impostos foi alterada em 2019, e passou de 25% para 22%, de acordo com Lei de Orçamento do Estado.

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 eram os seguintes:

<u><i>Impostos sobre o rendimento</i></u>	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
<u>Ativos por impostos correntes</u>	<u>5 413</u>	<u>2 497</u>
. Pagamentos por conta e retenções na fonte		
<u>Ativos por impostos diferidos</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
. Por diferenças temporárias		
<u>Passivos por impostos correntes</u>	<u>-19 612</u>	<u>-9 905</u>
. Imposto Corrente		
<u>Passivos por impostos diferidos</u>	<u>-60 207</u>	<u>-30 307</u>
. Por diferenças temporárias		

A variação dos ativos por impostos correntes corresponde aos pagamentos fracionados dos Impostos e à regularização dos impostos da tributação autónoma de 2022, pagos em 2023.

O valor referente aos passivos por impostos correntes diz respeito aos impostos de exercício de 2023.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2023 e 2022 corresponde ao cálculo do justo valor dos Ativos Financeiros ao Justo Valor através de outro Rendimento Integral, utilizando a taxa agregada de imposto de 22,44% em cada um daqueles anos, respetivamente.

O rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,44%.

De acordo com Código do IRPC, no seu artigo 59º, os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

	dez/23	dez/22
Resultado antes de impostos	427 363	317 727
A adicionar	49 797	22 672
+ Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 23º, n.º 2 CIRPC)	42 921	6 229
As depreciações e amortizações efetuadas fora dos termos previstos no CIRPC		
IRPC, as tributações autónomas, e quaisquer outros impostos que incidam sobre os lucros (art. 29, nº 1, al. e) CIRPC	0	0
Perdas por imparidade seguradoras ou instituições bancárias não aceites ou para além dos limites legais	0	0
Prémios de seguros de doença e de acidentes pessoais, gastos com seguros		839
Imposto único sobre o património, exceto imóveis cuja compra e venda façam parte do ramo imobiliário	1 804	572
Acréscimo de 30% do total dos gastos com viaturas ligeiras de passageiros	4 781	4 395
50% dos gastos com despesas de representação	292	482
Correções nos casos de créditos de imposto e retenção na fonte (art.º 69º, 91º e 93º CIRPC)		10 155
A deduzir	393 215	299 228
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial	60 787	17 396
Reversão de perdas por imparidade tributadas em períodos anteriores (art.º 29º, n.º 1, al.ª d), 39º, 40º, 41º e 42º CIRPC)	39 950	42 486
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art. 23º, nº 2 CIRPC)	7 128	
Mais-valias contabilísticas		
Depreciações e amortizações tributadas em períodos anteriores		0
Benefícios fiscais	13 077	3 198
Dividendos		39 875
Juros das Obrigações Emitidas pelas Empresas de Bolsa de Valores	272 273	196 273
Lucro/Prejuízo fiscal	83 945	41 170
Utilização de Prejuízo Fiscal	0	0
Taxa aplicável	22,0%	22,0%
Taxa Efetiva	7,02%	3,12%
Imposto do exercício	18 468	9 058
Tributação à Taxa Liberatório	10 519	0
Tributação autónoma	629	667
Taxa de Incêndio	369	181
	<u>29 985</u>	<u>9 906</u>

Nos termos do Código Geral Tributário, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2023.

A variação dos Passivos por Impostos Diferidos justificam-se pela variação do cálculo de justo valor das participações que o BI detém junto da Visa Internacional e do BCA.

13. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	dez/23	dez/22
Devedores e outras aplicações		
. Bonificações a receber do Estado de Cabo Verde	10 232	6 788
. Valores a receber do Grupo	-	-
. Outros devedores	27 393	38 384
Outros ativos		
. Património artístico	4 299	2 086
Rendimentos a receber		
. Outros	3 296	2 599
Despesas com encargo diferido		
. Outros gastos administrativos	32 719	33 753
Outras contas de regularização		
Despesas OUR por regularizar	6 310	
. Outros	8 345	4 251
Compensação - Sisp	-	16 348
Compensação interbancárias	5 447	-
Posição cambial a vista	-	-
Economato	4 758	1 004
Alienação dos Imóveis por regularizar	-	62 000
Fallhas de Caixa/ATM	1 855	641
Total Outros ativos	104 653	167 855
Imparidade de outros activos (Nota 17)	(6 873)	(6 873)
	97 780	160 982
Imoveis Recebido em Adjudicação	81 607	66 622
Imparidade Imoveis Recebido em Adjudicação (Nota 17)	(43 219)	(30 930)
	38 388	35 693
Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio	859 806	967 258
Imparidade de ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio (nota 17)	(70 493)	(47 840)
	789 312	919 418
	925 480	1 116 093

O saldo da rubrica de devedores e outras aplicações, com respeito aos saldos de outros ativos, apresentou uma diminuição de 58.464 mCVE explicada na sua maioria pela liquidação em 2023 do valor de imóveis por regularizar, após escritura de venda.

O saldo de 81.607 mCve da rubrica “Imóveis Recebidos em Adjudicação Pendente de Resolução”, diz respeito a seis imóveis que ainda não se encontram em situação

que permita a respetiva venda, com uma variação de 14.718 m CVE relacionada com 2 imóveis recuperados de abates ao ativo (nota 27). A estes imóveis estão associadas imparidades no valor de 43.219 mCVE, com reforço de 12.290 mCVE face a 2022, 3.592 mCVE associado aos imóveis recuperados no ano (nota 17).

A rubrica “Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio” apresentou a 31 de Dezembro de 2023, um saldo de mCve 859.806 mCVE e imparidade de 70.493 mCVE. A variação ocorrida no ano foi motivada, essencialmente:

- Pela alienação de dois imóveis;
- Pela reclassificação de um imóvel para Propriedades de Investimento conforme apresentado na nota 8, tendo os mesmos sido transferido pelo seu valor líquido de imparidade.
- Três imóveis recuperados no valor total de mCve 11.697, através de Adjudicação e recuperação de abates ao ativo. É de salientar a aplicação interna pelo BI, desde 2020, da Política Contabilística de Reconhecimento Inicial de Imóveis Recebidos em Reembolso de Crédito da CGD, com entrada vigor em Outubro de 2019, obrigando a que o reconhecimento inicial dos imóveis recebidos em reembolso de crédito seja mensurado pelo menor entre o valor de arrematação e o valor de balanço líquido de imparidade, do(s) crédito(s) concedido(s) objeto de recuperação que lhe esteja(m) diretamente associados.

A estes imóveis estão associadas imparidades no valor de 70.493 mCVE, com reforço de 22.653 mCVE face a 2022, 2.914 mCVE associado aos imóveis recuperados no ano (nota 17).

A rubrica de Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio decompõe-se como segue:

	2023														
	Saldo em 31-12-2022			Imparidade do período								Perdas por			
				Transferências Período											
	Valor bruto	Imparidade	Líquido	Recuperações	Alienações	Outros Despesas	Constituição	Reversão	Valor Bruto	Imparidade	Utilização Imparidade	Imparidade (Nota 17)	Valor bruto	Imparidade	Líquido
Terreno Palha Sé	114 475	(4 240)	110 236	-	-	464	(4 831)	-	-	-	-	(4 831)	114 939	(9 071)	105 868
Terreno Palha Sé	22 737	(12 958)	9 779	-	(22 817)	80	(1 609)	1 829	-	-	12 738	220	0	0	0
Terreno Palmarejo	2 813	(717)	2 096	-	-	103	(397)	-	-	-	-	(397)	2 916	(1 113)	1 803
Habitação -São Vicente	19 550	(10 483)	9 067	-	-	62	(4 304)	-	-	-	-	(4 304)	19 612	(14 787)	4 825
Imovel Semi Acabado - Santa Maria	209 420	(12 726)	196 694	-	-	1 837	(4 951)	-	-	-	-	(4 951)	211 256	(17 677)	193 579
Edifício Achada Grande Frente - Praia**	92 922	(5 925)	86 997	-	-	-	-	-	(92 922)	5 925	-	-	-	-	-
Terreno em Boa vista Lacacamo	255 859	-	255 859	-	-	7 265	(14 089)	-	-	-	0	(14 089)	263 124	(14 089)	249 035
Prédio Urbano em Maio - Morro	21 695	-	21 695	-	-	43	(56)	-	-	-	-	(56)	21 737	(56)	21 681
Edifício Turístico - Praia de Chaves - Boavista	180 517	-	180 517	-	-	1 867	(2 176)	-	-	-	-	(2 176)	182 385	(2 176)	180 209
Prédio Urbano - Praia - Palmarejo	15 192	(792)	14 400	-	(15 222)	30	(158)	729	-	-	222	570	(0)	-	(0)
Prédio Urbano - Praia - Achada São Felipe	6 556	-	6 556	-	-	22	(3 356)	-	-	-	-	(3 356)	6 578	(3 356)	3 222
Prédio Urbano - Praia Cabral - Boavista	4 662	-	4 662	-	-	39	(39)	-	-	-	-	(39)	4 701	(39)	4 662
Prédio Urbano - Fonte Meio - São Vicente	-	-	-	2 429	-	38	(66)	-	-	-	-	(66)	2 467	(66)	2 402
Predio Urbano- composto por dois Apartamento T2 Boa Ventura Rabil - Boa V	-	-	-	6 944	-	145	(1 218)	-	-	-	-	(1 218)	7 089	(1 218)	5 871
Terreno Urbano em Rabil -Boavista - Morro (800 Metros Quadrados)	-	-	-	2 140	-	-	(1 630)	-	-	-	-	(1 630)	2 140	(1 630)	511
Diversos Equipamentos Oficina	20 860	-	20 860	-	-	-	(5 215)	-	-	-	-	(5 215)	20 860	(5 215)	15 645
	967 258	(47 840)	919 418	11 513	(38 039)	11 996	(44 095)	2 557	(92 922)	5 925	12 960	(41 538)	859 806	(70 493)	789 313

**Imóveis reclassificados para propriedades de investimento - detalhe na nota 8

2022

	2022														
	Saldo em 31-12-2021			Outros			Imparidade do período		Transferências Período		Utilização	Perdas por Imparidade	Saldo em 31-12-2022		
	Valor bruto	Imparidade	Líquido	Recuperações	Alienações	Despesas	Constituição	Reversão	Valor Bruto	Imparidade			Valor bruto	Imparidade	Líquido
Terreno Palha Sé	113 845	(4 240)	109 605	-	-	630	-	-	-	-	-	-	114 475	(4 240)	110 236
Habitação em Santa Maria Sal*	24 920	(9 454)	15 466	-	-	250	-	-	(25 170)	9 454	-	-	-	-	-
Terreno Palha Sé	22 671	(9 935)	12 736	-	-	66	(3 022)	-	-	-	-	(3 022)	22 737	(12 958)	9 779
Habitação na Praia*	15 808	(13 943)	1 865	-	-	50	-	-	(15 858)	13 943	-	-	-	-	-
Terreno Palmarejo	257 188	(55 501)	201 687	-	(261 592)	7 217	(15 933)	5 675	-	-	65 042	(10 257)	2 813	(717)	2 096
Habitação -São Vicente	19 487	(10 483)	9 004	-	-	62	-	-	-	-	-	-	19 550	(10 483)	9 067
Prédio Urbano - Praia-Terra Branca*	10 876	(575)	10 301	-	-	719	-	-	(11 595)	575	-	-	-	-	-
Terreno - Praia-Tira Chapeu Industrial	3 092	(1 493)	1 599	-	(3 092)	-	-	225	-	-	1 268	225	-	-	-
Terreno - Praia-CidadeIa	110 027	(48 361)	61 665	-	(110 090)	63	-	270	-	-	48 091	270	(0)	0	0
Imovel Semi Acabado - Santa Maria	201 343	(4 659)	196 684	-	-	8 077	(8 067)	-	-	-	-	(8 067)	209 420	(12 726)	196 694
Prédio Urbano - Praia**	32 211	-	32 211	-	-	1 628	-	-	(33 839)	-	-	-	-	-	-
Edifício Achada Grande Frente - Praia	90 914	-	90 914	-	-	2 008	(5 925)	-	-	-	-	(5 925)	92 922	(5 925)	86 997
Terreno em Boa vista Lacacamo	254 498	-	254 498	-	-	1 361	-	-	-	-	-	-	255 859	-	255 859
Prédio Urbano em Maio - Morro	21 674	-	21 674	-	-	21	-	-	-	-	-	-	21 695	-	21 695
Edifício Turístico - Praia de Chaves - Boavista	179 355	-	179 355	-	-	1 163	-	-	-	-	-	-	180 517	-	180 517
Espaço Comercial (no rés do chão esquerdo de um prédio de 4 pisos, tendo a fração A uma área coberta de 146,58 m2)**	16 447	-	16 447	-	-	31	(3 320)	-	(16 478)	3 320	-	(3 320)	-	-	-
Estacionamento no rés do chão esquerdo de um prédio de 4 pisos, t fração E, um lugar de estacionamento, a área de 72,40 m2. **	2 534	-	2 534	-	-	5	(512)	-	(2 539)	512	-	(512)	-	-	-
Prédio Urbano - Praia - Palmarejo	-	-	-	15 192	-	-	(792)	-	-	-	-	(792)	15 192	(792)	14 400
Prédio Urbano - Praia - Achada São Felipe	-	-	-	6 556	-	-	-	-	-	-	-	-	6 556	-	6 556
Prédio Urbano - Praia Cabral - Boavista	-	-	-	4 662	-	-	-	-	-	-	-	-	4 662	-	4 662
Diversos Equipamentos Oficina	20 860	-	20 860	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20 860	-	20 860
	1 397 751	(158 644)	1 239 107	26 410	(374 774)	23 349	(37 570)	6 170	(105 478)	27 803	114 401	(31 400)	967 258	(47 840)	919 418

*Reclassificados Imóveis Recebido em Adjudicação Pendente (ver quadro apresentado de seguida)

**Imóveis reclassificados para propriedades de investimento - detalhe na nota 8

Imoveis reclassificados para Imoveis Recebidos em Adjudicação pendentes de Resolução:

	2023 - Devedores														
	Saldo em 31-12-2022			Recuperações	Alienações	Outros Despesas	Imparidade do período		Transferências		Utilização Imparidade	Perdas por (Nota 17)	Saldo em 31-12-2023		
	Valor bruto	Imparidade	Liquido				Constituição	Reversão	Valor Bruto	Imparidade			Valor bruto	Imparidade	Liquido
Habitação na Praia - Fazenda - Praia	15 858	(13 943)	1 915	-	-	50	(643)	-	-	-	-	(643)	15 908	(14 586)	1 322
Prédio Urbano - Praia-Terra Branca	11 595	(2 887)	8 707	-	-	39	(1 076)	-	-	-	-	(1 076)	11 633	(3 963)	7 670
Apartamentos e Salão Comercial em Santa Maria Sal	25 170	(14 100)	11 070	-	-	177	(6 417)	-	-	-	-	(6 417)	25 347	(20 517)	4 830
Prédio Urbano - Praia-Terra Branca	14 000	-	14 000	-	-	-	(560)	-	-	-	-	(560)	14 000	(560)	13 440
Prédio Urbano - Achada São Filipe	-	-	-	8 095	-	300	(2 729)	-	-	-	-	(2 729)	8 395	(2 729)	5 666
Prédio Urbano - Santa Maria	-	-	-	6 230	-	93	(863)	-	-	-	-	(863)	6 323	(863)	5 460
	66 622	(30 930)	35 693	14 325	-	660	(12 290)	-	-	-	-	(12 290)	81 607	(43 219)	38 388

Detalhe valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e por antiguidade.

31/12/2023				
Ativo	Número de imóveis	Valor Bruto	Imparidade	Valor contabilístico Líquido
Terreno	4	383 119	25 903	357 217
Urbano	4	383 119	25 903	357 217
Rural	0	0	0	0
Edifícios em desenvolvimento	0	0	0	0
Comerciais	0	0	0	0
Habitação	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Edifícios construídos	8	455 826	39 375	416 451
Comerciais	0	0	0	0
Habitação	8	455 826	39 375	416 451
Outros	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Total	12	838 945	65 278	773 667

Ativo	Nº de Equipamentos	Valor Bruto	Imparidade	Valor contabilístico Líquido
Outros Equipamentos	67	20 860	5 215	15 645

31/12/2022				
Ativo	Número de imóveis	Valor Bruto	Imparidade	Valor contabilístico Líquido
Terreno	6	417 579	17 914	399 665
Urbano	6	417 579	17 914	399 665
Rural	0	0	0	0
Rural	0	0	0	0
Edifícios em desenvolvimento	2	302 342	18 651	283 691
Comerciais	0	0	0	0
Habitação	1	209 420	12 726	196 694
Outros	1	92 922	5 925	86 997
Edifícios construídos	5	226 477	11 275	215 202
Comerciais	2	19 854	792	19 062
Habitação	2	26 106	10 483	15 623
Outros	1	180 517	0	180 517
Total	13	946 398	47 840	898 557

Ativo	Nº de Equipamentos	Valor Bruto	Imparidade	Valor contabilístico Líquido
Outros Equipamentos	67	20 860	0	20 860

Detalhe do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e por antiguidade em balanço.

31/12/2023					
Tempo decorrido desde a Dação/Execução	< 1 Ano	=> 1 Ano e <= 2,5 Anos	=> 2,5 Anos e <= 5 Anos	>= 5 anos	Total
Terreno	511	0	249 035	107 671	357 217
Urbano	511	0	249 035	107 671	357 217
Rural	0	0	0	0	0
Edifícios em desenvolvimento	0	0	0	0	0
Comerciais	0	0	0	0	0
Habitação	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0
Edifícios construídos	8 273	7 884	395 469	4 825	416 451
Comerciais	0	0	0	0	0
Habitação	8 273	7 884	395 469	4 825	416 451
Outros	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0
Total	8 783	7 884	644 505	112 496	773 667

Tempo decorrido desde a Dação/Execução	< 1 Ano	=> 1 Ano e <= 2,5 Anos	=> 2,5 Anos e <= 5 Anos	>= 5 anos	Total
	0	15 645	0	0	15 645
Outros Equipamentos	0	15 645	0	0	15 645

31/12/2022

Tempo decorrido desde a Dação/Execução	< 1 Ano	=> 1 Ano e <= 2,5 Anos	=> 2,5 Anos e <= 5 Anos	>= 5 anos	Total
Terreno	0	277 553	0	122 111	399 665
Urbano	0	277 553	0	122 111	399 665
Rural	0		0		0
Edifícios em desenvolvimento	0	86 997	196 694	0	283 691
Comerciais	0	0	0	0	0
Habitação	0	0	196 694	0	196 694
Outros	0	86 997	0	0	86 997
Edifícios construídos	25 618	180 517	0	9 067	215 202
Comerciais	19 062	0	0	0	19 062
Habitação	6 556	0	0	9 067	15 623
Outros	0	180 517	0	0	180 517
Outros	0	0	0	0	0
Total	25 618	545 068	196 694	131 178	898 557

Tempo decorrido desde a Dação/Execução	< 1 Ano	=> 1 Ano e <= 2,5 Anos	=> 2,5 Anos e <= 5 Anos	>= 5 anos	Total
	0	20 860	0	0	20 860
Equipamentos	0	20 860	0	0	20 860

14. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Valor	
	dez/23	dez/22
Recursos de instituições de crédito nacionais	40 475	67 952
Recursos de empresas seguradoras	195 377	190 770
Outros	-	-
	235 853	258 722
Recursos de instituições no estrangeiro	4 241	-
	4 241	-
Juros a pagar	1 239	1 120
	241 333	259 842

Os saldos nos Recursos de IC's no estrangeiro correspondem à utilização da Linha de Trade Finance da CGD.

15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	dez/23	dez/22
Depósitos de poupança:		
. Poupança jovem	2 805 375	2 768 025
Depósitos à ordem		
. De residentes	12 995 949	9 721 700
. De não residentes	2 651 950	2 772 965
. De emigrantes	1 363 530	1 393 734
	<u>17 011 429</u>	<u>13 888 399</u>
Depósitos a prazo		
. De residentes	5 338 196	5 449 101
. De emigrantes	1 099 744	1 130 031
. De não residentes	636 477	680 681
	<u>7 074 417</u>	<u>7 259 813</u>
Outros débitos		
. Outros depósitos à ordem	89 540	-
. Cheques e ordens a pagar	17 091	61 464
	<u>26 997 852</u>	<u>23 977 700</u>
Juros a pagar	167 146	109 643
	<u>27 164 998</u>	<u>24 087 344</u>

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, os depósitos à ordem não eram remunerados.

16. PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2023, o saldo ascendeu ao valor de mCve 12.812.

	2023					
	Imparidade					
	Saldos em		Anulação	líquidas em		Saldos em
	31/12/2022	Constituição	Reposição	resultados	Utilização	31/12/2023
Provisões - Garantias e Compromissos Assumidos	3 396	4 187	(6 385)	1 198	-	1 198
Provisões - Processos judiciais	8 222	6 098	(2 706)	11 614	-	11 614
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-
	11 618	10 285	(9 091)	12 812	-	12 812

	2022					Saldos em 31/12/2022
	Imparidade					
	Saldos em		Anulação	Líquidas em		
	31/12/2021	Constituição	Reposição	resultados	Utilização	
Provisões - Garantias e Compromissos Assumidos	6 538	10 227	(13 369)	3 396	-	3 396
Provisões - Processos judiciais	7 104	1 605	(487)	8 222	-	8 222
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-
	13 642	11 832	(13 856)	11 618	-	11 618

Para efeitos de registo, o critério utilizado na revisão do montante de provisão constituída, resulta da probabilidade de pagamento/assunção de perda por parte do Banco, sendo que, para os processos com probabilidade: (1) Remota, foi utilizada a percentagem de 10%; (2) Intermédia: 25%; (3) Provável: 50% e (4) Elevada: 75% e (5) Certa: 100%.

17. IMPARIDADE

O movimento na imparidade/provisões do Banco durante os exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	2023						
	Recuperações						
	Saldos em	Transferências	Dotações	Anulação	Imparidade	Regularização	
<u>Imparidade</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>ano 2023</u>	<u>resultados</u>	<u>de imparidade</u>	<u>Líquida</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31/12/2023</u>
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)							
Crédito titulado	48 786	-	5 835	(18 836)	(13 001)	-	35 785
Crédito não titulado	600 669	-	866 584	(709 555)	157 030	(247 358)	510 341
	649 455	-	872 419	(728 390)	144 029	(247 358)	546 126
Propriedades de investimento (Nota 8)	-	5 925	5 389	-	5 389	(5 925)	5 389
Imparidade de outros ativos tangíveis (Nota 9)	20 172	-	1 146	-	1 146	(8 941)	12 377
Outros Dev - Imóveis Receb. em Adjudicação pendentes de Resolução (Nota 13)	30 930	-	12 290	-	12 290	-	43 219
Imparidade de outros ativos (Nota 13)	6 873	-	-	-	-	-	6 873
Imparidade de Ativo recebido em recuperação de crédito próprio (Nota 13)	47 840	(5 925)	44 095	(2 557)	41 538	(12 960)	70 493
	105 814	-	62 920	(2 557)	60 363	(27 826)	138 351
	755 269	-	935 339	(730 947)	204 392	(275 184)	684 477

A imparidade do período apresenta-se conforme apresentado no quadro acima, sendo desagregado o valor de imparidade associada a imóveis para cada uma das rubricas do ativo e impactos relacionados com as transferências que ocorreram no período.

18. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Outros passivos</u>	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Credores diversos		
Credores diversos - Por valores a liquidar	3 945	9 907
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	9 834	11 415
. Previdência social	4 139	3 964
. Imposto sobre o valor acrescentado	1 210	586
Recursos diversos		
. Conta caução	28 760	22 393
Cobrança por conta de terceiros	2	105
	<u>47 890</u>	<u>48 369</u>
Encargos a pagar		
Custos administrativos	63 228	56 176
Férias por gozar	16 106	16 106
Subsídio de férias	8 992	9 678
Prémio de Produtividade	6 080	4 241
Assistencia Médica - Consultas	50	50
Locações Financeira		
Regularização Locações Financeira	32 214	34 225
Juros Locações Financeira	3 331	2 843
	<u>130 002</u>	<u>123 318</u>
Receitas com rendimento diferido		
De operações extrapatrimoniais	1 079	1 730
Anuidades de cartões	10 255	9 384
	<u>11 334</u>	<u>11 113</u>
Outras contas de regularização		
Cartões Visa	512	1 269
OP - ATM - Multibanco	61 943	28 396
Investimento por Realizar	5 791	2 439
Compensação - Transferências Interbancárias	43 950	160 357
Outras contas de Regularização	3 479	758
	<u>115 674</u>	<u>193 219</u>
	<u>304 901</u>	<u>376 019</u>

O saldo da rubrica de outros passivos, apresentou uma diminuição de 70.325 mCVE explicada na sua maioria pela saída do saldo da compensação das transferências interbancárias registado no ano de 2022 e pela variação ocorrida na OP - ATM - Multibanco.

19. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2023, a estrutura acionista apresenta-se como segue:

Entidade	Número		Valor
	de ações	%	
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	81 687	81,69%	816 870
Adega, S.A.R.L.	6 732	6,73%	67 320
Rui Augusto Tavares Moreira Almeida Pinto	5 089	5,09%	50 890
Outros	6 492	6,49%	64 920
	100 000	100,00%	1 000 000

Não houve alteração na estrutura acionista em 2023 face a 2022.

20. PRÉMIOS DE EMISSÃO, RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, as rubricas de reservas e resultados transitados tinham a seguinte composição:

	dez/23	dez/22
Prémios de emissão	388	388
Reservas de justo valor		
. De ativos financeiros Ao justo valor através de outros Rendimento Integral (Nota 5)	268 302	135 059
. De impostos diferidos (Nota 12)	(60 207)	(30 307)
Outros		
	208 095	104 752
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	302 853	272 070
. Outras reservas	1 754 504	1 631 375
. Resultados transitados	-	-
	2 057 357	1 903 446
Resultado do exercício	397 378	307 821
	2 663 218	2 316 407

As variações nas Reservas legais, Outras Reservas e Resultados transitados justificam-se com a incorporação dos resultados de exercício de 2022 sendo: 10% para Reserva legal e 40% para Outras Reservas.

As reservas de justo valor refletem as mais e menos-valias potenciais em Ativos financeiros ao justo valor através de outro Rendimento Integral, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Em 31 de Dezembro de 2023, a variação dos saldos face ao Dezembro de 2022, justifica-se com mais-valias potenciais Visa e do BCA (nota 5).

No que tange à Reserva legal, nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 62/VIII), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço desse tipo de reserva. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	dez/23	dez/22
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	774 438	724 981
. Crédito vencido	6 818	3 881
. Crédito ao exterior	113 086	113 371
. Crédito ao pessoal	11 365	10 036
Títulos de dívida		
De emissores públicos nacionais		
. Obrigações do Tesouro	184 744	201 843
De outros residentes	13 360	14 570
Juros de aplicações em instituições de crédito		
. No país	948	255
. No estrangeiro	21 253	653
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	38 239	32 109
	<u>1 164 252</u>	<u>1 101 700</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, destaca-se o incremento dos juros de aplicações em instituições de crédito, associados na sua quase totalidade a operações *overnight* junto da CGD.

22. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	dez/23	dez/22
Juros de depósitos		
. Depósitos de poupança		
Poupança Jovem	1 469	1 521
. Depósitos a prazo		
De residentes	132 199	121 743
De emigrantes	33 281	31 149
De não residentes	15 983	15 810
Juros Locações Financeira	3 331	2 843
Juros de empréstimos		
. De residentes	2 751	2 295
. De não residentes	196	50
Outros juros e encargos similares	1 236	4 013
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	1 263	1 378
	<u>191 711</u>	<u>180 803</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, destaca-se o incremento dos juros de depósitos a prazo, explicados pelo aumento de depósitos durante o ano de 2023 quando comparado com o ano de 2022 e as negociações com os clientes para a retenção dos depósitos.

23. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos, apresentando a seguinte composição:

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Rendimentos de activos disponíveis para venda:		
· Banco Comercial do Atlântico, S.A.	72 791	38 443
· Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	1 294	1 294
· VISA International Service Association	85	139
· Promotora	503	-
	<u>74 673</u>	<u>39 875</u>

Durante o ano de 2023, o Banco Comercial do Atlântico procedeu à distribuição de dividendos, cabendo ao BI o montante de mCve 72.791.

24. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	dez/23	dez/22
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por operações sobre instrumentos financeiros	69 583	64 635
Por serviços prestados		
. Comissões Visa	43 510	39 191
. Anuidades de Cartões	22 360	18 461
. Operações de Crédito	1 767	1 292
Comissões		
. Emissão Cheque	3 271	3 264
. Envio de extrato por Swift	162	158
. Devolução Cheques	57	35
. Comiss Declar Confirm GP SWIFT	-	-
. Seguro	2 699	2 107
. Cobrança De Imposto	3 421	2 958
. Cobrança do INPS	295	316
. Cobrança Geestão Contas Inativas	4 023	4 193
. Outras Comissões	23 135	17 536
	104 700	89 510
Por garantias prestadas		
. Garantias e avales	7 721	8 573
. Créditos documentários	-	-
	7 721	8 573
	182 005	162 719
<u>Encargos com serviços e comissões</u>		
Por garantias recebidas		
. Garantias e Avalas	729	937
. Créditos documentários abertos	-	-
Por serviços bancários prestados por terceiros		
. Comissões VISA	37 216	29 533
. Linha BEI	1 984	572
. Outras comissões	13 549	12 931
	52 749	43 036
	53 478	43 973

25. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	dez/23			dez/22		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	49 406	(15 727)	33 678	1 651 926	(1 626 853)	25 073
Resultados em notas e moedas	25 958	(10 402)	15 556	35 228	(18 024)	17 204
	75 364	(26 130)	49 234	1 687 154	(1 644 876)	42 278

Os Resultados de Operações Financeiras situaram nos CVE 49,2 Mio, registando um aumento no montante de CVE 7,0 Mio (+16%) face a 2022, justificado essencialmente pelos resultados de reavaliação cambial em notas e moedas, reflexo do aumento da circulação de divisas (Notas e moedas estrangeiras) no mercado, em consequência do crescimento económico.

26. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 o saldo desta rubrica corresponde a ganhos e perdas na alienação de imóveis registados em outros ativos

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Outros Activos	(486)	3 582
	<u>(486)</u>	<u>3 582</u>

27. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	dez/23	dez/22
<u>Outros proveitos de exploração</u>		
Prestação de serviços diversos:		
. Taxa de serviço	253	375
. Cartões de crédito		
. Gastos as Despesas OURS	-	18 191
Prestação Serviços - R24 - SISP	6 884	6 200
Despesas Swift	12 920	12 451
Despesas com a Comunicação	128	128
. Outros	73	97
Reembolso de despesas	2	4
Recuperação de crédito	74 534	91 334
IFRS 16	-	-
Ganhos em ativos não financeiros	3900	0
Outros	7 663	4 054
	<u>106 356</u>	<u>132 834</u>
<u>Outros custos de exploração</u>		
Outros impostos	(3 707)	(12 838)
Donativos e quotizações	(2 267)	(2 609)
Contribuição de Fundo de Garantia de Depósitos	(1 075)	(1 032)
Ganhos com as Despesas OURS	(4 499)	(28 981)
Despesas de Manutenção da conta	(7 880)	(6 939)
Justo Valor de Propriedade de Investimento	-	-
IFRS 16	-37	
Outros	(3 332)	(7 172)
	<u>(22 797)</u>	<u>(59 571)</u>
	<u>83 558</u>	<u>73 262</u>

Os resultados associados a recuperação do crédito abatido ao ativo justifica-se, essencialmente, com recuperação de um conjunto de imóveis e refinanciamento de operações de crédito anteriormente abatidas ao ativo.

28.CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	dez/23	dez/22
Remunerações dos empregados	237 038	223 248
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	46 048	44 881
Encargos sociais obrigatórios	33 598	31 358
Indemnizações contratuais	1 200	-
Outros	8 726	7 103
	<u>326 611</u>	<u>306 589</u>

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 o número de efetivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respetivas categorias profissionais, era o seguinte:

	dez/23	dez/22
Administração	2	2
Direção	5	4
Coordenadores	9	10
Responsáveis / Gerentes	19	20
Administrativos	117	119
Auxiliares	3	3
Estagiários	3	5
	<u>158</u>	<u>163</u>

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 os números apresentados acima incluíam respetivamente, 35 e 36 colaboradores com contrato a prazo.

29. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	dez/23	dez/22
Serviços especializados		
. Serviços de informática	78 611	73 742
. Serviços especializados - SISP	40 447	39 556
. Segurança e vigilância	16 388	19 646
. Honorários	4 693	3 416
. Serviços de limpeza	10 423	11 481
. Assessoria	297	-
. Consultoria	7 105	6 655
. Serviços de auditoria	18 028	7 801
. Outros serviços especializados	23 813	20 806
Rendas e alugueres	15 240	17 337
Água, energia e combustíveis	28 855	27 952
Publicidade e edição de publicações	11 497	11 015
Comunicações e despesas de expedição	16 463	18 266
Impressos e material de consumo corrente	7 515	12 748
Transportes	25 241	21 086
Seguros	18 019	17 152
Deslocações, estadas e representação	4 340	3 818
Conservação e reparação	4 415	5 781
Formação de pessoal	5 245	2 771
Outros	866	1 135
	<u>337 500</u>	<u>322 164</u>

30. RESULTADO POR ACÇÃO

	dez/23	dez/22
Resultado após imposto	397 378	307 821
Número de acções	100 000	100 000
Resultado por acção (CVE)	3 974	3 078

31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	dez/23	dez/22
<u>Passivos eventuais</u>		
Garantias e avales prestados	325 151	653 458
Créditos documentários abertos	-	-
	<u>325 151</u>	<u>653 458</u>
Compromissos irrevogáveis	1 148 189	1 143 358
Depósitos e guarda de valores	<u>10 464 246</u>	<u>7 059 229</u>
	<u>11 937 586</u>	<u>8 856 045</u>

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos, S.A. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- **Negociação e vendas** – Compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida

emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “Repo” e de corretagem. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito;

- **Banca comercial** – Inclui as atividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e pequenas e médias empresas. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, *factoring*, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público.
- **Banca de retalho** - Compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares, bem como as transferências internacionais de dinheiro.

Com referência a 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

	2023			
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	Total
Juros e rendimentos similares	234 867	466 902	462 483	1 164 252
Juros e encargos similares	(7 319)	(96 820)	(87 572)	(191 711)
MARGEM FINANCEIRA	227 548	370 082	374 911	972 541
Rendimentos de instrumentos de capital	74 673	-	-	74 673
Rendimentos com serviços e comissões	12 066	83 560	86 378	182 005
Encargos com serviços e comissões	(52 749)	(380)	(349)	(53 478)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-
Resultados de reavaliação cambial	-	24 194	25 010	49 204
Resultados de alienação de outros ativos	(486)	-	-	(486)
Outros resultados de exploração	-	40 412	43 146	83 558
PRODUTO BANCÁRIO	261 051	517 869	529 097	1 308 018
Outros custos e proveitos				(910 640)
Resultado líquido do exercício				397 378
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3 544 588	-	-	3 544 588
Disponibilidades em outras instituições de crédito	231 081	-	-	231 081
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	508 455	-	-	508 455
Aplicações em instituições de crédito	3 373 705	-	-	3 373 705
Crédito a clientes	-	10 607 201	10 964 930	21 572 131
Recursos de outras instituições de crédito	241 333	-	-	241 333
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	14 019 941	13 145 057	27 164 998

	2022			
	Negociação e vendas	Banca comercial	Banca de retalho	Total
Juros e rendimentos similares	231 357	446 601	423 742	1 101 700
Juros e encargos similares	(10 579)	(77 796)	(92 428)	(180 803)
MARGEM FINANCEIRA	220 778	368 805	331 314	920 897
Rendimentos de instrumentos de capital	39 875			39 875
Rendimentos com serviços e comissões	57 668	53 424	51 627	162 719
Encargos com serviços e comissões	(12 464)	(690)	(820)	(13 973)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	-			-
Resultados de reavaliação cambial		21 694	20 584	42 278
Resultados de alienação de outros ativos	(249)			(249)
Outros resultados de exploração		33 482	39 780	73 262
PRODUTO BANCÁRIO	275 608	476 716	442 485	1 194 809
Outros custos e proveitos				(886 988)
Resultado líquido do exercício				307 821
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3 800 335			3 800 335
Disponibilidades em outras instituições de crédito	335 466			335 466
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento	386 919			386 919
Aplicações em instituições de crédito	34 735			34 735
Títulos de dívida pública	-			-
Crédito a clientes		10 924 548	10 365 390	21 289 937
Recursos de outras instituições de crédito	259 842			259 842
Recursos de clientes e outros empréstimos		11 008 396	13 078 948	24 087 344
Outros passivos subordinados	-			-

33. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco todas as entidades controladas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos, S.A e as empresas associadas, assim como acionistas locais e membros dos órgãos de gestão ou entidades relacionadas e familiares.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos sociais.

	2023				
	Grupo Caixa Geral de Depósitos				
	CGD	Sucursal de França	Banco Comercial do Atlântico	Promotora	SISP
Ativos:					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	84 548	26 593	2 763	-	-
Aplicações em instituições de crédito	3 338 918	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	-	-	419 732	(0)	-
Crédito a clientes	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	166 336
Outros ativos	-	-	-	-	1 700
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	(4 241)	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	(148 019)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros Passivos	(240)	-	-	-	(3 383)
Extrapatrimoniais:					
Garantias prestadas	136 092	-	-	-	-
Rendimentos:					
Juros e rendimentos similares	19 507	-	-	-	-
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	(72 791)	(503)	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	-	65 871
Resultados Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	-	-	72 791	503	(60 787)
Gastos:					
Juros e encargos similares	196	-	-	-	-
Encargos com serviços e comissões	(5 872)	(150)	-	-	3 108
Gastos gerais administrativos	(3 465)	-	-	-	47 558
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	(43 881)

	2022				
	Grupo Caixa Geral de Depósitos				
	CGD	Sucursal de França	Banco Comercial do Atlântico	Promotora	SISP
Ativos:					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	156 013	1 318	315	-	-
Aplicações em instituições de crédito	1 036	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	-	-	300 021	11 793	-
Crédito a clientes	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	126 004
Outros ativos	-	-	-	-	1 434
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	(68)	(205 677)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros Passivos	-	-	-	-	-
Extrapatrimoniais:					
Garantias prestadas	-	-	-	-	-
Rendimentos:					
Juros e rendimentos similares	32	-	-	-	-
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	-	57 652
Resultados Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	-	-	38 443	-	(17 396)
Gastos:					
Juros e encargos similares	(47)	-	-	-	-
Encargos com serviços e comissões	(4 494)	(127)	-	-	(3 543)
Gastos gerais administrativos	(2 975)	-	-	-	(39 556)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	-

Órgãos de gestão

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Em 2023 os custos suportados relativos à remuneração (mCve 47.094) e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Banco (mCve 10.040) ascenderam os mCve 57.134.

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia os mCve 1.430 e mCve 1.066, respetivamente.

Em 31 de Dezembro de 2023, o valor das aplicações de membros do Conselho de Administração ascendia os mCve 15.513.

Acionistas

Em 31 de Dezembro de 2023, o valor do crédito concedido a acionistas ascendia aos mCve 8.393 e as aplicações financeiras o montante de mCVE 126.000.

34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco cambial

A existência de paridade fixa entre o Escudo de Cabo Verde e o Euro (110,265/1 Euro), resultante do acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde vigentes e nos que estão em elaboração.

O Banco mantém uma posição cambial neutra em Dólares dos Estados Unidos, e praticamente não tem posição em outras moedas, o que só casuisticamente pode aparecer, em pequenas transações de turismo.

Risco de liquidez

A gestão de liquidez do Banco é acompanhada e medida através do *cash flow* diário, cujas políticas e normas emanam do Comité de Ativos e Passivos e é atualizado sistematicamente durante o dia, para o período mais curto, e com cobertura também para os períodos mais longos. No *cash flow* leva-se em consideração o saldo não utilizado de créditos aprovados.

Tendo em conta a natureza do mercado cabo-verdiano com um excesso estrutural de liquidez, não sendo o BI exceção, a gestão da liquidez não apresenta riscos significativos.

A carteira de títulos de dívida pública é uma alternativa à aplicação da liquidez do Banco, quer em títulos do Banco de Cabo Verde quer em títulos do Estado de Cabo Verde. Os títulos de dívida pública, por sua vez, podem ser repassados ao mercado

secundário. Devido à facilidade de compra e venda de moeda estrangeira junto do Banco de Cabo Verde, também é possível aplicar o nosso excedente de liquidez no exterior.

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentavam a seguinte composição:

2023									
Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
<u>Ativo</u>									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3 544 588	-	-	-	-	-	-	-	3 544 588
Disponibilidades em outras instituições de crédito	231 081	-	-	-	-	-	-	-	231 081
Aplicações em instituições de crédito	3 207 041	106 692	25 030	992	-	-	-	33 950	3 373 705
Crédito a clientes (saldos brutos)	931 319	1 224 243	912 180	294 715	2 353 088	2 134 125	5 248 097	9 020 489	22 118 257
	<u>7 914 030</u>	<u>1 330 935</u>	<u>937 211</u>	<u>295 707</u>	<u>2 353 088</u>	<u>2 134 125</u>	<u>5 248 097</u>	<u>9 054 439</u>	<u>29 267 632</u>
<u>Passivos</u>									
Recursos de outras instituições de crédito	(241 333)	-	-	-	-	-	-	-	(241 333)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(9 287 356)	(1 132 616)	(1 345 878)	(12 278 862)	(2 992 859)	(127 427)	-	-	(27 164 998)
	<u>(9 528 689)</u>	<u>(1 132 616)</u>	<u>(1 345 878)</u>	<u>(12 278 862)</u>	<u>(2 992 859)</u>	<u>(127 427)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(27 406 331)</u>
GAP (Ativos - Passivos)	(1 614 659)	198 319	(408 667)	(11 983 155)	(639 770)	2 006 698	5 248 097	9 054 439	1 861 301

2022									
Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
<u>Ativo</u>									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3 800 335	-	-	-	-	-	-	-	3 800 335
Disponibilidades em outras instituições de crédito	335 466	-	-	-	-	-	-	-	335 466
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	1 052	-	-	33 683	-	34 735
Crédito a clientes (saldos brutos)	1 031 434	459 228	644 511	649 154	3 453 048	2 164 425	4 893 836	8 643 757	21 939 392
	<u>5 167 235</u>	<u>459 228</u>	<u>644 511</u>	<u>650 206</u>	<u>3 453 048</u>	<u>2 164 425</u>	<u>4 927 520</u>	<u>8 643 757</u>	<u>26 109 928</u>
<u>Passivos</u>									
Recursos de outras instituições de crédito	(259 842)	-	-	-	-	-	-	-	(259 842)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(7 005 663)	(1 310 723)	(1 414 586)	(9 846 559)	(3 392 994)	(1 116 818)	-	-	(24 087 344)
	<u>(7 265 505)</u>	<u>(1 310 723)</u>	<u>(1 414 586)</u>	<u>(9 846 559)</u>	<u>(3 392 994)</u>	<u>(1 116 818)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(24 347 186)</u>
GAP (Ativos - Passivos)	(2 098 270)	(851 495)	(770 075)	(9 196 353)	60 053	1 047 607	4 927 520	8 643 757	1 762 743

Risco de taxa de juro

A maioria das operações de crédito (c. 64% do volume) encontram-se em taxa variável (e com tendência de crescimento), resultado de uma estratégia de redução do risco de taxa de juro no balanço que consistiu e consiste numa substituição de operações de médio e longo prazo em taxas fixas por, em implementação progressiva, novas operações de prazos superiores a 5 anos, de taxas indexadas à Taxa de Cedência de Liquidez do Banco Central.

O risco de taxa de juro é monitorizado em base mensal, avalia o EVE (*Economic Value of equity at risk*) a uma variação de 50 pontos base, bem como o impacto nos resultados advenientes de uma variação de 50 pontos bases pelo *repricing* gap. Nestas duas métricas está assente a definição da apetência pelo risco de taxa de juro (constando as métricas no RAS *Dashboard* e acompanhado em fóruns como o Comité de Ativos e Passivos, a Comissão de Gestão de Riscos e o Conselho de Administração).

Risco de mercado

O Risco de Mercado Core assume pequena relevância dado que a dimensão da Bolsa de Valores de Cabo Verde é reduzida, não existindo transações suficientes no mercado secundário para assegurar liquidez e formação de preços.

Risco Cambial (Fx risk):

A existência de paridade fixa entre o escudo cabo-verdiano e o Euro (CVE 110,265/1 EUR), resultante do acordo de paridade existente entre Cabo Verde e a União Europeia, explica o facto de o Euro não ser considerado para efeito de posição cambial nos regulamentos do Banco de Cabo Verde.

O Banco mantém uma posição cambial cujos limites foram negociados com a Direção de Gestão de Risco da CGD (DGR) e posteriormente aprovados pelos Conselhos de Administração da CGD e do BI. Os limites de posição cambial foram

determinados assumindo as necessidades reportadas e a utilização histórica da posição líquida por divisa, tendo em conta que todas as divisas se encontram com a mesma posição (longa ou curta). Assim sendo, os limites foram estabelecidos na moeda de contabilização quer para posições longas, quer para posições curtas. Os limites aprovados definem qual o nível de perdas, em termos de resultados ou de Fundos Próprios, que a instituição está disposta a assumir através de um sistema de limites cambiais para o Grupo, para cada Instituição e por moeda. Os limites cambiais são definidos pelo conjunto de limites de “*Value at Risk*” (VaR), de posição aberta líquida total e por moeda, na moeda de contabilização, para o BI.

Os limites atualmente estabelecidos para o Banco Interatlântico são os seguintes:

Valor de Mercado (VM)	4.460.000.000
Valor de Mercado sem Euro	60.000.000
VaR	2.800.000

Limite de VM (valores em CVE)

CAD	8.100.000
CHF	20.000.000
DKK	3.000.000
EUR	4.400.000.000
GBP	20.000.000
JPY	3.000.000
NOK	3.000.000
SEK	3.000.000

USD	20.000.000
ZAR	120.000

Risco de crédito

A Direção de Gestão de Riscos (DGR) é responsável propor e implementar metodologias de determinação de imparidade coletiva e individual, promovendo o desenvolvimento de modelos em conformidade com as normas em vigor, assegurando a atualização dos parâmetros de risco numa base anual.

Ainda no âmbito do risco de crédito, monitoria a qualidade da carteira de crédito da nova produção por forma a contribuir para a melhoria contínua dos processos de concessão e de recuperação de crédito.

Os aspetos supramencionados fazem parte da definição da apetência pelo risco, existindo para o efeito métricas e limites definidos (nomeadamente o rácio de NPE, rácio de cobertura de imparidade e o acompanhamento do *cost of risk*) e são reportados, além do *Chief Risk Officer (CRO)*, a diferentes fóruns (Comité de Ativos e Passivos, Comissão de Gestão de Riscos e Conselho de Administração).

Numa base individual (operações e clientes), o Gabinete de Risco de Crédito (GRC) emite pareceres de risco sobre propostas elaboradas e/ou montadas pela área comercial, concretizando assim a separação das duas funções. Além disso faz acompanhamento da carteira de empresas, no sentido de identificar e alertar para potenciais situações de risco.

Ainda na vertente do acompanhamento da carteira de crédito, o Gabinete de Contencioso e Recuperação de Crédito (GCR), apresenta o ponto de situação dos créditos vencidos ou em contencioso, para permitir uma tomada de decisão célere pela Comissão Executiva.

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, a exposição máxima a risco de crédito do Banco (incluindo saldos contratados mas ainda por utilizar); apresenta a seguinte decomposição:

	2023			
	Exposição Ativo	Imparidade	Colaterais	Exposição Efetiva
Disponibilidades	231 081	-	-	231 081
Aplicações em instituições de crédito	3 373 705	-	-	3 373 705
Crédito a clientes	22 118 267	546 126	16 628 709	4 943 433
Outros Activos	3 279 458	1 249 399	-	2 030 058
	<u>29 002 512</u>	<u>1 795 525</u>	<u>16 628 709</u>	<u>10 578 278</u>
Garantias e avals	1 473	0	1 473	0
Créditos documentários abertos	-	-	-	-
Exposição máxima	<u>29 003 985</u>	<u>1 795 525</u>	<u>16 630 182</u>	<u>10 578 278</u>

	2022			
	Exposição Ativo	Imparidade	Colaterais	Exposição Efetiva
Disponibilidades	335 466	-	-	335 466
Aplicações em instituições de crédito	34 735	-	-	34 735
Crédito a clientes	21 939 479	649 455	12 431 193	8 858 831
Outros Activos	3 498 425	1 165 201	-	2 333 224
	<u>25 808 106</u>	<u>1 814 656</u>	<u>12 431 193</u>	<u>11 562 256</u>
Garantias e avals	653	3 396	653	0
Créditos documentários abertos	-	-	-	-
Exposição máxima	<u>25 808 759</u>	<u>1 818 052</u>	<u>12 431 847</u>	<u>11 562 256</u>

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

2023				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Crédito a empresas				
Vincendo	4 326 590	1 354 178	17 878	5 698 646
Vencido	12	6 269	340 672	346 953
	<u>4 326 602</u>	<u>1 360 447</u>	<u>358 550</u>	<u>6 045 599</u>
Crédito à habitação				
Vincendo	8 023 875	264 126	39 168	8 327 169
Vencido	0	8 721	153 461	162 181
	<u>8 023 875</u>	<u>272 846</u>	<u>192 628</u>	<u>8 489 350</u>
Outros créditos				
Vincendo	2 386 434	199 318	80 386	2 666 139
Vencido	309	17 231	140 180	157 720
	<u>2 386 744</u>	<u>216 549</u>	<u>220 566</u>	<u>2 823 859</u>
Crédito ao Setor Público				
Vincendo	90 436	0	0	90 436
Vencido	0	0	0	-
	<u>90 436</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>90 436</u>
Total crédito vincendo	14 827 335	1 817 622	137 432	16 782 389
Total crédito vencido	321	32 220	634 312	666 853
Total de crédito	<u>14 827 656</u>	<u>1 849 843</u>	<u>771 744</u>	<u>17 449 243</u>
Extrapatrimoniais				
Garantias e créditos documentários a empresas	1 435 317	32 548	5 475	1 473 340
Total de extrapatrimoniais	<u>1 435 317</u>	<u>32 548</u>	<u>5 475</u>	<u>1 473 340</u>

2022				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Crédito a empresas				
Vincendo	4 005 339	1 483 989	86 308	5 575 636
Vencido	890	80 950	444 631	526 471
	<u>4 006 229</u>	<u>1 564 938</u>	<u>530 939</u>	<u>6 102 107</u>
Crédito à habitação				
Vincendo	7 208 008	307 195	35 774	7 550 978
Vencido	553	154	71 633	72 341
	<u>7 208 561</u>	<u>307 350</u>	<u>107 408</u>	<u>7 623 319</u>
Outros créditos				
Vincendo	2 468 082	273 664	48 949	2 790 695
Vencido	2 544	7 666	216 220	226 429
	<u>2 470 626</u>	<u>281 330</u>	<u>265 169</u>	<u>3 017 125</u>
Crédito ao Setor Público				
Vincendo	99 689	0	0	99 689
Vencido	0	0	0	-
	<u>99 689</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>99 689</u>
Total crédito vincendo	13 781 118	2 064 848	171 032	16 016 998
Total crédito vencido	3 988	88 770	732 484	825 241
Total de crédito	<u>13 785 106</u>	<u>2 153 618</u>	<u>903 515</u>	<u>16 842 239</u>
Extrapatrimoniais				
Garantias e créditos documentários a empresas	648 458	0	5 000	653 458
Total de extrapatrimoniais	<u>648 458</u>	<u>-</u>	<u>5 000</u>	<u>653 458</u>

Qualidade Crédito					
2023					
	Empresas	Particulares - Habitação	Particulares - Outros	Sector Público	Total
Sem vencido nem imparidade individual	5 691 534	8 279 032	2 651 650	4 829 885	21 452 100
Sem vencido com imparidade individual	0	0	0	0	0
Com vencido mas sem imparidade individual	225 378	161 904	157 520	0	544 801
Inferior a 30 dias	141	14 572	12 421	0	27 134
30 a 90 dias	4 220	7 839	12 909	0	24 969
91 a 180 dias	9 006	14 051	12 642	0	35 699
181 a 360 dias	19 562	24 579	23 833	0	67 973
superior a 360 dias	192 449	100 864	95 714	0	389 027
Créditos com imparidade individual	121 366	0	0	0	121 366
Inferior a 30 dias	0	0	0	0	0
30 a 90 dias	18 600	0	0	0	18 600
91 a 180 dias	0	0	0	0	0
181 a 360 dias	30 184	0	0	0	30 184
superior a 360 dias	72 581	0	0	0	72 581
Total	6 038 277	8 440 936	2 809 169	4 829 885	22 118 267

Qualidade Crédito					
2022					
	Empresas	Particulares - Habitação	Particulares - Outros	Sector Público	Total
Sem vencido nem imparidade individual	2 982 952	7 284 219	2 543 212	5 196 929	18 007 312
Sem vencido com imparidade individual	2 375 175	7 481	79 149	0	2 461 805
Com vencido mas sem imparidade individual	250 013	293 157	213 505	0	756 675
Inferior a 30 dias	153 751	244 679	169 838	0	568 268
30 a 90 dias	4 696	8 153	8 534	0	21 383
91 a 180 dias	23 554	0	14 708	0	38 262
181 a 360 dias	33 311	21 856	7 348	0	62 514
superior a 360 dias	34 700	18 470	13 077	0	66 246
Créditos com imparidade individual	493 967	38 462	181 259	0	713 688
Inferior a 30 dias	71 947	15 598	2 039	0	89 583
30 a 90 dias	72 687	0	3 967	0	76 654
91 a 180 dias	0	0	0	0	0
181 a 360 dias	26 993	0	3 703	0	30 696
superior a 360 dias	322 341	22 864	171 550	0	516 755
Total	6 102 107	7 623 319	3 017 124	5 196 929	21 939 479

O crédito vencido considerado na presente nota inclui apenas os montantes relativo às operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência.

Na Nota 7, a rubrica “Crédito vencido” inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o valor de balanço dos créditos concedidos a clientes identificados pelo Banco cujos termos tenham sido objeto de reestruturação pode ser detalhado como segue:

	2023			2022		
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Total	Crédito vivo	Crédito Vencido	Total
Empresas	692 943	113 465	806 408	106 344	33 473	139 817
Particulares	185 112	62 767	247 880	202 663	52 322	254 986
	878 055	176 233	1 054 288	309 007	85 796	394 803

Justo valor

O justo valor dos ativos financeiros mensurados ao justo valor do Banco é como se segue:

	2023		
	Valorizados ao Justo Valor		
	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	70 281		438 174
		-	-
Ativos financeiros	70 281	-	438 174

	2022			
	Valorizados ao Justo Valor			
	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total Justo Valor
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	58 434	-	328 485	386 919
Ativos financeiros	58 434	-	328 485	386 919

A evolução da carteira de ativos financeiros reflete as variações de justo valor de ativos financeiros mensurados no nível 3 da hierarquia de justo valor da IFRS 13 e a liquidação total da Promotora.

As ações da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa, enquadrando-se deste modo no nível 1 de valorização previsto na IFRS 13.

As ações do Banco Comercial do Atlântico, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efetuada por uma entidade externa independente, tendo por base modelos de fluxos de caixa, enquadrando-se deste modo no nível 3 de valorização previsto na IFRS 13

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

2023

Justo Valor				
Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Justo valor total
3 544 588	-	3 544 588	-	3 544 588
231 081	-	231 081	-	231 081
508 455	-	-	508 455	508 455
3 373 705	-	3 373 705	-	3 373 705
21 572 131	-	-	17 055 931	17 055 931
789 313	-	1 426 975	-	1 426 975
30 019 273	-	8 576 350	17 564 386	26 140 736
241 333	-		53 675	53 675
27 164 998	-	-	27 082 043	27 082 043
-	-	-	-	-
27 406 330	-	-	27 135 718	27 135 718

2022

Ativo

Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3 800 335	-	3 800 335	-	3 800 335
Disponibilidades em outras instituições de crédito	335 466	-	335 466	-	335 466
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral (a)	386 919	-	-	386 919	386 919
Aplicações em instituições de crédito	34 735	-	34 735	-	34 735
Crédito a clientes	21 939 392	-	-	16 453 317	16 453 317
Outros ativos (imóveis)	919 418	-	919 418	-	919 418
	27 416 265	-	5 089 954	16 840 235	21 930 189

Passivo

Recursos de outras instituições de crédito	259 842	-	-	24 779	24 779
Recursos de clientes e outros empréstimos	24 087 344	-	-	23 461 462	23 461 462
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
	24 347 186	-	-	23 486 241	23 486 241

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis ao risco da taxa de juro, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “*basis points*” (bps), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2023					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	6 616 524	2 601 421	1 178 094	(993 740)	(1 844 852)	(3 230 120)
Total ativo sensível	6 616 524	2 601 421	1 178 094	(993 740)	(1 844 852)	(3 230 120)

	2022					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	12 129 316	2 748 651	1 162 174	(937 769)	(1 727 303)	(3 000 871)
Total ativo sensível	12 129 316	2 748 651	1 162 174	(937 769)	(1 727 303)	(3 000 871)

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de ativos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para 2023 e 2022, respetivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	2023					
	Projeção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2023	(287 190)	(143 595)	(71 797)	71 797	143 595	287 190
Exercício de 2022	(294 762)	(147 381)	(73 690)	73 690	147 381	294 762

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os ativos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2023 e 2022 respetivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o *spread* médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adotar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2023				
	Escudos de	Dólares			Total
	Cabo Verde	Euros	Norte Americanos	Outras	
<u>Ativo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2 980 320	545 762	8 499	10 007	3 544 588
Disponibilidades em outras instituições de crédito	102 190	73 133	20 162	35 596	231 081
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	508 455	-	-	-	508 455
Aplicações em instituições de crédito	-	3 274 233	99 473	-	3 373 705
Crédito a clientes (líquido)	21 165 342	406 789	-	-	21 572 131
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	166 336	-	-	-	166 336
Outros ativos	2 118 047	-	-	-	2 070 783
	<u>27 040 689</u>	<u>4 299 917</u>	<u>128 134</u>	<u>45 603</u>	<u>31 467 079</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(199 017)	(372)	(13)	(41 930)	(241 333)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(25 109 755)	(17 272)	(1 279)	(2 036 691)	(27 164 998)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros passivos	(397 531)	-	-	-	(397 531)
	<u>(25 706 303)</u>	<u>(17 644)</u>	<u>(1 292)</u>	<u>(2 078 621)</u>	<u>(27 803 861)</u>
Exposição líquida	<u>1 334 386</u>	<u>4 282 273</u>	<u>126 842</u>	<u>(2 033 018)</u>	<u>3 663 218</u>

	2022				
	Escudos de	Dólares			Total
	Cabo Verde	Euros	Norte Americanos	Outras	
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3 070 319	701 067	11 361	17 590	3 800 335
Disponibilidades em outras instituições de crédito	112 032	127 870	51 774	43 790	335 466
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	386 919	-	-	-	386 919
Aplicações em instituições de crédito	-	-	34 735	-	34 735
Crédito a clientes (líquido)	20 836 617	453 320	-	-	21 289 937
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	126 004	-	-	-	126 004
Outros activos	996 583	-	-	-	996 583
	<u>25 528 473</u>	<u>1 282 257</u>	<u>97 870</u>	<u>61 379</u>	<u>26 969 979</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(221 709)	(36 774)	(1 358)	-	(259 842)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(23 661 407)	(301 738)	(101 208)	(22 991)	(24 087 344)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros passivos	(427 850)	-	-	-	(427 850)
	<u>(24 310 967)</u>	<u>(338 512)</u>	<u>(102 566)</u>	<u>(22 991)</u>	<u>(24 775 035)</u>
Exposição líquida	<u>1 217 506</u>	<u>943 745</u>	<u>(4 697)</u>	<u>38 389</u>	<u>2 194 943</u>

Tendo em conta a paridade fixa entre o Escudo Cabo-verdiano e o Euro, o risco cambial está associado essencialmente aos saldos registados em Dólares Norte Americanos (USD).

No quadro seguinte é apresentado o efeito nos ativos e passivos expressos em USD para os exercícios de 2023 e 2022, respetivamente, de uma variação nas taxas de câmbio de 15%, 10% e 2%:

Análise Sensibilidade 2023									
	Valor Em Milhares USD	Câmbio 31-12-2023	Contravalor em Milhares CVE	-15%	-10%	-2%	2%	10%	15%
Ativo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	86	99,213	8 499	(1 275)	(850)	(170)	170	850	1 275
Disponibilidades em outras instituições de crédito	203	99,213	20 162	(3 024)	(2 016)	(403)	403	2 016	3 024
Aplicações em instituições de crédito	1 003	99,213	99 473	(14 921)	(9 947)	(1 989)	1 989	9 947	14 921
			<u>128 134</u>	<u>(19 220)</u>	<u>(12 813)</u>	<u>(2 563)</u>	<u>2 563</u>	<u>12 813</u>	<u>19 220</u>
Passivos									
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(0)	99,213	-13	2	1	0	(0)	(1)	(2)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(13)	99,213	-1 279	192	128	26	(26)	(128)	(192)
			<u>-1 292</u>	<u>194</u>	<u>129</u>	<u>26</u>	<u>(26)</u>	<u>(129)</u>	<u>(194)</u>

Análise Sensibilidade 2022									
	Valor Em Milhares USD	Câmbio 31-12-2022	Contravalor em Milhares CVE	-15%	-10%	-2%	2%	10%	15%
Ativo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	110	103,633	11 361	(1 704)	(1 136)	(227)	227	1 136	1 704
Disponibilidades em outras instituições de crédito	500	103,633	51 774	(7 766)	(5 177)	(1 035)	1 035	5 177	7 766
Aplicações em instituições de crédito	335	103,633	34 735	(5 210)	(3 474)	(695)	695	3 474	5 210
			<u>97 870</u>	<u>(14 680)</u>	<u>(9 787)</u>	<u>(1 957)</u>	<u>1 957</u>	<u>9 787</u>	<u>14 680</u>
Passivos									
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(13)	103,633	-1 358	204	136	27	(27)	(136)	(204)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(977)	103,633	-101 208	15 181	10 121	2 024	(2 024)	(10 121)	(15 181)
			<u>-102 566</u>	<u>15 385</u>	<u>10 257</u>	<u>2 051</u>	<u>(2 051)</u>	<u>(10 257)</u>	<u>(15 385)</u>

35. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos de gestão do Capital no Banco norteiam-se pelos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a empresa, com criação de valor para o acionista, proporcionando-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Banco está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e que se mostre adequada ao perfil de risco da Instituição;

- Assegurar a reputação da Instituição, através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade.

Para atingir os objetivos descritos, o Banco procede a um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao autofinanciamento e à captação de recursos alheios. Esse planeamento é efetuado a partir das estimativas internas de crescimento das operações de balanço e o financiamento através de outros recursos alheios é feito, primordialmente, pela emissão de dívida subordinada, a qual integra os Fundos Próprios Complementares, dentro de determinados limites.

A atividade das instituições de crédito em Cabo Verde é regulada pela Lei nº 62/VIII/2014 e Lei nº 61/VIII/2014 de 23 de Abril, a qual define os princípios orientadores e o quadro normativo de referência para o sistema financeiro. A referida Lei, e instrumentos legais complementares, contemplam diversos domínios de regulação com influência na gestão do Capital, de que se salientam:

- Determinação de que os Fundos Próprios nunca poderão ser inferiores ao Capital Social mínimo e que pelo menos 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deverão ser afeto às Reservas Legais, até ao limite do Capital Social;
- O aviso nº 3/2015, de 12 de Maio de 2015, BO nº 25, define obrigatoriedade de um Capital Social mínimo de 800 milhões de Escudos de Cabo Verde, Bancos de autorização genérica;
- No Aviso nº 1/2017, de 09 de Fevereiro, determina que em matéria de fundos próprios, as instituições financeiras devem assegurar um rácio de adequação de fundos próprios totais, enquanto um dos indicadores de solvabilidade, no nível não inferior a 12%, o que na prática corresponde à necessidade de as Instituições de Crédito afetarem determinados volumes de Capital para fazer face a perdas inesperadas que possam ocorrer;

- A imposição de limites à concentração de riscos face a um cliente ou grupo de clientes, através da introdução de percentagens indexadas ao valor dos Fundos Próprios, as quais, em termos individuais, se cifram em 20% para o próprio Grupo e em 25% para os restantes. Com esta medida privilegia-se a diversificação das carteiras, atendendo ao risco de contaminação que pode existir num dado grupo, em caso de incumprimento por uma ou mais entidades pertencentes a esse grupo;
- Os limites às participações em outras sociedades – que não sejam outras instituições de crédito, instituições parabancárias, sociedades de serviços auxiliares, sociedades gestoras de fundos de pensões, sociedades gestoras de participações sociais que apenas detenham partes de capital nas sociedades antes referidas e empresas do sector segurador, as quais não devem ultrapassar, se consideradas individualmente, 15% dos Fundos Próprios da instituição participante e 60% desses Fundos, se for tomado o conjunto das participações qualificadas ($\geq 10\%$ do capital ou dos direitos de voto da entidade participada).

A maioria dos requisitos e limites prudenciais têm por base o conceito de Fundos Próprios, os quais correspondem ao capital regulamentar mínimo imposto pelo regulador. O seu cálculo regular e obrigatório é regulado na legislação nacional pela publicação do Aviso nº 3/2007, de 19 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde. O quociente do seu valor pelo montante correspondente às denominadas posições de risco ponderadas constitui o rácio de solvabilidade, regulado pelo Aviso 4/2007, de 25 de Fevereiro de 2008, Aviso nº 1/2017 de Fevereiro de 2017, do Banco de Cabo Verde, cujo valor terá de ser, no mínimo, igual a 12%.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais impostos pela Supervisão Bancária, o Banco dispõe de mecanismos de articulação entre os

diversos Departamentos internos, em especial com a área de Contabilidade, Financeira e de Gestão de Risco.

No quadro seguinte resume-se a composição do Capital Regulamentar do Banco, em 31 de Dezembro de 2023 e nos finais de 2022, com a incorporação de 95% do Resultado líquido de 2023 (distribuição de dividendos correspondente a 5% do RL).

Gestão do Capital	31/12/2022	31/12/2023
Fundos Próprios de Base	2 926 370	3 313 922
Capital Social	1 000 000	1 000 000
Reservas e Prémios	1 903 834	2 057 745
Resultado Líquido	153 911	377 509
Activos intangíveis	(131 375)	(121 332)
Resultados Transitados		
Insuficiência de provisões		
Fundos Próprios Complementares	52 376	104 047
Obrigações subordinadas	-	-
Outras reservas de reavaliação	52 376	104 047
Deduções aos Fundos Próprios totais	204 401	306 004
Participações Financeiras > 10% (valor líquido)	370 247	490 013
Deduções Participações Financeiras	72 373	148 216
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	132 028	157 787
Excesso na concentração de risco		
Total dos Fundos Próprios Elegíveis	2 774 345	3 111 966
Total do Ativo Ponderado (RWA)	17 744 837	18 577 991
Activo ponderado	15 362 183	16 625 265
Extrapatrimonial ponderado	641 679	219 037
Ponderação pela taxa de câmbio	9 529	20 206
Ponderação pelo Risco Operacional	1 731 447	1 713 483
Rátios	31/12/2022	31/12/2023
Fundos Proprios de Base	16,49%	17,84%
Fundos Próprios Complementares	0,30%	0,56%
Rácio de Solvabilidade	15,63%	16,75%

O Banco cumpriu durante o ano de 2023 (e 2022), com todos os requisitos de capital imposto pelo Banco de Cabo Verde (BCV).

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório de três grandes agregados, sendo que os montantes considerados apresentam algumas diferenças em relação aos valores constantes do balanço, traduzindo a aplicação de filtros prudenciais pelo regulador. Assim:

(i) Fundos Próprios de Base: Correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco. As suas principais componentes e valores considerados nos Fundos Próprios são:

- O Capital Social, as Reservas (exceto as de Reavaliação) e os Resultados Transitados, correspondem, na íntegra, aos valores contabilísticos;
- O Resultado do Exercício, o qual é incluído nos Fundos Próprios líquido dos impostos e dividendos a entregar aos acionistas e apenas se tiver sido objeto de certificação por Auditor Externo;
- As deduções aos Fundos Próprios de Base, as quais correspondem a diversas rubricas que o regulador considerou necessário serem introduzidas, numa perspetiva de prudência, como facto de correção.

(ii) Fundos Próprios Complementares: São constituídos por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação pelo Banco de Cabo Verde. O valor destes Fundos Próprios Complementares não pode ultrapassar o referente aos Fundos Próprios de Base e a sua decomposição é a seguinte:

- Dívida Subordinada, de vencimento superior a 5 anos, considerada até ao limite de 50% dos Fundos Próprios de Base;
- Reservas de Reavaliação positivas se realizadas nos termos da Lei e autorizadas pelo Banco de Cabo Verde.

(iii) Deduções aos Fundos Próprios: Trata-se de um conjunto de deduções que resultam de imposições do regulador, nomeadamente:

- a) Nos casos em que Banco disponha de uma participação superior a 10% do capital social de uma instituição de Crédito será deduzido o montante total dessa participação; no caso de participação inferior àquela percentagem, será deduzido apenas na parte que exceda 10% dos fundos próprios da instituição de crédito que delas seja titular.
- b) Eventuais ultrapassagens aos limites estabelecidos para efeito de Grandes Riscos que, no caso dos elementos prudenciais individuais, correspondem a 20% dos Fundos Próprios para as exposições perante o próprio Grupo e 25% para as exposições perante outros Grupos;
- c) O valor líquido de balanço dos ativos não financeiros recebidos em reembolso de crédito próprio, calculado à razão anual de 20% a partir do momento em que se completem dois anos sobre a data em que os ativos não financeiros em causa tenham sido recebidos, entretanto na fase transitória, O Banco de Cabo de Verde, relativamente aos imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio, no período entre 2013 e 2016, prorrogou o prazo de alienação para cinco anos, estabelecendo que o valor líquido de balanço desses imóveis deve ser deduzido aos fundos próprios, com início no ano de 2018 sendo 45% neste mesmo ano e 55% em 2019, e assim sucessivamente até 2022
- d) Excedentes que possam ocorrer nas participações qualificadas (iguais ou superiores a 10%) em empresas que não sejam Financeiras ou Seguradoras, e cujo montante seja superior, individualmente, a 15% dos Fundos Próprios ou a 60% dos mesmos, no caso do montante agregado deste tipo de participações.

Em termos dos Requisitos de Capital, os ativos ponderados são hierarquizados em 4 fatores de risco (0%, 20%, 50% e 100%), de acordo com a natureza de cada ativo e de cada contraparte, bem como de eventuais garantias que existam.

Um tratamento idêntico é adotado para as posições extrapatrimoniais associadas às garantias prestadas e a outros compromissos potenciais assumidos.

Em 2008 foi também introduzido o risco operacional, dando origem à necessidade de as Instituições calcularem requisitos de fundos próprios adicionais para a sua cobertura, com base em 15% da média do Produto Bancário (quando positivo) dos últimos três anos.

No que respeita à periodicidade de reporte, as instituições devem proceder ao cálculo dos seus fundos próprios pelo menos no final de cada mês e informar o Banco de Cabo Verde, até ao décimo dia do mês seguinte, da composição dos seus fundos próprios do respetivo rácio de solvabilidade.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 14 de março de 2024 foi aprovada pelo Governo de Portugal a resolução que seleciona a proposta de aquisição das ações representativas de 59,82% (dos quais 5,4% detidas directamente pelo Banco Interatlântico) do capital social da sociedade Banco Comercial do Atlântico, S. A. apresentada pela Coris Holding, S. A., aprovando a minuta do acordo de venda direta.

A participação do GCGD no BCA será alienada por um preço global de 7.774,91 milhões de escudos cabo-verdianos, cerca de 70.511 mEuros (considerando a taxa de câmbio EUR/CVE de 110,265).

A photograph of a modern office interior. The room features several cubicles with white desks and grey partitions. Each desk is equipped with a computer monitor, keyboard, and mouse. Ergonomic office chairs with blue and white upholstery are positioned at the desks. The office has large windows on the right side, providing natural light. The ceiling is a drop ceiling with recessed lighting. The floor is made of light-colored tiles. The text "RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL" is overlaid on the left side of the image, with a blue horizontal bar below it.

RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório do Auditor Independente

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Banco Interatlântico, S.A.R.L. (o Banco), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 31.467.079 milhares de escudos de Cabo Verde (mCVE) e um total de capital próprio de 3.663.218 mCVE, incluindo um resultado líquido de 397.378 mCVE), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações de Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Banco Interatlântico, S.A.R.L. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, o qual foi elaborado em respeito aos princípios e normas do Código de Ética para Contabilistas e Auditores, editada pela Comissão Internacional de Normas de Ética para Contabilistas e Auditores (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imparidade para crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de dezembro de 2023, o Banco tem registadas perdas acumuladas por imparidade sobre a carteira de crédito no montante de 546.126 mCVE, representando cerca de 2,5% do valor do crédito. O detalhe da imparidade para crédito a clientes e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados nas notas às demonstrações financeiras (Notas 2.2.4 c) – <i>Imparidade de ativos financeiros</i>, 7 e 17).	A nossa abordagem de auditoria para a imparidade para crédito a clientes incluiu uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente: ▶ Entendimento, avaliação do desenho e teste à eficácia operacional dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade para crédito a clientes;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
A imparidade representa a melhor estimativa do órgão de gestão do Banco sobre a perda esperada nas exposições de crédito concedido a clientes com referência a 31 de dezembro de 2023. Para o cálculo desta estimativa, o órgão de gestão estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros, interpretou conceitos e dados históricos e concebeu um modelo de cálculo da perda esperada. Para exposições relevantes em base individual, a imparidade é determinada tendo por base julgamentos de especialistas do Banco na avaliação de risco de crédito e o conhecimento da realidade e situação financeira dos clientes e das garantias associadas às operações em questão. Para além da complexidade dos modelos de quantificação de perdas por imparidade da carteira de crédito, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados, cuja disponibilidade e qualidade podem estar condicionadas. Em face do grau de subjetividade e complexidade que a estimativa de imparidade envolve, a utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos pode ter um impacto material no valor da imparidade estimada, o que, juntamente com a materialidade do seu valor, faz com que consideremos este tema como matéria relevante de auditoria.	▶ testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expectativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade; ▶ seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade para avaliação dos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu a informação sobre a situação económico-financeira dos devedores e os relatórios de avaliação dos colaterais, assim como indagações aos especialistas do Banco para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados; ▶ com o apoio dos nossos especialistas em matéria de gestão de risco, testámos a razoabilidade dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade coletiva, destacando-se: i) o entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efetivamente utilizada; ii) a apreciação das alterações aos modelos para determinar parâmetros para refletir a perda esperada; iii) a análise das alterações realizadas durante o exercício aos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD); iv) o seguimento das medidas corretivas de deficiências anteriormente identificadas no modelo de imparidade coletiva; v) o teste por amostragem à classificação das operações nos <i>stages</i> 1, 2 e 3; e vi) avaliação da razoabilidade dos ajustamentos realizados, em particular aqueles para responder às áreas de julgamento adicionais e apreciação do processo de gestão associado a esses ajustamentos. ▶ análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

2. Imparidade para imóveis recebidos por recuperação de crédito e propriedades de investimento

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de dezembro de 2023, as rubricas de "Outros Ativos – Imóveis recebidos por recuperação de crédito", "Outros Ativos – Imóveis recebidos com adjudicação pendente" e "Propriedades de Investimento", incluem o registo de imóveis no montante de 859.806 milhares de CVE, 81.607 milhares de CVE e 137.989 milhares de CVE, respetivamente, que em conjunto representam 3,2% do total do ativo bruto. As políticas contabilísticas e o detalhe destes ativos estão divulgados nas notas às demonstrações financeiras (Notas 2.2.4 – e), 2.2.4 – f), 8, 13 e 17). Periodicamente, o Banco solicita, a peritos avaliadores externos registados no Banco de Cabo Verde ("BCV"), avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de crédito. Caso o valor da avaliação, deduzido de custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor do balanço, são registadas perdas por imparidade. A avaliação dos imóveis considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia do Banco para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos futuros poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante. A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o facto do uso de diferentes técnicas de valorização e pressupostos poder originar diferentes estimativas de justo valor.	A nossa abordagem de auditoria sobre a imparidade de imóveis recebidos por recuperação de crédito incluiu uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente: ▶ entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de mensuração dos imóveis recebidos por recuperação de crédito concedido e propriedades de investimento; ▶ testes de revisão analítica sobre o valor dos imóveis incluídos em "Outros ativos" e "Propriedades de investimento", comparando-o com o período homólogo e com a expectativa formada, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas e alterações dos pressupostos e metodologias; ▶ para uma amostra de imóveis, apreciação da razoabilidade da metodologia e dos pressupostos utilizados pelos peritos avaliadores externos e confirmação do seu registo no BCV. Para estes imóveis, analisámos, quando aplicável, contratos promessa de compra e venda ou ofertas vinculativas recebidas e certidões de teor da conservatória do registo predial; e ▶ análise das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade do Banco se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

OUTRA INFORMAÇÃO

Sobre o relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação de outra informação. Esta outra informação compreende o Relatório de Gestão, que não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório sobre as mesmas e que obtivemos antes da data do nosso relatório.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante no Relatório de Gestão e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do Relatório de Gestão e, em consequência, considerar se a informação nele contida é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efetuado sobre a outra informação que obtivemos antes da data do nosso relatório, concluirmos que existe uma distorção material no Relatório de Gestão, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

28 de maio de 2024

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Representada por:

Assinado por: **Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes**

Pinto

Num. de Identificação: 08539023

Data: 2024.05.28 15:03:18+01'00'



Ana Salcedas
Diretora Geral/Partner

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2023

Exmos. Senhores Accionistas do Banco Interatlântico, SA

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos do Banco Interatlântico, SA (Banco), o Conselho Fiscal apresenta o Relatório sobre a actividade desenvolvida em 2023, bem como o Parecer sobre o Relatório e Contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 apresentados pelo Conselho de Administração.

Os membros do Conselho Fiscal foram reeleitos na Assembleia Geral de 8 de Março de 2023.

RELATÓRIO

A 13 de Fevereiro de 2023, o Conselho Fiscal enviou ao Senhor Presidente da Comissão de Auditoria da CGD o Reporte Semestral acordado entre as duas entidades.

A 27 de Março de 2023, o Conselho Fiscal emitiu por via telemática o Parecer sobre o Relatório de Governo Societário do Banco.

A 12 de Abril de 2023, o Conselho Fiscal reuniu com o Auditor Externo.

A 13 de Abril de 2023, o Conselho Fiscal reuniu e debateu os seguintes temas: i. Fecho de contas de 2022 e proposta de aplicação de resultados e das contas respeitantes a Março de 2023; ii. Emissão de Pareceres: Relatório de Gestão e Anexo 2022, Orçamento do Banco para 2023; Normas Corporativas da DGR e Contratação de prestador de serviços para a execução de uma ação de auditoria interna; iii. Registo em acta dos despachos telemáticos emitidos; iv. Relatório de Auditoria Interna- 0075-01-2021-029 - Modelo de Governo Interno - Órgãos de Governo Interno; v. Relatórios anuais de actividades da Função Compliance e da Função de Gestão de Riscos; vi. Política de Prevenção da Corrupção e infrações Conexas; vii. Relatórios de Auditoria Interna Emitidos; viii. Política de Remunerações dos Colaboradores (revisão anual).

A 14 de Abril de 2023, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração do Banco Interatlântico, tendo prestado os contributos necessários e participado com total liberdade e independência.

A 12 de Maio de 2023, o Conselho Fiscal reuniu e debateu os seguintes temas: i. Relatório de Auditoria Interna- 0075-01-2021-029 - Modelo de Governo Interno - Órgãos de Governo Interno; ii. Emissão de Pareceres sobre as Normas Corporativas da DGR. Também nesta data o Conselho Fiscal reuniu com os responsáveis das Funções de Controlo do Banco, debatendo com os mesmos as principais questões da sua actividade e funcionamento.

O Conselho Fiscal participou na reunião da Assembleia Geral do dia 12 de Maio de 2023 que se realizou em formato híbrido.

A 09 de Junho de 2023, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração do Banco Interatlântico.

A 13 de Julho de 2023, o Conselho Fiscal reuniu e debateu os seguintes temas: i. Apreciação das Contas do primeiro semestre; ii. Apreciação e aprovação do reporte à Comissão de Auditoria da CGD sobre o primeiro semestre de 2023; iii. Emissão de Pareceres sobre as Normas Corporativas da DGR; iv. Relatório de Acompanhamento Trimestral – 1º Trimestre de 2023 (Função de Compliance); v. Relatório Anual de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; vi. Relatório Anual de Avaliação da Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses; vii. KYC e Beneficiários Efetivos – Ponto de situação; viii. Lista de partes relacionadas aprovada para o 2º Trimestre/2023; ix. Relatório de actividades de 2022 da FAI; x. Relatório do processo disciplinar mandado instaurar contra a colaboradora Maria Idalsis Martins; xi. Relatório de Avaliação do Grau de Cumprimento de Gestão do Risco de Compliance - Visita de 2022-DC/CGD.

A 20 de Julho de 2023, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração na qual foram aprovadas as contas do primeiro semestre.

No dia 11 de Outubro de 2023, o Conselho Fiscal reuniu com o Auditor Externo, com o objectivo de preparar o parecer do Conselho Fiscal nos termos do Aviso nº 3/2020 do Banco de Portugal.

A 31 de Outubro de 2023, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração na qual foram aprovadas as contas do terceiro trimestre.

A 07 de Novembro de 2023, o Conselho Fiscal reuniu e debateu os seguintes temas: i. Apreciação das Contas do terceiro trimestre; ii. Revisão do Regulamento do Conselho Fiscal; iii. Emissão de Pareceres sobre as Normas Corporativas da DGR; iv. Parecer sobre o Plano de Actividades 2023-2025, Orçamento 2023 e Plano de Formação 2023 da FAI; v. Alteração ao Plano de Auditorias 2023 da FAI; vi. Relatórios de Auditoria Interna Emitidos; vii. Relatório de Acompanhamento Trimestral – 2º Trimestre de 2023 (Função de *Compliance*); viii. KYC e Beneficiários Efektivos – Ponto de situação; ix. Modelo de Gestão do Código de Conduta; x. Relatório Anual em Matéria de Conformidade – 2022; xi. Lista de partes relacionadas aprovada para o 3º Trimestre/2023; xii. Plano de Recuperação e Resolução; xiii. Determinação Específica n.º 02/2023 do BCV; xiv. Risco de IT; xv. Inspeção no âmbito do Risco de Crédito- Carteira de créditos que foram contemplados pelas moratórias e operações reestruturadas; xvi. Registo da reunião com o Auditor Externo e da participação na reunião do Conselho de Administração.

A 29 de Novembro de 2023, o Conselho Fiscal reuniu com o Auditor Externo, no âmbito dos trabalhos de preparação do Relatório de Auto-avaliação ao abrigo do Aviso nº 3/2020 do Banco de Portugal.

A 04 de Dezembro de 2023, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração na qual foram aprovadas as contas de Outubro e se procedeu à revisão anual do Modelo de Governo.

A 05 de Dezembro de 2023, o Conselho Fiscal reuniu e debateu os seguintes temas: i. Contas de Outubro; ii. Revisão do Regulamento do Conselho Fiscal; iii. Plano de actividades do Conselho Fiscal para 2024 e plano plurianual para 2024-2026; iv. Emissão de Parecer sobre a Avaliação Anual do Modelo de Governo; v. Emissão de Parecer sobre o Relatório de Autoavaliação da Adequação e Eficácia da Cultura Organizacional e dos Sistemas; vi. Ponto de Situação sobre as deficiências em aberto e estimativa de conclusão até final do ano; vii. Relatórios de Auditoria Interna Emitidos e Resumo de actividade da FAI; viii. Revisão do Plano de Auditorias da FAI; ix. Emissão de Pareceres sobre as normas corporativas da Função de Gestão de Riscos; x. Emissão de Parecer sobre a Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses; xi. Apreciação dos Planos de Actividades do Gabinete de Função de *Compliance* e da Função de Gestão de Riscos para 2024; xii. Relatório de Acompanhamento Trimestral (3º Trimestre) do Gabinete da Função de *Compliance*; xiii. Lista de partes relacionadas; xiv. Relatório de Reclamações de Clientes; xv. Determinação Específica n.º 02/2023 do BCV; xvi. Registo de cartas recebidas e da aprovação telemática sobre os serviços distintos de auditoria.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a actividade do Banco, verificando com a extensão julgada necessária a variação dos elementos patrimoniais e a respectiva situação financeira, tendo analisado a informação contabilística facultada.

Foram também efectuadas as reuniões consideradas adequadas, nomeadamente com o Auditor Externo, para assegurar o necessário conforto ao Parecer que se emite.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal procedeu à análise do Balanço, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Fluxos de Caixa, da Demonstração das Alterações no Capital Próprio, da Demonstração de Rendimento Integral e do respectivo Anexo, referentes ao exercício de 2023, os quais reflectem de forma apropriada a situação económico-financeira do Banco, tal como consta do Relatório do Auditor Externo, o qual aborda as matérias relevantes de auditoria, nomeadamente as perdas por imparidade do crédito a clientes e a valorização de imóveis recebidos por recuperação de crédito.

O Conselho Fiscal destaca os seguintes indicadores como os mais relevantes da actividade do Banco em 2023:

- O activo líquido alcançou o montante de CVE 31.467.079 mil, representando um aumento do activo líquido em c. 12% (CVE +3.375.636 mil), justificada essencialmente pelas seguintes variações:
 - Pelo aumento da carteira de crédito a clientes líquida (CVE +626.902 mil, +3,9% VH), com o crédito vencido a diminuir CVE 153.688 mil (-18,6%);
 - Pela diminuição da carteira de crédito titulado, em CVE 357.709 mil, pelo vencimento de Obrigações do Tesouro do Estado de Cabo Verde. As OT representam 95% do crédito titulado;
 - Pelo aumento das aplicações em ICs em (CVE +3.338.970 mil, +9,617% VH), tratando-se essencialmente de aplicações de muito curto prazo na CGD;
- Do lado do passivo, os recursos de clientes aumentaram c. 12,6% (CVE +3.064.524 mil), com os depósitos à ordem a aumentarem 23,1% (CVE +3.212.570 mil) e os depósitos a prazo diminuíram 1,5% (CVE -148.046 mil). O crescimento dos depósitos reflete o foco da atuação comercial na retenção e captação de depósitos;
- O rácio de transformação situou-se nos 63,1%, registando uma diminuição de 5,8 p.p face ao ano anterior;

"Porque a Sustentabilidade nos preocupa, este é o novo papel do Banco Interatlântico."

- O produto bancário aumentou em 9,5% (CVE +113.209 mil), justificado pelo crescimento da margem financeira e, 5,6% (CVE +51.644 mil) e da margem complementar em +20,8% (CVE +57.717 mil);
- Os custos de estrutura aumentaram 5,9%, situando-se nos CVE 735.856 mil, justificado pelo crescimento da actividade em 2023, pela continuidade da implementação de projectos estratégicos e pelo aumento da tabela salarial;
- O cost-to-income passou de 58,2% em Dezembro de 2022 para 56,3% em Dezembro de 2023;
- O resultado líquido atingiu os CVE 397.376 mil, representando um aumento de CVE 89.556 mil (+29,1%) face ao exercício anterior;
- O rácio de solvabilidade do Banco situou-se nos 16,75%;
- O Conselho Fiscal verificou que os indicadores do RAS – *Risk Appetite Statement*, bem como o princípio de assegurar um *buffer* de capital adicional de 3 pp face ao rácio de solvabilidade regulamentar, estão cumpridos;
- O Conselho Fiscal entende que a proposta de distribuição de um dividendo de 5% do Resultado Líquido, antes de constituída a reserva legal obrigatória, é adequada, considerando a evolução positiva da situação patrimonial do Banco, a sustentabilidade dos resultados líquidos e a melhoria da qualidade dos activos, robustecendo os fundos próprios da instituição e assegurando a reposição da remuneração dos capitais investidos, iniciada em 2021 após vários anos de interrupção e que a distribuição de dividendos é um indicador essencial de qualquer instituição sólida;

O Conselho Fiscal tem acompanhado, em permanente contacto com a Comissão Executiva e as Estruturas do Banco, a evolução da actividade, pelo que felicita a Comissão Executiva e todos os colaboradores pelos resultados alcançados em 2023.

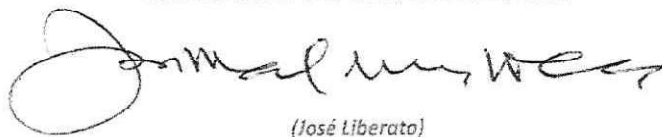
Em conformidade com o exposto e tendo presente que as Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, que as políticas contabilísticas cumprem as Normas Internacionais de Relato Financeiro, que o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor sobre a actividade desenvolvida em 2023 e que a proposta de aplicação de resultados está de acordo com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, e com os indicadores do RAS (*Risk Appetite Statement*), o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral de Accionistas:

- Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023, apresentados pelo Conselho de Administração, e
- Aprove a Aplicação de resultados proposta, sublinhando que se dá continuidade à melhoria da solidez do Banco, com a fundamentação atrás referida.

O Conselho Fiscal deseja por último expressar o seu agradecimento à Comissão Executiva, aos Serviços do Banco e à Auditoria Externa, por toda a colaboração prestada e felicitar pelos resultados alcançados em 2023.

Cidade da Praia, 23 de Maio de 2024

PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL


(José Liberato)

VOGAL DO CONSELHO FISCAL


(José Mário de Sousa)

"Porque a Sustentabilidade nos preocupa, este é o novo papel do Banco Interatlântico."



VOGAL DO CONSELHO FISCAL

(Carlos Alberto Rodrigues)

Miranda

A photograph of a modern interior space, likely a bank lobby, featuring a series of tall, narrow glass windows and columns that create a sense of depth and light. The architecture is minimalist with clean lines and a neutral color palette.

Relatório e Contas | 2023